



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

**XI Legislatura**

**Número: 133**

**IV Sessão Legislativa**

**Horta, segunda-feira, 25 de maio de 2020**

**Presidente:** *Deputada Ana Luís*

**Secretários:** *Deputado Manuel Pereira e Deputado Jorge Jorge (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Bruno Belo)*

### Sumário

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 01 minutos.*

Após a chamada dos/as Srs./Sras. Deputados/as, os trabalhos tiveram início com a continuação do debate sobre o [Projeto de Resolução n.º 225/XI – “Realização de um inquérito serológico à população açoriana”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Para tal usaram da palavra os/as Srs./Sras. Deputados/as Mónica Seidi (*PSD*), Paulo Mendes (*BE*), Dionísio Faria e Maia (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), Graça Silveira (*Independente*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), bem como a Sra. Secretária Regional da Saúde (*Teresa Machado Luciano*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Posteriormente, foi aprovado por unanimidade o [Relatório sobre o pedido de autorização de levantamento de imunidade parlamentar do Deputado Duarte Nuno D’Ávila Martins de Freitas a fim de ser constituído arguido e ser interrogado no âmbito do processo de inquérito com o N.º 1332/19.0T9PDL](#), não sei antes ter usado da palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa (*PS*).

De seguida, e depois de justificado pela Sra. Deputada Maria Isabel Quinto (*PS*) o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 56/XI – “Medida extraordinária e temporária de apoio aos idosos para aquisição de equipamento de proteção individual”**, pediram a palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e João Bruto da Costa (*PSD*).

Colocado à votação, o pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Seguidamente, a Sra. Deputada Maria Isabel Quinto (*PS*) usou novamente da palavra para apresentar o **[Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 56/XI – “Medida extraordinária e temporária de apoio aos idosos para aquisição de equipamento de proteção individual”](#)**.

Para tal usaram da palavra para participar no debate os Srs. Deputados João Bruto da Costa (*PSD*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), Paulo Mendes (*BE*), Francisco Coelho (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), João Corvelo (*PCP*), a Sra. Deputada Graça Silveira (*Independente*), bem como a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*).

Tendo dado entrada uma substituição integral do referido diploma, quer o diploma original, quer a substituição integral, foram votados e ambos aprovados por unanimidade.

Seguiu para a votação na especialidade a substituição integral do diploma, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade em votação final global.

Findo este ponto da Agenda, o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*) usou da palavra para justificar o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 57/XI – “Medidas excecionais e transitórias de apoio à atividade das Sociedades Recreativas e Filarmónicas, bem como das Escolas de Música, no âmbito da pandemia da doença COVID-19”**, o qual foi aprovado por unanimidade.

Aprovado o pedido de urgência, o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*) usou novamente da palavra para apresentar o [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 57/XI – “Medidas excepcionais e transitórias de apoio à atividade das Sociedades Recreativas e Filarmónicas, bem como das Escolas de Música, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.](#)

Pediram a palavra para participar no debate os/as Srs./Sras. Deputados/as César Toste (*PSD*), Mónica Rocha (*PS*), Paulo Mendes (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Graça Silveira (*Independente*), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

Em votação final global, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Posteriormente, foi justificado o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 228/XI – “Recomenda ao Governo Regional que, na decorrência da pandemia da COVID-19 e considerando a necessária capacitação do Sistema Regional de Saúde, realize os procedimentos necessários de forma a garantir o reforço de formação em medicina de emergência e suporte avançado de vida no Sistema Regional de Saúde”** pelo Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Justificado o pedido de urgência, o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*) usou novamente da palavra para apresentar o [Projeto de Resolução n.º 228/XI – “Recomenda ao Governo Regional que, na decorrência da pandemia da COVID-19 e considerando a necessária capacitação do Sistema Regional de Saúde, realize os procedimentos necessários de forma a garantir o reforço de formação em medicina de emergência e suporte avançado de vida no Sistema Regional de Saúde”.](#)

Usaram da palavra para participar no debate os/as Sras./Srs. Deputados/as Dionísio Faria e Maia (*PS*), Mónica Seidi (*PSD*), António Lima (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), José Contente (*PS*), João Paulo Corvelo

(PCP), Graça Silveira (*Independente*), bem como a Sra. Secretária Regional da Saúde (*Teresa Machado Luciano*).

Colocado à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

De seguida, passou-se para o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 229/XI – “Recomenda ao Governo Regional que desenvolva as medidas necessárias à inclusão da ilha Graciosa na operação para 2020 da Atlânticoline”**, justificado pelo Sr. Deputado João Bruto da Costa (*PSD*).

Após a aprovação por unanimidade do pedido de urgência, passou-se de imediato para a apresentação do **[Projeto de Resolução n.º 229/XI – “Recomenda ao Governo Regional que desenvolva as medidas necessárias à inclusão da ilha Graciosa na operação para 2020 da Atlânticoline”](#)**.

Após a intervenção inicial do Sr. Deputado João Bruto da Costa (*PSD*), usaram da palavra para participar no debate os Srs. Deputados José Ávila (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Alonso Miguel (*CDS-PP*), António Lima (*BE*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Ricardo Ramalho (*PS*), Manuel Ramos (*PS*), a Sra. Deputada Graça Silveira (*Independente*), bem como a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (*Ana Cunha*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Após a justificação do **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 230/XI – “Celebração de contratos de trabalho no âmbito da medida de Colocação Extraordinária de Trabalhadores”** pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*), o qual foi aprovado por unanimidade, passou-se de imediato para o debate e votação do **[Projeto de Resolução n.º 230/XI – “Celebração de contratos de trabalho no âmbito da medida de Colocação Extraordinária de Trabalhadores”](#)**.

Feita a apresentação da iniciativa pelo Sr. Deputado António Lima (*BE*), pediram a palavra para participar no debate os/as Srs./Sras. Deputados/as

Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Graça Silva (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), João Paulo Corvelo (*PCP*), João Vasco Costa (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Graça Silveira (*Independente*), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

De seguida, passou-se para o **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 231/XI – “Medidas regionais de apoio social extraordinário”**, justificado pelo Sr. Deputado Paulo Mendes (*BE*).

Após a aprovação por unanimidade do pedido de urgência, passou-se de imediato para a apresentação do [Projeto de Resolução n.º 231/XI – “Medidas regionais de apoio social extraordinário”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.](#)

Após a intervenção inicial do Sr. Deputado Paulo Mendes (*BE*) usaram da palavra para participar no debate os/as Srs./Sras. Deputados/as Carlos Silva (*PS*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Joaquim Machado (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Francisco César (*PS*), Graça Silveira (*Independente*), João Paulo Corvelo (*PCP*) e ainda a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*).

Colocado à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Por fim, foi aprovada por unanimidade a **Proposta de Deliberação da Mesa que declara findo o período legislativo de 19, 20, 21, 22 e 25 de maio.**

*Os trabalhos terminaram às 21 horas e 18 minutos.*

**Presidente:** Muito bom dia a todos.

Vamos começar os nossos trabalhos.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa, o Sr. Deputado Jorge Jorge, o favor de fazer a chamada.

*Eram 10 horas e 01 minutos.*

**Secretário:** Bom dia. Bom dia a todos, bom dia, Sra. Presidente.

*Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:*

*Partido Socialista (PS)*

**Ana Luísa Pereira Luís**

**André Cláudio Gambão Rodrigues**

**António Gonçalves Toste Parreira**

**Carlos Emanuel Rego Silva**

**Dionísio Medeiros Faria e Maia**

**Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha**

**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**

**Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César**

**Iasalde Fraga Nunes**

**João Paulo Lopes Araújo Ávila**

**João Vasco Pereira da Costa**

**José António Vieira da Silva Contente**

**José Carlos Gomes San-Bento de Sousa**

**José Manuel Gregório de Ávila**

**Manuel Alberto da Silva Pereira**

**Manuel José da Silva Ramos**

**Maria da Graça Oliveira Silva**

**Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira**

**Maria Eduarda** Silva Moniz **Pimenta**

**Maria Isabel** da Silveira Costa Rosa **Quinto**

**Mário** José Diniz **Tomé**

**Marta** Cristina Moniz do **Couto**

**Marta** Ávila **Matos**

**Mónica** Gomes Oliveira **Rocha**

**Pedro** Miguel Medeiros de **Moura**

**Renata** Correia **Botelho**

**Ricardo** Bettencourt **Ramalho**

**Sónia** Cristina Franco **Nicolau**

**Tiago** Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

*Partido Social Democrata (PSD)*

**António** Manuel Silva **Almeida**

**António** Oldemiro das Neves **Pedroso**

**António** Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

**Bruno** Filipe de Freitas **Belo**

**Carlos** Manuel da Silveira **Ferreira**

**Catarina** Goulart **Chamacame Furtado**

**César** Leandro Costa **Toste**

**Duarte** Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

**Elisa** Lima de **Sousa**

**João** Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

**Joaquim** José Joaquim Ferreira **Machado**

**Jorge** Alexandre Alves Moniz **Jorge**

**Luís** Carlos Correia **Garcia**

**Luís** **Maurício** Mendonça Santos

**Luís** Miguel Forjaz **Rendeiro**

**Marco José Freitas da Costa**

**Maria João Soares Carreiro**

**Mónica Reis Simões Seidi**

*Partido Popular (CDS-PP)*

**Alonso Teixeira Miguel**

**Catarina de Oliveira Cabeceiras**

*Bloco de Esquerda (BE)*

**António Manuel Raposo Lima**

**Paulo José Maio de Sousa Mendes**

*Partido Comunista Português (PCP/PEV)*

**João Paulo Valadão Corvelo**

*Deputada Independente*

**Maria da Graça Amaral da Silveira**

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputadas(os). Temos quórum. Declaro aberta a sessão.

Como disse, logo de manhã, nós vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Estávamos no ponto 20 da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 225/XI – “Realização de um inquérito serológico à população açoriana”**, iniciativa esta apresentada pelo PSD.

A Sra. Deputada Mónica Seidi já tinha feito a apresentação da iniciativa.



Abertas as inscrições, tivemos uma, o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia, que também já procedeu à sua intervenção. Por isso, volto a abrir as inscrições para participação no debate.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Eu inscrevia a Sra. Deputada Mónica Seidi.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, eu inscrevo o Deputado Paulo Mendes.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, para já, tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(\*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Excelentíssima Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu, se tivesse tempo, confesso que a minha vontade seria de ler novamente ou de falar novamente sobre aquilo que disse relativamente à apresentação desta iniciativa, mas, como não tenho, penso que será mais útil para o debate evidenciar aquilo que foram as contradições do Partido Socialista, na palavra do Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

Primeiro. Diz o Sr. Deputado que esta iniciativa não deveria ser uma corrida contra o tempo e que não haveria urgência em decidir sobre esta matéria. Mas, oh, Sr. Deputado, se não há urgência em decidir sobre essa matéria, eu recordo o Sr. Deputado que quer o senhor, quer o Partido Socialista votaram favoravelmente ao pedido de urgência desta iniciativa, e, portanto, está aqui já uma primeira contradição, porque já percebemos qual é a vontade do Partido Socialista.

Segundo. Ao longo dos seis minutos em que fiz a apresentação da iniciativa, nunca, mas mesmo nunca, usei a palavra imunidade, e claro que isto não foi de forma ingénua, não a usei de forma propositada, e porquê? Porque esta iniciativa não é uma resolução para avaliar nem analisar algo que ainda não gera consenso na comunidade científica, e por isso mesmo nós não estamos nesta primeira fase a falar em questões de imunidade. Eu percebo que a si e ao seu partido dê jeito apresentar a imunidade como uma justificação para não aprovar esta resolução, mas permita-me, Sr. Deputado, basta reler os pontos resolutivos da mesma para perceber aqui o que nós estamos a propor. O que nós queremos perceber é a extensão da infeção na população açoriana. Citei aqui dois estudos, que já foram disponibilizados a nível nacional, que são bem claros: a prevalência da infeção na população é superior àquilo que se pensa, e é isso que nós queremos saber. Falei-lhe do exemplo do concelho de Loulé, falei-lhe do exemplo de Cascais, que está a decorrer um inquérito serológico a toda a população, falei-lhe do exemplo do inquérito que foi realizado pela Fundação Champalimaud, no Hospital de Santa Maria e no Hospital de São João, no Porto, em que as conclusões são transparentes: a prevalência da infeção é superior.

Terceiro. O Sr. Deputado, na sua intervenção, consegue ainda contradizer aquilo que são instituições credíveis no âmbito da saúde; consegue desvalorizar o papel da Organização Mundial de Saúde, que é bem clara relativamente à contribuição do inquérito serológico; consegue desvalorizar o papel da Fundação Champalimaud, que, como já referi, está a liderar estudos neste âmbito, com resultados que também já referi; consegue, inclusive, desvalorizar o papel do Instituto Dr. Ricardo Jorge, que é o responsável pelo inquérito serológico nacional; e consegue, pasme-se, desvalorizar até o papel do Sistema Nacional de Saúde, porque todas estas entidades, como já lhe referi, estão a realizar inquéritos serológicos e estão preocupadas, numa primeira fase, não é

em avaliar a imunidade, mas é, sim, detetar a presença de anticorpos e a prevalência da infeção na população.

Mas o que eu acho aqui mais incrível é que os senhores não querem o inquérito serológico regional, mas vão ficar satisfeitos em participar no inquérito serológico nacional, em que vão ter direito, provavelmente, a uma amostra reduzida de utentes, em que não será possível ter qualquer conclusão que se possa aplicar a toda a população. Portanto, os senhores não querem ter o inquérito serológico regional, mas vão participar no inquérito serológico nacional.

Quarto. Referiu também o Sr. Deputado a seguinte expressão, “Uma sensação de falsa segurança”. Não há aqui qualquer falsa segurança, bem pelo contrário, o que há aqui é a possibilidade de detetar os casos positivos assintomáticos, mas que são transmissores de doença, porque, como o Sr. Deputado bem sabe e bem estudou, quem teve contacto com o vírus desenvolve anticorpos, quem não teve contacto com o vírus não os desenvolve. Isto é válido para este vírus, como é para qualquer doença infecciosa. Portanto, parece-nos bem claro o que é que está aqui em questão.

Falou ainda do jogo do medo. Deixe-me que lhe diga, Sr. Deputado, aqui, nesta bancada, ninguém joga o jogo do medo, jogamos, sim, o jogo da confiança, e é por isso que esta é uma boa medida, é uma medida que até em fases futuras pode auxiliar na definição quer de políticas de saúde pública, quer a nível da economia. Por isso, o que nós queremos com esta iniciativa é que a Região esteja um passo à frente; o Sr. Deputado e o Partido Socialista querem a Região subnegada ao inquérito serológico nacional, com o qual não vamos poder conseguir tirar conclusões para toda a população açoriana, porque aqui, Sr. Deputado, quem tem medo é o senhor e a sua bancada.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

**Deputado Paulo Mendes (BE):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por reafirmar que somos membros de um órgão de natureza político-administrativo, eleitos para representar os açorianos e açorianas. Não somos membros de um painel científico e especializado em epidemiologia.

É certo que somos responsáveis políticos e, como responsáveis políticos, as opções e as decisões que tomamos podem ter consequências, neste caso ao nível da saúde, mas nunca nos substituímos aos especialistas nas mais diversas áreas, o que não quer dizer que dispensemos os pareceres da comunidade científica e de especialistas.

O Governo Regional tem implementado medidas no âmbito da saúde pública, inclusive um plano de desconfinamento, com respaldo em evidências científicas e com referência às mais diversas instituições internacionais, como é exemplo a OMS. E essa é a razão pela qual temos apoiado todas essas medidas.

O PSD tem reconhecido, por bastas vezes, que como oposição não temos acesso a toda a informação, nem conhecemos a dinâmica do dia a dia da governação, muito menos da Administração Pública Autónoma incluindo o setor da saúde, no qual também se inclui os três hospitais EPE da Região. Portanto, não conhecemos os meandros do trabalho técnico desenvolvido, um conhecimento importante para tomar decisões com base na capacidade instalada no terreno aliada às evidências cientificamente validadas.

Não podemos deixar de relevar que se está a realizar um estudo de natureza idêntica ao pretendido nesta iniciativa, no qual se constituiu uma amostra que conta com indivíduos residentes na nossa Região.

Bem sabemos que, com este estudo aqui proposto, se pretende ter uma amostra exclusivamente açoriana, numa primeira fase, e posteriormente a toda a população. Todavia, ainda não percebemos se a DRS admite tal possibilidade.

Aproveitamos, pois, a oportunidade para questionar a Sra. Secretária sobre as intenções da DRS em realizar o estudo aqui pretendido, se não de imediato, então que se defina sobre essa possibilidade no futuro.

Sendo mais concreto, pretende a Sra. Secretária, a partir da informação que detém sobre a realidade atualizada da evolução da pandemia na Região e das evidências científicas sobre a utilidade destes estudos, realizar um estudo serológico tal como aqui se propõe? E se for essa a intenção, quando pretende realizá-lo?

Outra pergunta, Sra. Secretária, será possível perceber, a partir da amostra nacional, na qual estarão incluídos indivíduos residentes na Região, qual a utilidade dos resultados para a Região?

Obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

De momento, a Mesa não tem inscrições.

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Está a ouvir-me bem?

**Presidente:** Sim.

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem.

Queria inscrever o Sr. Deputado Dionísio Faria Maia.

**Presidente:** Obrigada.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Bom dia. Sr. Deputado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bom dia, Sra. Presidente, caros colegas.

Eu queria inscrever-me, se faz favor.

Um bom dia de trabalho a todos.

**Presidente:** Sim, senhor, está inscrito.

Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Secretário. Bom dia.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Bom dia, Sra. Presidente, bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Eu gostaria de inscrever a Sra. Secretária Regional da Saúde.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Para já, não.

Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

(\*) **Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Bom dia a todos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo: As minhas primeiras palavras são para redimir a agressividade com que a Sra. Deputada Mónica Seidi entrou neste debate. Tudo o que foi dito é dito e é justificado; aquilo que a Sra. Deputada vem para aqui dizer é supostamente aquilo que eu não disse. Portanto, nós estamos, e aqui é muito importante lembrar, no palco da política, não estamos num congresso de epidemiologia ou de saúde pública, e, do palco da política, as açorianas e os açorianos querem respostas para um desconfinamento e uma mobilidade mais segura. Este inquérito, por todas as razões técnicas e científicas já enumeradas, não vai dar nem pode dar. Em senso comum, poderá pensar-se que se tivermos casos serológicos positivos em assintomáticos estaríamos protegidos, mas até agora a ciência diz o seu contrário e, portanto, com este estudo, poderíamos encontrar,

de facto, até mais 2 a 3% de positivos assintomáticos, porque não tivemos mitigação. Falar-se de uma situação controlada como a nossa e falar-se de zonas onde houve uma grande mitigação é completamente diferente. Portanto, nós poderíamos e iríamos encontrar certamente mais casos, que nunca seriam superiores a esta estatística, pelo menos é o que diz aquilo que se sabe cientificamente até agora. E mesmo que tivéssemos que valorizar este inquérito no pressuposto que esta infeção daria uma imunidade duradoura, porque é esta sempre a finalidade de se avaliar, e importa aqui referir que todos os estudos que são feitos pela Champalimaud, pelo INSA e por outras instituições visam, em concreto, avaliar a imunidade e o tempo em que esta imunidade existe no sentido de sabermos até que ponto poderá haver imunidade de grupo, até que ponto poderá haver zonas populacionais protegidas de uma reinfeção, nomeadamente no caso dos profissionais de saúde.

Portanto, mesmo que nós quiséssemos validar este inquérito do ponto de vista epidemiológico, para chegarmos a este conceito de imunidade de grupo, teríamos de testar no mínimo 60% da nossa população, 145 mil análises. E volto a frisar, e é muito importante que se diga isso, que nós estamos a falar de ciência, porque a política é outra coisa, nós tivemos uma incidência de 0,05% de infetados, 146 infetados, felizmente, digo eu, e gastaríamos cerca de quatro milhões de euros, sem nenhum benefício para as decisões em saúde pública que todos desejamos, e são tão necessários para o financiamento de gastos com esta pandemia.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, não está nem nunca esteve em causa o contributo da RAA, aliás, sempre presente, elogiado, na participação em estudos nacionais ou outros. Já o fazemos em muitas áreas, nomeadamente a da gripe sazonal, em estreita cooperação com o INSA. Fá-lo-emos no interesse da ciência e das implicações em saúde que possam vir a ter. Este modelo de inquérito não tem utilidade neste contexto e só o terá se enquadrado em estudos

por entidades dedicadas à investigação, no tempo e no modo em que se está a desenvolver.

Obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente (que não sei se está presente), cumprimento-o:

Eu queria, em primeiro lugar, dizer o seguinte.

O CDS propôs aqui, nesta casa, um projeto de resolução que era para testar toda a população. Na altura, fomos criticados por isso, porque, para uns, já se tinha passado a fase crítica, os outros, não era o tempo, e, outros ainda, que era por questões de bom senso, e, outros ainda, porque não tinha um fundamento técnico para a realização de tais testes.

Ora bem, o tempo veio dar-nos razão em todas essas dimensões, quer na técnica, quer na científica, quer no bom senso, quer na política, o tempo veio a dar-nos razão em todas essas dimensões, e o que se está a fazer, hoje em dia, embora de uma forma, diria, mais ou menos encapotada, é a testar toda a gente; é a testar com a capacidade que temos e com a capacidade que fomos aumentando, felizmente, nessa matéria.

E devo dizer que uma das grandes medidas que a Madeira já tomou e já anunciou é promover a Madeira como uma região de COVID *free* e paga, oferece a todos os turistas e a todos os que venham à Madeira, a partir de 1 de junho, a Madeira oferece um teste à COVID gratuito, a todos que desembarquem na Madeira e, dando negativo, podem entrar na Região Autónoma da Madeira, para fazer, com certeza, um desconfinamento seguro, para voltarmos à normalidade possível, dentro desta pandemia e desta anormalidade, e é esse o caminho que a Região Autónoma dos Açores também



tem de seguir e que o CDS já disse. Aliás, devo dizer-vos que o nosso plano, o roteiro para o desconfinamento seguro que entregamos ao Governo é muito preciso e prevê exatamente essas situações, e nós apoiamos todas as medidas que o Governo tomou para o combate à pandemia, todas sem exceção, como agora temos dúvidas a algumas que estão a ser aplicadas.

É preciso pôr a economia a funcionar. Não há saúde sem economia, nem economia sem saúde, portanto, não vamos do “oito ao oitenta”, nem do “oitenta ao oito”. Há que ter razoabilidade da medida. A razoabilidade das medidas é também uma coisa que nós devemos ter, nós políticos, o Governo, sobretudo, deve ter isso em mente. E é muito mau (é muito mau!) o que um governo e nós, políticos, devemos transmitir às pessoas confiança (confiança!), e não deixar minimamente que as pessoas possam ficar com uma sensação de medo ou mesmo de medo. Confiança no Sistema Regional de Saúde, confiança nos nossos profissionais de saúde, é isso que temos de transmitir, porque o confinar, os diversos confinamentos serviram sobretudo para reequipar, preparar o Serviço Regional de Saúde para responder a essa pandemia, porque passamos de 20 ventiladores para mais de 60 ventiladores. Temos EPI disponíveis no mercado que antes não tínhamos, portanto, temos agora um Serviço Regional de Saúde muito mais capacitado, felizmente, para responder a situações. Portanto, foi disso que serviu... Agora, estando nós preparados, estando o Serviço Regional de Saúde muito mais capacitado para a resposta à pandemia, temos de ir paulatinamente abrindo as ilhas. Há ilhas livres, podemos reabrir o comércio interno, podemos reabrir os voos internos na RAA em ilhas que não têm casos positivos há mais de dois meses. Não se percebe por que é que não há ainda voos internos para todos os açorianos que querem ir das Flores para o Faial, do Faial para a Terceira e etc., para o Pico, etc. Portanto, é um apelo que faço, é preciso começar a dar oxigénio à nossa economia (dar oxigénio à nossa economia!).

E esta medida que o PSD aqui nos traz é uma medida muito interessante (muito interessante!), tal e qual a nossa primeira, que o PSD tinha dúvidas sobre o período mais crítico. Nós apoiamos sem reservas esta medida do PSD, que é uma medida que vai testar a imunidade de grupo. A imunidade de grupo é muito interessante saber como é que ela está, e é para isso que servem os testes serológicos. E o Sr. Dr. Faria e Maia está a pôr as mãos na cabeça, eu não sou especialista em epidemiologia, mas tive exatamente as mesmas cadeiras de epidemiologia que o senhor teve no seu curso e não quero trazer para aqui a técnica com a política, porque eu não as misturo. Mas os testes serológicos servem para aferir da imunidade de grupo e é isso que estão a fazer da imunidade da população portuguesa.

Quanto ao custo, Sr. Dr. e Sr. Deputado, e Sr. Dr., que muito considero, devo dizer o seguinte. Os valores são muito longe daqueles que o senhor está a anunciar. Eu vendo-lhe, tenho para vender-lhe, tenho quem lhe venda testes serológicos, Sr. Dr., a pouco mais de 10 euros. Eu próprio comprei, eu próprio os fiz e eu próprio testei pessoas e eu próprio tenho, adquiri esses testes aqui no mercado, na ilha Terceira. Portanto, para o número que o senhor diz, são pouco mais de 500 mil euros ou nem chegará a 500 mil euros. Eu comprei apenas 10 testes e foram 10 euros mais IVA. Portanto, Sr. Dr., devo-lhe dizer que, nessa matéria, não está correto na informação que lhe deram.

É muito importante, de resto, e seguindo a proposta que o CDS fez e também a do Governo, começarmos a abrir com conta, peso e medida o desconfinamento esta região, a começarmos com uso das máscaras, com a etiqueta social, com afastamento, com a lavagem de mãos, etc., etc., aliás, é exemplo, no continente, é exemplo em muitas regiões, e os Açores não se podem fechar sobre si próprios.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra à Sra. Secretária Regional da Saúde.

(\*) **Secretária Regional da Saúde** (*Teresa Machado Luciano*): Excelentíssima Sra. Presidente da Assembleia, Excelentíssimos(as) Srs. e Sras. Deputados(as), Excelentíssimo Senhor Presidente do Governo, caros colegas do Governo:

Para o Governo Regional a saúde e a segurança dos açorianos estão sempre em primeiro lugar. Neste momento, temos um Serviço Regional de Saúde mais capacitado para responder à pandemia, com os equipamentos e os profissionais mais formados para responder à pandemia.

Porque a investigação é importante e o conhecimento é a base da decisão em saúde, a Região irá participar no estudo serológico nacional à infeção Sars Cov 2, promovido pelo Instituto Nacional Ricardo Jorge, mas que este estudo é adaptado do protocolo da Organização Mundial de Saúde.

Este estudo terá como objetivo o inquérito serológico de base populacional, caracterizar o nível de anticorpos da população portuguesa, de modo a determinar a extensão da infeção, e vai também determinar e comparar a sobre prevalência de anticorpos Sars Cov 2.

Este estudo vai abranger quatro grupos etários: dos 0 aos 9 anos; dos 10 aos 19 anos; de 20 a 60 anos; e mais de 60 anos.

A Região, ao ser convidada para participar neste estudo, reuniu com o Instituto Ricardo Jorge para que a nossa amostra seja de representatividade e que possa ser produzido um relatório específico dos Açores.

Assim, vamos entrar com uma amostra de 326 análises, em sete ilhas, incluindo ilhas em que não houve um único caso de infeção por Sars Cov 2. Esta amostra é representativa, e recorro que a amostra do estudo nacional é de 2100 amostras. Vamos ter representatividade do grupo ocidental, do grupo central e do grupo oriental, e, mais especificamente, Flores, Pico, Faial, São Jorge, Terceira e São Miguel. Vamos ter representatividade nos quatro grupos etários, e este estudo, é importante reforçar, começará entre maio e junho deste ano,

será repetido daqui a cinco meses e, depois, de três em três meses, com um final para setembro, outubro de 2021.

Para além dos resultados a nível nacional, será produzido um relatório específico dos Açores e, com esta representatividade, teremos a fotografia da nossa Região.

Importante também aqui reforçar que Espanha fez um estudo também de imunidade e que, apesar dos cerca de 300 mil casos que tiveram e já com 196 mil recuperados, a imunidade é de 5%. As autoridades espanholas perceberam e emitiram das conclusões deste estudo que a prudência é, sem dúvida nenhuma, a melhor medida, que as medidas que foram implementadas pelo Governo diminuíram o contágio da doença e que a população espanhola, apesar do número de casos de, repito, quase 300 mil casos, não tem imunidade de grupo, neste momento. Mesmo a zona de Madrid, que teve, como sabem, todos nós sabemos, o maior número de casos, só teve valores de 11%.

Entrarmos neste estudo é para nós importante, porque, como sabemos, tivemos 0,05% de infetados, num total de 146 positivos.

Importante também, e não querendo entrar em muita especificidade científica, todos sabemos que o facto de ter anticorpo positivo e IgM ou IgG não dá garantias que está realmente protegido, à luz do cientificamente, até hoje, publicado e para além da prevalência da seroconversão ser muito baixa, neste momento. Por outro lado, mesmo com os anticorpos IgM ou IgG, esta imunidade também é cientificamente não publicada, não temos noção por quanto tempo é esta imunidade.

Portanto, para nós, é importante, sim, entrar neste estudo serológico a nível nacional, em que ficamos com uma fotografia e será produzido um relatório específico dos Açores, não nos faz sentido, neste momento, fazermos um estudo mais alargado dentro da Região.

Importante também reforçar que não pomos de parte realizar um inquérito serológico posterior, tendo como universo a população dos Açores ou segmentos específicos, como os profissionais de saúde ou forças de segurança e proteção civil. Dependerá, sim, deste inquérito do INSA, da evolução do surto e dos resultados que iremos ter.

Por último, deixo aqui um artigo de opinião recente, publicado no jornal *Público*, *Testes serológicos, a balança entre o risco e o benefício*, um artigo de opinião de Luís Graça e Rui M. Ribeiro, investigadores e professores do Centro de Imunologia de Medicina Molecular João Lobo Antunes, em que a conclusão diz: “Apesar destes testes serem um importante recurso para acompanhar a evolução da luta contra o COVI-19, a sua utilização deve ser devidamente planeada. O balanço entre o risco e o benefício na utilização destes testes em populações não expostas, como acontece na generalidade, deve ser tomado em conta. Nestas situações é expectável um benefício baixo e um risco elevado se o teste potenciar uma falsa sensação de segurança”.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária Regional.

De momento, a Mesa não tem inscrições.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Eu inscrevo a Sra. Deputada Mónica Seidi.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Para já, não.

Dou, então, a palavra à Sra. Deputada Mónica Seidi.

(\*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Veio a Sra. Secretária a debate esclarecer, e veio muito bem, porque, então, aquilo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista esteve a dizer, até ao momento, caiu, e desculpem-me a expressão, em saco roto, porque, de facto, a Sra. Secretária veio assumir que a Região irá participar no estudo serológico, que o estudo serológico é importante e veio clarificar o que é que está a ser feito com os estudos serológicos que estão a decorrer. Pois bem, já percebemos que o estudo serológico é importantíssimo, não tínhamos essa dúvida, e ficamos a saber que é uma proposta do PSD, mais uma, e é sobretudo por causa disso, porque é o PSD a propor, que esta proposta não vai ser aprovada.

Mas queria dizer, basicamente, duas coisas.

Primeiro. O Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia não quis falar em ciência. Pois, já nem vamos entrar por aí, porque tudo o que a Sra. Secretária disse já desmantelou, vá, a teoria ou os seus argumentos, do ponto de vista técnico e científico, para não aprovar esta resolução, mas tenho de realçar aqui dois pontos importantíssimos. Primeiro: não vamos ter um inquérito próprio da Região, uma região com características como a nossa, uma região arquipelágica, que se satisfaz com o facto de ter uma população de 245 mil habitantes, mas que vai ter um inquérito que irá abranger 326 pessoas. Ora, se acham que isso vai conseguir traçar de forma fidedigna ou dar a tal fotografia de forma fidedigna, eu acho incrível como é que a Região, tendo meios, tendo mecanismos e estando agora numa fase que tem tempo para preparar o futuro, não aproveita aqui esta hipótese e esta brecha para dar um passo à frente, utilizando aquilo que nós temos, a nossa massa científica, até a nossa massa crítica, do ponto de vista laboratorial, podíamos aqui dar um passo em frente e utilizar as nove ilhas dos Açores, ou excluindo aquelas que não houve casos ativos, mas, sobretudo, pensar nos profissionais de saúde, nas forças de

segurança, nos bombeiros, nos agentes da proteção civil, que tiveram na linha da frente, que podiam entrar neste estudo, que podiam, através de avaliações, seriadas, isso, sim, avaliações seriadas, então, podemos dosear os anticorpos, ver quanto tempo persistem no sangue e, então, aí, pensar numa imunidade e prepará-los para estarem na linha da frente, numa segunda fase, a Região vai desperdiçar esta oportunidade, mas fica contente com o facto de participar com 326 amostras no inquérito serológico nacional. Tenho dúvidas e esperamos que, de facto, esse relatório possa ser uma fotografia fidedigna daquilo que é a nossa região arquipelágica.

Penso que perdemos aqui uma oportunidade de estarmos um passo à frente, porque, de facto, quem esteve na linha da frente, durante este tempo, quem se dedicou a ajudar estes doentes merece, e a Região poderia muito bem, porque tem essas características e essas possibilidades, dar aqui um passo à frente e de ajudar estas pessoas.

Portanto, o repto que deixo é nesse sentido. Perdemos aqui uma oportunidade de estar um passo à frente, de forma segura, de forma transparente, realizar um inquérito serológico da Região, esse, sim, abrangendo as características da nossa Região arquipelágica, das nossas ilhas, mas que traçasse uma fotografia fidedigna daquilo que é a prevalência de anticorpos e a extensão da doença na nossa população.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

De momento, a Mesa não tem inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Gostaria de me inscrever, Sra. Presidente. Graça Silveira.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputado João Paulo Corvelo** (*PCP*): Queria inscrever-me, Sra. Presidente. João Corvelo.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(*Pausa*)

Julgo não haver.

Tem, então, a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(\*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aquele discurso que se tem tentado passar de que nós vivemos, neste momento, uma situação de segurança porque não existem casos ativos da doença, essa é que é uma falsa sensação de segurança. Nós todos sabemos que a partir de agora é preciso nos protegermos e termos um comportamento de população de proteção uns dos outros.

Um teste serológico viria revelar exatamente a percentagem da população de positivos assintomáticos, não têm a doença, mas são transmissores do vírus, e que tornaria as pessoas muito mais responsáveis nessa prática do uso da máscara, nessa prática social, saberem que podem ser positivos, não tendo sintomas, mas estando a contaminar o outro. E mais do que não seja, mesmo sabendo que não se sabe o nível de anticorpos necessários para se ter imunidade, isso é cientificamente, neste momento, duvidoso, mas saberíamos todos quantos positivos temos na Região que nunca desenvolveram os sintomas,



mas que podem andar a contaminar uns e outros, e isso seria fundamental para responsabilizar as pessoas na utilização de máscaras e comportamentos sociais de distanciamento.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Esgotou o seu tempo para este debate.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Muito Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de abordar a questão dos testes serológicos gostaria de relembrar que se provou e é reconhecido o papel insubstituível do Serviço Regional de Saúde na resposta ao surto epidémico e se comprovou que é a única resposta capaz de garantir o direito à saúde, o momento que vivemos é decisivo para o futuro do SRS.

No combate ao surto epidémico têm-se destacado os médicos, enfermeiros, técnicos, pessoal administrativo, assistentes operacionais. São eles que arriscam em primeira linha, trabalhando até ao esgotamento, se necessário, e a eles mais uma vez agradecemos.

O PCP, tanto a nível regional como a nível nacional, defende a exigência da concretização de um plano de emergência que, partindo de uma análise rigorosa do trabalho realizado nestes últimos dois meses, das experiências recolhidas, das necessidades identificadas e dos meios necessários para combater o surto epidémico e regularizar a catividade normal do SRS, não deixando ninguém para trás, aponta um conjunto de medidas prioritárias como a que está prevista nesta iniciativa e muitas mais.

É necessário para o combate à COVID-19 garantir uma reserva estratégica de equipamentos de proteção individual para os profissionais de saúde, bem como, na atual fase de confinamento, garantir e alargar o número de testes a realizar

para detetar pessoas atingidas e testes serológicos que ajudam a medir a imunidade da população açoriana.

Focando especificamente a iniciativa aqui trazida pelo PSD, como a própria Diretora-Geral da Saúde alertou, estes testes não são a solução. A RPPCP defende a realização destes testes a todos os açorianos, mas que ao mesmo tempo seja dado o alerta que todas as pessoas vão ter de continuar a ter as mesmas medidas de prevenção.

Mas ainda digo mais, a DGS ainda afirmou (passo a citar) «[os testes serológicos] são mais uma pista da ciência para perceber o grau de imunidade da população. São precisos resultados mais sólidos [sobre os testes]. Temos de agir em função do princípio da precaução». E aqui levanto a minha questão, os testes podem dar algumas pistas, mas como podemos ter certezas da imunidade se ainda falta saber se uma pessoa infetada ficou imune ou não? Levanto estas questões porque são algumas das dúvidas de todos os açorianos, e ainda alerto que muito ainda se vai descobrir sobre esta doença.

Desta forma, como já o dissemos, a RPPCP irá votar favoravelmente o projeto de resolução apresentado pelo PSD.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado João Corvelo.

Sr. Deputado Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Estamos na abertura de inscrições, não estamos?

**Presidente:** Sim, sim, claro.

**Deputado Francisco César (PS):** Para inscrever o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

**Presidente:** Obrigada.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Uma inscrição do PPM. Paulo Estêvão.

**Presidente:** Obrigada.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Secretário.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Para inscrever a Sra. Secretária Regional da Saúde. Obrigado.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Para já, não.

Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

**(\*) Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Membros do Governo:

As minhas primeiras palavras são no sentido de dizer que a Sra. Deputada Mónica Seidi e a Sra. Deputada Graça Silveira, entre e retórica e a antítese, que às duas reconheço algum valor, enveredaram pela demagogia pura. Uma coisa é se vamos falar sobre uma base científica para se fazer aquilo que se está a propor, que é uma investigação, um inquérito, neste caso é uma investigação, ou se vamos enveredar por discursos demagógicos daquilo que foi dito aqui, nesta base científica, do que é que será a sensação de segurança das populações em sabermos que temos 59% em 60 negativos ou 59% em 60 positivos.

A questão aqui é muito clara.

Um, Sr. Deputado Artur Lima, estivemos sempre de acordo que se deve testar, testar e testar, até ao limite de termos a certeza de que controlámos as cadeias, controlámos a transmissão do vírus. Somos uma região que está a avançar progressivamente para aquilo que muito bem disse que é uma Região Autónoma dos Açores COVID *free*. Agora, há aqui uma confusão, Sr. Deputado. Aquilo que nos preocupa, neste momento, são os casos importados, porque internamente temos a situação sob controlo. Portanto, voltemos ao início: testar, testar e testar todos aqueles ou exigir que haja prova de que testaram todos aqueles que entrarem, porque os nossos, felizmente, estão controlados e, como lhe disse, de facto, nós sabemos que nos testes serológicos vamos apanhar mais 2 ou 3%. Depois do sétimo ou do décimo quarto dia de terem estado infetados, provavelmente já não contaminantes, de facto, estiveram positivos. Mas esta estatística não valida que nós tenhamos de alargar o estudo com esta base de investigação para toda a Região.

Portanto, nessas circunstâncias, e em concreto, o que nós temos aqui é, por um lado, uma evidência do que é que se pretende com a resposta a nível de anticorpos e, por outro lado, uma evidência naquilo que se pretende em relação às decisões em saúde pública, no caso em concreto da saúde, defende muito bem que é a do desconfinamento e da mobilidade dos açorianos.

Portanto, não vamos lançar dúvidas na [*termo impercetível*] de que este inquérito vai resolver este problema. Até porque, como disse, e muito bem, a Sra. Secretária, baseado, de facto, na investigação que fez e naquilo que a ciência nos diz, todos os inquéritos de base imunológica vão ser prolongados no tempo, e daí a minha primeira intervenção no sentido de não entender este pedido de urgência para uma situação que, neste momento, está a ser estudada a nível mundial ou internacional e que os dados em séries muito alargadas não trouxeram ainda nada de novo.

Portanto, a questão aqui, que é a questão maior, inerente a qualquer propositura que esta Assembleia possa aprovar, é do benefício real que dela possa resultar para os açorianos. O que nós sabemos é que se nós formos pelo fútil, vamos penalizar quem propõe e o inconsistente pode ser uma impreparação nova e o inconsequente é uma perda de tempo e de dinheiro.

Portanto, não venham aqui dizer que nós somos contra a ciência e que nós somos uma região que, de facto, não aposta nisso. A RAA entra e tem entrado em todos os estudos multicêntricos, multinacionais, que tenham como base a aquisição de conhecimentos que tenham uma base científica, que tenham uma amostragem definida e que no tempo próprio trarão, e espero bem que tragam, uma mais valia para as tomadas de decisão.

Portanto, Sr. Deputado Artur Lima, vamos continuar a concordar, na RAA, todas as medidas que foram tomadas em relação ao confinamento, às quarentenas e ao testar, testar, testar, até agora, conseguiram, temos esta relativa segurança de que estamos a ficar sem casos ativos na nossa região e que as medidas de desconfinamento e que as decisões de mobilidade possam ser tomadas, o que não impede, e muito bem, e o senhor está de acordo também, que todos os casos, como foi o caso da nossa região e de outras que importaram o COVID, tenham essas medidas acrescidas de reforço da segurança em relação à mobilidade externa.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, eu queria inscrever-me, se faz favor. Artur Lima.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Eu queria inscrever-me, sra. Presidente.

*(Pausa)*

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

**O Orador:** Estava alguém a falar, entretanto, quando eu comecei a intervenção, Sra. Presidente.

**Presidente:** Sim, sim, mas pode continuar, Sr. Deputado.

**O Orador:** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dizer o seguinte em relação a esta proposta.

O Governo e também o Grupo Parlamentar do Partido Socialista estão a enveredar, na minha perspetiva, por um caminho muito perigoso, que é o caminho de tentar quebrar a unidade que se gerou na Região em relação a esta temática.

Como se sabe, a Região estava muitíssimo mal preparada e teve que ser adotado um conjunto de medidas que, fundamentalmente, incidiram na questão das quarentenas, do confinamento, o cancelamento das ligações entre as diversas ilhas e, naquilo que foi possível fazer, entre a Região e o resto do país e das ligações, também, internacionais, ou seja, isolar o mais possível, aproveitando as vantagens geográficas da nossa região, neste sentido e para esta conjuntura.

Eu devo dizer que foram, durante este período, cometidos muitos erros e também foram tomadas muitas medidas acertadas, que nós apoiámos. Nós apoiámos em conjunto, porque consideramos que era muito importante que o Governo tivesse autoridade política junto da população para implementar um conjunto de medidas que, muitas vezes, foram medidas duras, mas tinham de ser tomadas. Portanto, eu penso que uma das vantagens que a Região teve foi a unidade política e que partiu também, numa perspetiva muito generosa, considero eu, dos partidos da oposição. Estamos a poucos meses das eleições, mas nem por isso o Governo deixou de ter o apoio que precisou para enfrentar

esta situação. E isso não aconteceu em muitos outros países e em muitas outras regiões. Portanto, houve uma generosidade, houve um sentido de estado por parte de todos nós.

Ora, isso, que, neste momento, começa a ser muito difícil de manter, com a atitude do Governo e do Partido Socialista, nesta matéria, porque as medidas que querem implementar são apenas as suas medidas e não as outras que são propostas pelos outros partidos e que, obviamente, têm uma perspetiva diferente e, muitas vezes, uma perspetiva, na minha opinião, melhor em relação a estas matérias.

O que é que aqui foi avançado do ponto de vista concreto? Estes testes têm problemas, de acordo com o artigo de opinião lido pela Sra. Secretária, que era de poderem transmitir uma falsa sensação de segurança. Ora, isso é uma conversa velha, isso é o que foi dito em relação às máscaras! Para as máscaras, o Governo começou por anunciar que havia duas razões para não se utilizarem as máscaras: podia induzir a uma falsa sensação de segurança e podia também... a população não estava preparada para as utilizar, não tinha a preparação para as utilizar. Ora, isto é um tipo de situação que eu me absteve de criticar, na altura, exatamente fazendo este esforço de convergência, mas que, com esta atitude do Governo e do Partido Socialista, começa a ser impossível de sustentar. Ou seja, V. Ex.<sup>as</sup>, pura e simplesmente, querem fazer apenas aquilo que V. Ex.<sup>as</sup> concebem, e, nesse sentido, estão a tentar destruir a unanimidade política em relação a esta matéria, ao mostrarem que são um autêntico *bunker* em relação às ideias e aos projetos dos outros. E, nesse sentido, é impossível, estão a prejudicar gravemente os interesses da Região do ponto de vista político, porque, como é óbvio, isto é uma luta de todos, e estes testes são testes importantíssimos. Quanto mais informação se reunir, melhor. Do ponto de vista científico, o que é que interessa? Reunir informação. Para a decisão política, o que é que interessa? Ter a maior quantidade possível de informação para tomar

decisões. Isto é que é fundamental. Portanto, os políticos tomam decisões com base do conhecimento que, entretanto, lhes é transmitido pelos especialistas. Evidentemente, os especialistas e os cientistas têm informação que, entretanto, conseguiram reunir, e, para conseguirem reunir essa informação, têm de elaborar testes, têm de investigar, e é isto que se está aqui a pedir. Portanto, reunir mais informação, para que as decisões políticas possam ter outra sustentação.

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** E termino, então, a minha primeira...

Já esgotei o tempo, Sra. Presidente?

**Presidente:** Já, Sr. Deputado, já esgotou.

**O Orador:** Pronto.

Então, termino esta intervenção dizendo apenas o seguinte. Na minha perspetiva, a postura do Governo e do Partido Socialista está profundamente errada, nesta perspetiva de impedir que propostas como estas, que são propostas que trazem mais conhecimento... não é o problema da falsa segurança, essa questão já foi utilizada nas máscaras e em muitas outras situações. Essa situação, esse tipo de desculpa não vale a pena. Isso são erros e são erros que foram cometidos por parte das autoridades, porque, pura e simplesmente, achavam que era uma falsa sensação de segurança. Achavam que criava uma falsa sensação de segurança, pura e simplesmente, porque não tinham dinheiro e não tinham material disponível, e agora é a mesma desculpa, o mesmo tipo de informação.

Portanto, termino, porque já esgotei o meu tempo, dizendo que voto favoravelmente esta iniciativa do PSD, porque, evidentemente, esta iniciativa do PSD, estes testes, se forem realizados, trazem mais informação e toda a informação e principalmente informação que nos dê uma informação importante a nível imunológico, toda a informação é importante para que os



políticos possam tomar decisões, e considero que esta é uma boa proposta e vou votar favoravelmente esta iniciativa do PSD.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

O PPM esgotou o seu tempo para o debate.

Dou agora a palavra à Sra. Secretária Regional da Saúde.

(\*) **Secretária Regional da Saúde** (*Teresa Machado Luciano*): Excelentíssima Sra. Presidente da Assembleia, Excelentíssimas(os) Sras. e Srs. Deputados, Excelentíssimo Sr. Presidente do Governo, caros colegas do Governo:

O SRS estava preparado, tinha planos de contingência e tomou as melhores medidas para proteção da saúde e segurança nas nove ilhas dos Açores.

Foram realizados, até ao dia de hoje, 20 332 testes. Ainda o PSD não falava de testes serológicos, já estávamos a reunir com o INSA para a participação neste estudo, que tinha uma amostra mais pequena e que pedimos, para que haja esta representatividade e que tenhamos as três regiões, que entrassem as sete ilhas, com as diferentes especificidades.

Por último, o Governo tomou e tomará todas as medidas para proteção da população, dos profissionais de saúde, das forças de segurança e bombeiros, em prol de toda a Região.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

Abrimos, agora, uma nova ronda de inscrições.

A Mesa já tem a inscrição do Sr. Deputado Artur Lima.

Pergunto se há mais inscrições.

(*Pausa*)

Julgo não haver, para já.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Eu disse, na minha primeira intervenção, que era preciso dar oxigénio à economia e reabrir o turismo interno e as ligações internas e, portanto, naquilo que se chama a razoabilidade das medidas a aplicar, e, se o CDS apoiou, como devia ser, todas as medidas do Governo tomadas até agora, entendemos também, como disse na primeira intervenção, que é necessário abrir, começar a abrir os Açores e a economia. E, Sr. Dr. (chamo sempre Sr. Dr., mas é com muito respeito), Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia, eu devo dizer que, relativamente aos testes, o PS votou contra, porque, dizia eu, para testar toda a população, embora também reconhecendo que toda não fosse possível, mas por toda naturalmente se entendia uma parte significativa da população. Portanto, nem sempre tivemos de acordo nesta matéria. De resto, subscrevo a sua intervenção e aquilo que disse.

Mas também, Sr. Deputado, é muito importante dizer-lhe o seguinte. Não foi só o Partido Socialista. Eu lembro-me das autoridades de saúde, quer regionais, quer nacionais, dizerem, quando não tinham testes, que era uma falsa sensação de segurança fazer testes ou testar, devido aos falsos negativos e era uma falsa sensação de segurança usar máscaras, numa sexta-feira, e, no sábado, já era seguro usar máscaras. Portanto, quanto a isso, quanto a falsa sensação de segurança, estamos conversados. As medidas são as que são e as que devem ser implementadas para uma abertura com segurança da RAA e reavivar, reanimar o social e a economia na nossa região.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

De momento, a Mesa não tem inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Eu inscrevo a Sra. Deputada Mónica Seidi.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(\*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. e Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Lamentamos esta posição quer do Governo Regional, quer do Partido Socialista, pois temos um Partido Socialista que, curiosamente, não entende a urgência da discussão, mas, depois, vota favoravelmente o pedido de urgência desta mesma iniciativa. Decidam-se, Srs. Deputados. Isto assim, ninguém vai lá.

Depois, interroga-se o Partido Socialista sobre o benefício que esta iniciativa traz aos açorianos. Incrível! Interroga-se se eventualmente haverá algum benefício com a realização deste inquérito, mas depois aceita participar no inquérito serológico nacional, onde irão apenas entrar 326 açorianos. Onde é que será possível ter aqui uma amostra representativa, extrapolar conclusões para toda a população? Não se percebe!

Depois, Sra. Secretária, lamento essas declarações infelizes que diz que nem o PSD falava em testes serológicos e já o Governo estava a negociar com o INSA. Pois, eu peço-lhe que reveja as gravações das audições onde a Sra. Secretária foi ouvida, porque, curiosamente, ambas falámos sobre isto e uma das expressões que utilizou em relação a um caso concreto é “Vou aqui tomar notas”, portanto, estávamos as duas a falar de testes serológicos. Portanto, esta é uma matéria que o PSD já fala há algum tempo, testes serológicos, e nós as

duas, mais concretamente em comissão, falámos sobre a aplicabilidade destes testes serológicos.

Por fim, lamento que, de facto, o Governo não queira aqui aproveitar o nosso potencial científico, não queira aqui aproveitar, por exemplo, a própria Universidade dos Açores, que se satisfaça com a sua participação no inquérito serológico nacional, volto a repetir, somos aproximadamente 245 mil açorianos, por que é que nos vamos cingir a uma amostra de 326, quando podíamos ter aqui uma possibilidade [*inaudível*] de tranquilizar, de ajudar os açorianos e, sobretudo, aqueles que tiveram uma maior exposição ao vírus, que tiveram [*inaudível*], todos os que tiveram na linha da frente, no primeiro contacto com as pessoas suspeitas, com os casos suspeitos, com as populações, porque, seguramente, esses poderiam ser aqui uma boa resposta e uma boa aposta para, de facto, percebermos o que é que podemos esperar em relação ao comportamento deste vírus e o que é que podemos esperar da população no eventual surgimento da segunda vaga.

Portanto, lamento que a Região perca essa oportunidade,...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sra. Deputada.

**A Oradora:** Termina já, Sra. Presidente.

... a oportunidade de estar um passo à frente.

E termino com uma expressão que já aqui utilizei: nós não jogamos o jogo do medo, nós jogamos o jogo da confiança. E esta iniciativa é um claro exemplo da confiança que os açorianos precisam de sentir na nossa região.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

O PSD esgotou o seu tempo para o debate.

Estão abertas as inscrições.

(*Pausa*)

Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Julgo não haver.

Não havendo inscrições, vamos, então, passar à votação deste projeto de resolução.

Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** André Rodrigues.

**Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** António Parreira.

**Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Carlos Silva.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Dionísio Faria e Maia.

**Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Sra. Presidente, eu voto contra.

**Presidente:** Domingos Cunha.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, eu voto contra.

**Presidente:** Francisco Coelho.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Voto contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** Graça Silva.

**Deputada Maria Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Iasalde Nunes.

**Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** João Paulo Ávila.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Sra. Presidente, voto contra.

**Presidente:** João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Voto contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Eu voto contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** O meu voto é contra.

**Presidente:** José San-Bento.

**Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Manuel Ramos.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Sra. Presidente, voto contra.

**Presidente:** Maria de Fátima Ferreira.

**Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Maria Eduarda Pimenta.

**Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Maria Isabel Quinto.

**Deputada Maria Isabel Quinto (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Mário Tomé.

**Deputado Mário Tomé (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Marta Couto.

**Deputada Marta Couto (PS):** Voto contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Matos.

**Deputada Marta Matos (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Mónica Rocha.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Pedro Moura.

**Deputado Pedro Moura (PS):** Contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** Renata Correia Botelho.

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Ricardo Ramalho.

**Deputado Ricardo Ramalho (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Sónia Nicolau.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Sra. Presidente o meu voto é contra.

**Presidente:** Luís Maurício.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Pedroso.

**Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Bruno Belo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Ferreira.

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Catarina Chamacame Furtado.

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** César Toste.

**Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Jaime Vieira.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Luís Rendeiro.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria João Carreiro.

**Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mónica Seidi.

**Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Artur Lima.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Alonso Miguel.

**Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor

**Presidente:** Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.



**Presidente:** Paulo Mendes.

**Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

**Presidente:** João Paulo Corvelo.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, o meu voto é favorável.

*[Interferência na gravação]*

**Presidente:** Sra. Deputada, peço-lhe que desligue o microfone, por favor. Obrigada.

Eu vou pedir ao Sr. Deputado João Corvelo que anuncie novamente o sentido de voto. Não foi possível ouvi-lo. Peço desculpa.

Sr. Deputado João Corvelo.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, o meu voto é favorável.

Voto a favor.

**Presidente:** Obrigada.

Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Graça Silveira.

**Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Luís.

**Deputada Ana Luís (PS):** O meu voto é contra.

**Presidente:** Manuel Pereira.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** O meu voto é contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** Jorge Jorge.

**Deputado Jorge Jorge (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sr. Deputado Manuel Pereira, para o anúncio da votação, tem a palavra.

**Secretário:** Obrigado, Sra. Presidente.

O Projeto de Resolução n.º 225/XI foi rejeitado com 30 votos do Partido Socialista; duas abstenções do Bloco de Esquerda; e 19 votos a favor do PSD, três do CDS-PP, um do PCP, um do PPM e um da Deputada Independente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

O ponto 22, que correspondia ao pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, que consta como ponto 21 da nossa Agenda, já foram debatidos, portanto, avançamos agora para o ponto 23 da Agenda: **Relatório sobre o pedido de autorização de levantamento de imunidade parlamentar do Deputado Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas a fim de ser constituído arguido e ser interrogado no âmbito do processo de inquérito com o N.º 1332/19.0T9PDL.**

O relatório foi distribuído por todos, julgo não haver inscrições. Vamos passar à votação deste relatório.

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Para uma inscrição do Sr. Deputado João Vasco Costa, sobre o relatório, sobre a questão da imunidade.

**Presidente:** Sobre o relatório.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A democracia não admite privilégios. Apenas comporta, em determinadas situações jurídico-funcionais, a existência de derrogações à regra geral, em nome de um valor maior. Quero isto dizer que a chamada imunidade dos deputados, cujo sentido e alcance este Grupo Parlamentar já esclareceu aqui por diversas vezes, contra a ignorância populista e o justicialismo oportunista, significa apenas que, para garantia da plena liberdade e independência dos

representantes democráticos do povo, estes não podem ser demandados por palavras ou expressões proferidas durante o plenário. E essa demanda, com que aliás esta Assembleia já se defrontou, só pode significar erro do demandante.

Este Grupo Parlamentar também tem uma praxe consolidada de, no âmbito de qualquer intervenção cívica e no concernente à liberdade de expressão, priorizar esse direito dos deputados, privilegiando assim também o livre exercício da expressão cidadã sobre o delito de opinião. Já o fizemos aqui, também por diversas vezes, independentemente da tendência político-partidária do respetivo titular que, aliás e como também se viu já, nem sempre é critério e muito menos garantia....

Mas, como dizia a saudosa Deputada Zuraida Soares, “uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa”. E naqueles casos em que a lei coloca sobre os ombros desta Assembleia o encargo de avaliar e escolher, entre o concreto desvalor do tipo de ilícito criminal, em cotejo com o nobre exercício do mandato democrático, há que decidir. E uma coisa é a liberdade de expressão – ainda que excessiva, e o seu correspondente desvalor jurídico-penal e social – outra coisa são tipos de ilícito criminal relacionados com o uso indevido de património público ou privado. Isto sempre, claro está, sem prejuízo do sagrado princípio da presunção da inocência e da eventual incipiência da indicição em fase inicial de inquérito.

Por isso mesmo, e relativamente a este pedido de autorização para interrogatório, este Grupo Parlamentar nunca teve dúvidas, nunca tergiversou e vem dizer aqui o mesmo que sempre disse, inclusive na longa e esclarecedora reunião da CAPAT: não é esta Assembleia que deve impedir um senhor deputado de se defender, nem de esclarecer as imputações jurídico-penais que sobre a sua pessoa impendam, até porque, de resto, e se for essa a sua opção, exclusivamente pessoal, o nosso processo penal reconhece a qualquer arguido o direito ao silêncio.

Reafirmamos a nossa confiança no funcionamento do Estado de Direito Democrático e a nossa fé na separação e independência do Poder Judicial, aliás adquirido civilizacional que temos por impostergável. Também não confundimos imputações de carácter administrativo ou contraordenacional com eventuais ilícitos de carácter penal, até porque qualquer tentativa impossível de eventual generalização da ilicitude não valerá nunca como exclusão da sua.

Tudo visto, e em coerência absoluta com a nossa praxe nesta matéria, votaremos no sentido da permissão do Senhor Deputado Duarte Freitas para, querendo, poder exercitar todos os seus direitos de defesa, como é próprio e típico numa democracia de cidadãos.

Disse.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Julgo não haver.

Vamos, então, passar à votação deste relatório.

Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** André Rodrigues.

**Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Parreira.

**Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Silva.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Dionísio Faria e Maia.

**Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Domingos Cunha.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Francisco Coelho.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Graça Silva.

**Deputada Maria Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Iasalde Nunes.

**Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Paulo Ávila.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José San-Bento.

**Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Manuel Ramos.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Maria de Fátima Ferreira.

**Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Maria Eduarda Pimenta.

**Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria Isabel Quinto.

**Deputada Maria Isabel Quinto (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mário Tomé.

**Deputado Mário Tomé (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Couto.

**Deputada Marta Couto (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Matos.

**Deputada Marta Matos (PS)** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mónica Rocha.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Pedro Moura.

**Deputado Pedro Moura (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Renata Correia Botelho.

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ricardo Ramalho.

**Deputado Ricardo Ramalho (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sónia Nicolau.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Luís Maurício

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Pedroso.

**Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Bruno Belo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Ferreira.

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Catarina Chamacame Furtado.

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** César Toste.

**Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Jaime Vieira.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Luís Rendeiro.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria João Carreiro.

**Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mónica Seidi.

**Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Artur Lima.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Alonso Miguel.

**Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Mendes.

**Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Paulo Corvelo.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Graça Silveira.

**Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Luís.

**Deputada Ana Luís (PS):** O meu voto é a favor.

**Presidente:** Manuel Pereira.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** O meu voto é favor.

**Presidente:** Jorge Jorge.

**Deputado Jorge Jorge (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa, Manuel Pereira, para anunciar a votação.

**Secretário:** Muito obrigado, Sra. Presidente.



O Projeto de Resolução n.º 183/XI foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora para o ponto 24 da nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 56/XI – “Medida extraordinária e temporária de apoio aos idosos para aquisição de equipamento de proteção individual”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Para justificar a urgência, tem a palavra a Sra. Deputada Maria Isabel Quinto.

(\*) **Deputada Maria Isabel Quinto (PS):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Srs. Membros do Governo:

Na fase de desconfinamento em que nos encontramos, após termos controlado a primeira fase do surto da COVID-19, e como medida essencial de prevenção ativa, é obrigatório o uso de equipamentos de proteção individual, designadamente máscara e máscara cirúrgica para uso social. Para além disso, a lavagem de mãos com desinfetante de base alcoólica e a utilização de luvas em determinadas situações continuam a ser altamente recomendáveis.

O uso e consumo de tais equipamentos de proteção individual, até pela rápida necessidade da sua substituição, não deixa de constituir mais um encargo para as famílias, que os poderes públicos podem e devem levar em conta.

A este respeito, convém recordar a atual passagem destes produtos para a taxa reduzida de IVA, artigo 3.º da Lei n.º 13/2020, de 7 de maio, a sujeição destes tipos de bens ao regime de margens de comercialização, fixadas no máximo de 15%, quer para os grossistas, quer para os retalhistas, fixada na Região pela Portaria n.º 46/2020, de 23 de abril, da Vice-Presidência e da Secretaria Regional da Saúde, na distribuição, na Região, de três máscaras por agregado familiar, decidida pelo Governo Regional e que contou com a colaboração ativa das juntas de freguesia.

Apesar deste conjunto de medidas, já executadas ou em vigor, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que, e relativamente a setores da população de maior fragilidade económica e social, designadamente os idosos e os cidadãos portadores de grau de incapacidade igual ou superior a 80%, com menores rendimentos, é possível e desejável atribuir-lhes um montante anual para aquisição destes equipamentos de proteção individual, através de reembolso.

Assim, propõe-se o aditamento de uma norma extraordinária e temporária ao diploma do COMPAMID de apoio para a aquisição dos equipamentos acima referidos, até ao montante global de 118,12€ por beneficiário, isto porque, e nunca é de mais referi-lo, o montante global do COMPAMID passou de 315€, em 2019, para 590,62€, no corrente ano, nos termos dos artigos 73.º e 84.º do diploma que aprovou o orçamento da Região para 2020.

A presente iniciativa foi consensualizada e trabalhada com o Grupo Parlamentar do CDS, que só não a subscreve formalmente por questões meramente regimentais.

Por último, a proposta de alteração relativamente à entrada em vigor da presente iniciativa legislativa, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD, no sentido de fazer retroagir os seus efeitos a 12 de março de 2020, parece-nos útil, pelo que merecerá o nosso voto favorável.

Muito obrigada.

**Presidente:** Sra. Deputada Isabel Quinto, essa última parte da sua intervenção não correspondia, naturalmente, à justificação da urgência, por isso... De qualquer forma, já acabou a sua intervenção.

Pergunto se há alguma inscrição.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Uma interpelação à Mesa, Sra. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, é sobre a condução dos trabalhos.

A Sra. Deputada acaba de fazer uma apresentação completa da sua proposta, não explicou os motivos da urgência da proposta, explicou e detalhou, e com muito tempo, uma intervenção longa, em que teve a oportunidade de detalhar a sua proposta e discutir a sua proposta. Não é isso que estava, nesta fase, o que a Sra. Deputada tinha de fazer era explicar a sua urgência.

Portanto, a Sra. Presidente, eu quero dizer-lhe que discordo em absoluto, mais uma vez, dois pesos e duas medidas. V. Ex.<sup>a</sup> o que fez foi permitir, durante um largo período de tempo, que a Sra. Deputada explicasse o conteúdo da sua proposta, nunca se referindo à sua urgência, e que só na parte final a Sra. Presidente a tivesse interrompido.

Portanto, quero demonstrar aqui, mais uma vez, a incoerência como V. Ex.<sup>a</sup> dirige os trabalhos e, mais uma vez, como V. Ex.<sup>a</sup>, numa intervenção do seu grupo parlamentar, levou a que a Sra. Presidente não interrompesse, como deveria ter feito, a partir do momento em que, claramente, a Sra. Deputada se desviou do assunto, que era de explicar a urgência da sua iniciativa e não detalhá-la e explicá-la e debatê-la como esteve a fazer, durante um longo período de tempo.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Fica registada a sua interpelação.

Apenas, chamar a atenção de que o tempo foi utilizado dentro do tempo que estava estabelecido pela Conferência de Líderes.

**Deputada Maria Isabel Quinto (PS):** Sra. Presidente, posso pedir a palavra? Para uma interpelação.

**Presidente:** E, Sr. Deputado Paulo Estêvão, a Mesa chamou a atenção da Sra. Deputada quando entendeu, efetivamente, que se estava a desviar totalmente do assunto que, nesta fase, estava em apreciação.

Sra. Deputada Isabel Quinto, para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

*(Pausa)*

Peço-lhe que ligue o microfone, por favor, Sra. Deputada.

**(\*) Deputada Maria Isabel Quinto (PS):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Realmente, por lapso meu, e por uma questão de economia de tempo, eu, no fundo, já apresentei a minha substância da iniciativa e a urgência da mesma. Peço imensa desculpa e estou aqui pronta para alguma questão que seja necessária.

Muito obrigada.

**Presidente:** Fica também registada a sua inscrição.

Naturalmente que agora a Mesa abre inscrições, apenas no âmbito da urgência, porque só depois de ela ser votada e, efetivamente, aprovada é que poderemos entrar na substância da matéria.

Pergunto se há alguma inscrição relativa a este pedido de urgência.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Uma inscrição. Paulo Estêvão.

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

**(\*) Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Deputada, ainda bem que, com a frontalidade que caracteriza V. Ex.<sup>a</sup>, reconheceu que não esteve a apresentar urgência nenhuma, esteve foi a apresentar o conteúdo da sua iniciativa. Portanto, nesse sentido, saúdo a sua frontalidade e saúdo que tenha, assim, reconhecido, foi isso que fez, e que, obviamente, deveria ter sido interrompida pela Sra. Presidente assim que se constatou que, de facto, estava a apresentar a proposta e não a defender a sua urgência.

De qualquer das maneiras, o que lhe posso transmitir é que, da parte do PPM, nós vamos votar favoravelmente este pedido de urgência.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado Luís Maurício.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Eu inscrevo o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

*(Pausa)*

Julgo não haver.

Tem, então, a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

**(\*) Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, atendendo a que, de facto, a Sra. Deputada Isabel Quinto apresentou o diploma, mas não querendo, naturalmente, entrar na fase da discussão da substância do mesmo antes da votação do período de urgência, eu, nesta fase, prescindo.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Julgo não haver.

Vamos, então, votar este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** André Rodrigues.

**Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Parreira.

**Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Carlos Silva.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Dionísio Faria e Maia.

**Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Domingos Cunha.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Francisco Coelho.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Graça Silva.

**Deputada Maria Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Iasalde Nunes.

**Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

*(Interferência na gravação)*

**Presidente:** Sr. Deputado, peço-lhe que desligue o microfone, por favor.

**Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, eu votei a favor. Não sei se me ouviu.

**Presidente:** Sim, ouvi. Já está registado. Obrigada.

João Paulo Ávila.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José Ávila.

*(Pausa)*

José Ávila.

José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José San-Bento.

**Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Manuel Ramos.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria de Fátima Ferreira.

**Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria Eduarda Pimenta.

**Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria Isabel Quinto.

**Deputada Maria Isabel Quinto (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mário Tomé.

**Deputado Mário Tomé (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Couto.

**Deputada Marta Couto (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Matos.

**Deputada Marta Matos (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mónica Rocha.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Pedro Moura.

**Deputado Pedro Moura (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Renata Correia Botelho.

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Ricardo Ramalho.

**Deputado Ricardo Ramalho (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sónia Nicolau.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Luís Maurício.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Pedroso.

**Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Bruno Belo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Ferreira.

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Catarina Chamacame Furtado.

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** César Toste.

**Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Elisa Sousa.



**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Jaime Vieira.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Luís Rendeiro.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria João Carreiro.

**Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mónica Seidi.

**Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Artur Lima.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Alonso Miguel.

**Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Mendes.

**Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Paulo Corvelo.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Graça Silveira.

**Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Luís.

**Deputada Ana Luís (PS):** O meu voto é a favor.

**Presidente:** Manuel Pereira.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** O meu voto é favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Jorge Jorge

**Deputado Jorge Jorge (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** José Ávila.

Sr. Deputado Manuel Pereira, para anunciar a votação, tem a palavra.

**Secretário:** O pedido de urgência para apreciação do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 56/XI foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos a um quarto para o meio dia.

*Eram 11 horas e 30 minutos.*

**Presidente:** Muito bem.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

*Eram 11 horas e 45 minutos.*

Queria informar a câmara que, como foi distribuído por todos, o PS entregou uma proposta de substituição integral deste Projeto de Decreto Legislativo Regional.

Conforme diz o artigo 136.º do nosso Regimento, ambas as propostas serão debatidas em conjunto, apesar de que diferem muito pouco uma da outra.

No fim do debate procede-se à votação dos dois textos pela ordem da entrada na Assembleia para decidir qual deles segue para o debate em votação na especialidade.

Entramos assim no ponto 25 da nossa Agenda com esta advertência que acabo de fazer.

Sra. Deputada Isabel Quinto tem a palavra.

(\* **Deputada Maria Isabel Quinto (PS)**: Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como já disse e por lapso apresentei a urgência e a substância do mesmo diploma.

O diploma é claro nos seus objetivos e por uma questão de economia processual fico a aguardar pelo debate.

Muito obrigada.

**Presidente**: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD)**: Sra. Presidente, em nome do Grupo do Parlamentar do PSD, inscrevo-me a mim próprio. Obrigado.

**Presidente**: Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Para já julgo não haver.

Tem então a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(\*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PSD naturalmente valoriza esta proposta do Partido Socialista, este projeto do Partido Socialista, no entanto, antes de entrarmos também na sua substância um bocadinho mais aprofundadamente, gostaria de perguntar ao Partido Socialista se tem ideia de qual o valor em termos orçamentais que esta medida poderá significar, a sua repercussão em termos do orçamento da despesa e qual a rúbrica orçamental em que ela se insere.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, para uma interpelação.

**Presidente:** Tem a palavra, Sr. Deputado Alonso Miguel.

(\*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, por favor, esclareça-me a advertência inicial que fez era em relação a uma substituição integral, é isso?

**Presidente:** Sim. O PS fez entrar uma proposta de substituição integral deste diploma. Como sabem as propostas de substituições integrais aos DLRs têm uma tramitação diferente daquela que fazemos para os projetos de resolução, porquê?

Porque o projeto de resolução só pode ser alterado pelo próprio proponente e, portanto, é entregue uma proposta de substituição integral assumimos imediatamente que o proponente quer debater aquela iniciativa e não a inicial.

Nos Projetos de Decreto Legislativo Regional há um artigo próprio no Regimento, que é o artigo 136.º, que nos diz que apresentada uma ou mais substituições integrais elas são todas debatidas em conjunto e depois votadas separadamente para saber qual é que transita para o debate e votação na especialidade. Portanto, são todas votadas na generalidade, em última instância. Portanto, independentemente da proposta de substituição integral ser do proponente do diploma originário é este o procedimento que temos que fazer.

**Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se ...

**Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sra. Deputada Graça Silveira.

**Deputada Graça Silveira (Independente):** Para uma interpelação à Mesa.

**Presidente:** Tem a palavra.

(\*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** No seguimento da questão da substituição integral eu não consigo encontrar nem na Agenda, quando faço o link para o ponto que estamos a discutir, não tem disponibilizada a substituição integral, e também nem através do email do plenário que nos tem estado a disponibilizar os novos diplomas, não consigo encontrar a substituição integral em lado nenhum.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Podemos voltar a remeter, mas a substituição integral foi entregue, despachada, distribuída por todos pelo email plenário e também distribuída na GD e, julgo eu, que já deverá estar disponível também na página, mas posso pedir que seja remetida de imediato à Sra. Deputada através do email plenário.

**Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, para uma inscrição, por favor.

**Presidente:** Sim, senhor. Alonso Miguel.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado António Lima.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Era para duas coisas: para uma interpelação, apenas para informar também a Mesa de que muitas vezes durante este plenário online tem acontecido de facto as substituições integrais não estarem disponíveis no site das respetivas iniciativas.

É certo que elas são distribuídas por todos, mas para quem está de fora, para quem acompanha e queira verificar o que é que estamos a debater exatamente, por vezes isso tem acontecido, porque tenho verificado essa situação já por mais de uma vez e gostaria de informar a Mesa dessa situação.

Apenas também para fazer uma inscrição do Deputado Paulo Mendes, por favor.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Obrigada também pela chamada de atenção. Irei verificar junto dos serviços o motivo pelo qual a iniciativa, ou as iniciativas que são substituições integrais não são colocadas na página.

Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Para já não.

Tem então a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(\*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permitam-me começar por frisar uma vez mais a importância, o alcance e a utilidade que tem o COMPAMID que o CDS muito se orgulha de ser o seu

proponente e de ser uma iniciativa que veio em muitos níveis e em várias matérias demonstrar a sua utilidade.

O contexto que se gerou na Região com a evolução e com os impactos gerados pela COVID-19 levou a que fossem feitas uma série de recomendações e implementar um conjunto de regras e de cumprimento obrigatório em termos de conduta, higiene e de proteção individual que no fundo acabam por representar mais um encargo para todos os açorianos, para além de todos os impactos socio económicos já causados pela pandemia.

Como tal, era de facto importante que se encontrassem mecanismos que pudessem auxiliar os nossos idosos que são naturalmente um dos principais grupos de risco e em especial aqueles que mais precisam, garantindo dessa forma meios para que eles se possam adaptar a esta nova realidade. Ou seja, assegurar que tenham capacidade para cumprir com as orientações definidas e para que sobretudo consigam garantir meios de proteção da sua saúde individual, evitando a propagação do vírus e contribuindo para a defesa da saúde coletiva dos açorianos.

Como tal, nós consideramos que esta proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS que agora analisamos é de facto pertinente.

Parece-nos também que a solução encontrada de atribuir o apoio aos beneficiários do COMPAMID é de facto a forma mais adequada, mais imediata, mais eficiente de implementar esta medida e volto ao início da intervenção, acaba por demonstrar uma vez mais a grande utilidade deste instrumento, que é o COMPAMID, e o impacto que tem para os nossos idosos, sobretudo os mais desfavorecidos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

**Deputado Paulo Mendes (BE):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Importa, primeiramente, esclarecer que nada temos contra ao pretendido e acompanhamos a bondade do seu propósito.

Contudo, temos sérias dúvidas na legalidade e mesmo constitucionalidade deste Projeto de Decreto Legislativo Regional, pois temos entendimento, salvo melhor opinião, que invade a exclusiva competência do executivo.

O proponente pretende objetivamente que na verba consignada ao COMPAMID, no orçamento da Região, seja criado um artigo ou digamos alínea, para aquisição de meios de proteção individual, medida extraordinária e temporária. Não se trata de uma alteração ao COMPAMID, mas sim uma alteração orçamental.

Não se trata, em nossa opinião, desta medida estar abrangida pela "Lei Travão", n.º 2, do artigo 167.º da Constituição, pois não acarreta aumento de despesa.

A nosso ver trata-se de uma alteração ao orçamento da Região, quando este se encontra em fase de execução. Logo, qualquer alteração por mínima que seja cabe exclusivamente ao executivo, isto é, ao Governo Regional.

Neste sentido, em nosso entender estamos perante uma invasão da exclusiva competência administrativa do Governo Regional.

O orçamento da Região, no seu artigo 5.º dá poderes ao Governo Regional na base do Decreto-Lei n.º 71/95 para fazer alterações orçamentais. Por isso, e tendo em conta o carácter da medida proposta, pensamos ter o Governo capacidade legal para satisfazer esta justa pretensão sem necessidade de longas delongas jurídicas e orçamentais.

Por outro lado, não nos parece viável a analogia de técnica legislativa com a Lei 1-A/2020, de 19 de março, ou com o Decreto-Lei 10-A/2020, pois este foi ratificado pela lei antes da citada lei 1-A/2020 e esta foi de iniciativa do Governo da República, o que corrobora a nossa tese.



Por tudo isto, mantemos a dúvida sobre a bondade da admissibilidade deste projeto de Decreto Legislativo Regional.

Esta nossa interpretação pode estar errada, mas precisamos de melhor argumento, contrário à nossa tese. Por outro lado, reiteramos a nossa concordância com o conteúdo, mas alertamos que este procedimento pode criar para o futuro uma caixa de pandora, que achamos não ser bom abrir para o bom funcionamento desta Assembleia.

O proponente poderia transformar facilmente este Projeto de Decreto Legislativo Regional num projeto de resolução, que tem os mesmos efeitos e evitava-se desta forma esta confusão e dúvida.

Porque isso será um detalhe, nem vamos levantar aqui grande celeuma sobre, por exemplo, a limitação dos distribuidores habilitados que neste caso terão de ser forçosamente as farmácias.

No entanto, é inevitável não só recordarmos, como também salientarmos que este apoio ao enquadrar-se no mecanismo de atribuição do COMPAMID, o que obrigará os seus beneficiários a adiantar o pagamento ao balcão do distribuidor dos equipamentos de proteção individual para só depois, sob a forma de ressarcimento, receberem o devido apoio.

Obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

De momento, a Mesa não tem inscrições.

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Queria inscrever a Sra. Deputada Isabel Quinto.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Para já não.

Tem então a palavra a Sra. Deputada Isabel Quinto.

**(\*) Deputada Maria Isabel Quinto (PS):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quanto à questão da substituição integral da iniciativa em questão foi só na questão do artigo 3.º, na alínea ii). Nós alterámos a questão que estava lá que era “álcool etílico” para, numa questão de prudência e de saúde, substituir por “soluções de base alcoólica com indicação para uso externo como desinfetante”. Portanto, foi só esta questão que foi alterada na nossa iniciativa.

Quanto ao Sr. Deputado João Bruto da Costa e a sua questão. O montante que definimos nesta iniciativa destina-se à compra deste tipo de proteção somente para o indivíduo que usufrui do apoio social, por isso achámos que 20% do valor total do COMPAMID que se situa neste momento em 590,62€ e corresponde ao montante de 118,12€, é um valor razoável e suficiente e permite manter o espírito inicial do diploma do COMPAMID, reservando 80% do seu plafond para aquisição de medicamentos.

Assim, nós vemos que não está violada a lei travão. Portanto, não aumenta no fundo o valor que está previsto para este programa do COMPAMID.

A nossa proposta no fundo é justa, é meritória e vem ao encontro das necessidades que se vive neste contexto, nesta fase de proteção ao controle da pandemia e visa proteger os públicos mais fragilizados, como já disse, económica e socialmente, como os idosos e os cidadãos portadores de grau de incapacidade igual ou superior a 80% com menores rendimentos.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Inscrevo o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Para já não.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(\*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sra. Deputada Isabel Quinto, respondeu a uma parte do que eu tinha questionado, respondeu àquilo que eu não tinha questionado e lançou aqui alguma maior dúvida sobre este diploma.

O Sr. Deputado Paulo Mendes chegou em parte àquilo que era eventualmente os problemas formais e legais que esta iniciativa encerra, mas de facto temos aqui uma situação que eu diria caricata se tivermos em atenção aquilo que foi a semana de plenário que tivemos a semana passada, nomeadamente as intervenções do Sr. Vice-Presidente do Governo e do Grupo Parlamentar do PS quanto ao rigor e quanto à consciência e noção daquilo que são as regras orçamentais, as regras legais, as regras financeiras e os custos da iniciativa.

A Sra. Deputada estimou que esta iniciativa iria custar 20% do COMPAMID. Das duas, uma: ou a verba orçamentada para o COMPAMID está

sobreavaliada, o que não nos parece, até porque com o seu aumento a janeiro deste ano ela provavelmente até será menor do que aquela que será desejável e assim temos aqui de facto um problema de equilíbrio; mas, por outro lado, o PS também cometeu aqui uma grave falha regimental, no meu entender, porque o que estamos aqui a discutir em termos de ... vamos ter de votar duas iniciativas, quando de facto bastava uma simples alteração ao artigo 3.º e, já agora, que essa simples alteração tivesse em linha de conta (e aproveito para alertar para essa questão em termos de redação final) que o artigo 3.º não deve ter subalíneas, deve ter alíneas. Portanto, mesmo com a alteração e substituição integral o artigo 3.º não deve ter as subalíneas i), 2, 3, deve ter sim alínea a), b) e c). Apenas uma questão técnica para eventual redação final.

Mas de facto bastava ao Partido Socialista em vez da substituição integral do diploma integrar uma proposta de alteração ao artigo 3.º, que foi aquilo que alterou, já estive a ler o preâmbulo com atenção, não vejo alterações no preâmbulo, não vejo mais alteração nenhuma e de facto foi isso que aconteceu.

Mas em termos daquilo que era a questão prévia que eu tinha colocado, era uma questão mais de técnica legislativa, orçamental e de rigor na apresentação de propostas e uma vez que levámos, por assim dizer, com uma série de questões, formalismos relativamente às iniciativas que o PSD apresentou e acusações de falta de rigor, diria que o rigor aqui de facto deixa muito a desejar e por vezes em vez de virem com lições de excelência pública para estas semanas de plenário, se tivessem um bocadinho mais de humildade talvez não vos ficasse mal e pudessem de facto explicar melhor as vossas iniciativas.

De facto, esta substituição integral não altera a exposição de motivos, altera só de facto o artigo 3.º. Teria sido mais fácil em termos do desenvolvimento dos trabalhos, pouparíamos deste modo uma votação.

O PSD apresentou uma proposta de substituição que eu com agrado vejo pelas declarações da Sra. Deputada Isabel Quinto que terá o acolhimento do Partido

Socialista, da maioria. Parece-nos que é relevante este contributo que damos e parece-nos que vem de alguma forma melhorar a aplicação deste apoio complementar aos nossos idosos e beneficiários do COMPAMID que têm uma característica, uma natureza de maior dificuldade económica e menor condição social e que, por isso, irão poder beneficiar de um apoio suplementar de cerca de 118€, que poderá eventualmente já ser utilizado naquelas despesas que já fizeram nesta fase de pandemia que nós atravessamos já com quase três meses (dois meses e qualquer coisa) e que naturalmente atendendo a todas as recomendações já terão feito sacrifícios, já terão feito inclusivamente se calhar créditos (as despesas que já efetuaram, até porque a questão das máscaras e do gel desinfetante ou solução alcoólica, já há muito tempo que vem sendo usada pelos açorianos), portanto, já foram despesas realizadas e entendemos que, atendendo também à vigência que o Partido Socialista posta para este diploma, faria sentido que ela englobasse toda a pandemia e por isso fizemos esta proposta de aditamento de um artigo 4.º-A.

De facto, o que lamento e que tenho a salientar do ponto de vista menos positivo é de facto esta trapalhada orçamental e legislativa que o Partido Socialista aqui arranjou com um bom diploma e uma boa iniciativa.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado.

**Deputado Francisco César (PS):** Eu gostaria de inscrever a Sra. Deputada Isabel Quinto.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Secretário.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Gostaria de inscrever a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social. Obrigado.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Para já não.

Tem então a palavra a Sra. Deputada Isabel Quinto.

(\*) **Deputada Maria Isabel Quinto** (*PS*): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O montante para este fim é de 20% do complemento e não aumenta a despesa prevista no orçamento da Região.

Queria lembrar que em consonância de posições desta iniciativa com o CDS-PP, que foi o proponente do diploma do COMPAMID nesta Casa, lembro ainda que também votaremos favoravelmente a proposta de alteração do PSD no sentido deste diploma retroagir os seus efeitos a 12 de março passado.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Dou agora a palavra à Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

**Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Andreia Costa*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas naturalmente para no âmbito desta discussão dar nota da leitura que o Governo Regional faz desta proposta.

Penso que todos os grupos parlamentares ao longo desta última semana e já no plenário anterior demonstraram naturalmente uma preocupação em atender a

todas as pessoas e famílias que de alguma forma ou por alguma via viram, seja reduzidos os seus rendimentos, seja aumentada a sua despesa, e procuraram recomendar ao Governo um conjunto de iniciativas exatamente com o objetivo de melhorar a nossa capacidade de resposta quer às famílias, quer às empresas e muito particularmente a grupos especialmente desfavorecidos ou com algumas características de maior preocupação, como seja naturalmente a população idosa e a população com algumas fragilidades, como seja a população com deficiência ou globalmente aquela que se enquadra no âmbito do COMPAMID. Eu queria apenas deixar aqui uma nota a propósito da leitura particular que o Governo Regional faz a propósito desta iniciativa.

Esta é uma iniciativa no nosso entender que corresponde a uma preocupação legítima e que decorre do facto dos idosos, como população particularmente vulnerável, terem de recorrer agora neste período mais próximo à utilização de máscaras cirúrgicas para sua proteção e dos demais e também necessariamente ao uso de material desinfetante, como é o caso do gel desinfetante. Este aspeto são acréscimos de custos para uma população com recursos limitados, com recursos financeiros limitados, e tem um impacto orçamental importante nas famílias. Daí que parece-nos bem que possamos no âmbito daquilo que são as despesas consideradas no âmbito do COMPAMID que, como sabem, se restringe a medicamentos com receita médica, possamos também aqui abranger estas outras despesas não sendo necessário naturalmente conforme está aqui dito receita médica e apenas mediante a apresentação de fatura também com uma perspetiva, acredito eu, que de facilitação do acesso a este tipo de bens.

Nesse sentido entendemos que não havendo no âmbito da ação específica 9.4.4 impacto financeiro não está aqui em causa o incumprimento de nenhuma das normas orçamentais e, portanto, vemos com bons olhos a aprovação desta iniciativa.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

De momento, a Mesa não tem inscrições.

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado.

**Deputado Francisco César (PS):** Eu gostaria de inscrever o Sr. Deputado Francisco Coelho.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo que não há para já.

Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(\*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para, na sequência daquilo que já foi dito pela Sra. Deputada Isabel Quinto, dizer ou esclarecer algumas coisas de forma, aliás, muito breve.

Isto a respeito daquilo que me pareceu ser, pelo menos por parte de alguma oposição, uma concordância vagamente dolorosa e eu gostava aqui de lembrar duas ou três questões que me parecem importantes.

A primeira, gostava de esclarecer o seguinte: o Grupo Parlamentar do Partido Socialista nesta Casa só apresenta resoluções quando não pode apresentar decretos legislativos regionais. Quer dizer, nós entendemos que esta Assembleia, ao contrário do que já foi dito aqui hoje, não é um órgão administrativo, é um órgão político legislativo e é o único órgão de Governo próprio da Região que tem competência legislativa, portanto, sempre que é possível o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não faz resoluções a pedir que se façam propostas de decreto legislativo regional. Apresenta propostas de decreto legislativo e foi isso que nós fizemos. Fizemos porque temos a certeza absoluta que o podemos fazer. Efetivamente poder-se-ia pôr aqui a questão de eventual violação da lei travão, mas eu tive a sorte, embora há muitos anos, de



aprender o que era a lei travão com o Prof. Sousa Franco, de saudosa memória, sei bem que a lei travão tem a ver com o montante global da despesa prevista e é por isso mesmo que usando o COMPAMID, consensualizado aliás com o proponente do regime do COMPAMID, o CDS-PP, nós entendemos que, estando fixado e autorizado no orçamento o montante global para esta matéria, com esta iniciativa não estávamos, nem estamos a violar a lei travão.

Gostava também de dizer que a opção pela substituição integral é uma opção perfeitamente legítima, tendo em conta aquilo que o nosso Regimento permite, e além disso, também temos que ser práticos, temos de ter consciência da forma como funcionamos e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao selecionar a figura da substituição integral em vez da proposta de alteração teve em conta desde logo que ia poupar este plenário uma votação nominal e isso também tem a sua importância.

Portanto, concluímos que afinal não há aqui nenhuma trapalhada ao nível orçamental, nem ao nível de uma putativa violação da lei travão. A opção pela substituição integral além de ser perfeitamente possível tem uma utilidade também de economia processual, neste caso. Além disso, sem querermos minimamente violar as regras estamos todos neste momento, pelo menos da parte do Partido Socialista, mais preocupados com a substância, com a ajuda às pessoas do que com a leitura fundamentalista das tábuas da lei.

É por isso mesmo aliás também que, conforme já anunciou a Sra. Deputada Isabel Quinto, vamos votar favoravelmente, porque nos parece útil, a proposta de alteração apresentada pelo PSD, embora também saibamos todos, por aquilo que dizem as tábuas da lei, que é sempre complicado apresentar leis com efeitos retroativos, mas face àquilo que é o objetivo da proposta, que nós entendemos e subscrevemos, vamos, sem qualquer reboço, votar favoravelmente também a proposta do PSD.

Creio que afinal estamos todos de acordo e creio que o importante é que os açorianos digam que os Srs. Deputados, quando se trata de uma proposta para ajudar os açorianos mais carenciados neste tempo de pandemia, põem o interesse público e o interesse das pessoas muito acima de qualquer sombra de tentação proprietária.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado Francisco Coelho.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Eu inscrevo o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

**Presidente:** Obrigada.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Eu inscrevo o Sr. Deputado Alonso Miguel.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado.

**Deputado António Lima (BE):** Gostaria de inscrever o Deputado Paulo Mendes.

**Presidente:** Obrigada.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente. Uma inscrição, Paulo Estêvão.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Vou então dar a palavra ao Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(\*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Uma pergunta que não foi respondida nem pelo Partido Socialista, nem pela Sra. Secretária, de facto qual era o valor que ficava cabimentado para esta iniciativa e atendendo àquilo que está inscrito no orçamento serão 240 mil euros a retirar de 1 milhão e 200 que estavam cabimentados para o COMPAMID.

Eu não vou entrar na questão legalista, se assim quisermos, desta alteração orçamental, ou deste aditamento orçamental, ou desta alínea como falou o Sr. Deputado Paulo Mendes na sua intervenção, mas cumpre-me ficar preocupado e o PSD fica preocupado, porque das duas, uma: ou orçamentou-se verba a mais para o COMPAMID o que, como já disse anteriormente, não me parece; ou então vai eventualmente faltar verba onde ela é necessária e isso vai levar a atrasos e nos atrasos já se sabe que doem sempre aos mais fracos, neste caso os atrasos de pagamento vão doer (até porque os senhores não quiseram aprovar uma iniciativa que facilitava esse aspeto por parte do Bloco de Esquerda) a quem tem que adiantar a verba e que tem de pagar os medicamentos, ou até este novo complemento de COMPAMID, e que são os nossos idosos e as pessoas que têm dificuldades sociais.

Mas deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado Francisco Coelho, dá a ideia de que nós temos aqui um Partido Socialista que não se interessa pela lei, interessa-se por aquilo que quer aprovar e a lei para o Partido Socialista parece que se tornou um aspeto pouco interessante em termos daquilo que é o normal funcionamento das nossas instituições e isso ouvido por parte da boca de V. Exa. até me causa aqui alguma surpresa, porque se V. Exa. tivesse dirigido toda a sua intervenção para aquelas que foram as intervenções do Sr. Vice-Presidente do Governo a semana passada assentava-lhe que nem uma luva, deixe-me que lhe diga, porque foi exatamente isso que o Sr. Vice-Presidente fez para justificar o chumbo a propostas importantes do PSD de apoio nesta fase difícil, de apoio importante nesta fase difícil, tal como este apoio é importante nesta fase difícil para aqueles que menos têm, a própria exposição de motivos do Partido

Socialista neste diploma fala nos apoios às empresas, nos apoios às famílias, portanto, todos eles são importantes, mas por “dar cá aquela vírgula” como se costuma dizer das tábuas da lei Vs. Exas. chumbaram iniciativas do PSD que remeto naturalmente toda a sua intervenção sobre essa matéria para as declarações tidas neste plenário a propósito de outras iniciativas por parte do Sr. Vice-Presidente e do Grupo Parlamentar do PS que o subscreveu relativamente a eventuais dificuldades nessa matéria por parte de propostas apresentadas em favor dos açorianos.

Mas deixe-me também dizer-lhe, Sr. Deputado Francisco Coelho e Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que talvez devesse rever a intervenção da Sra. Secretária da Solidariedade Social neste diploma e talvez ficasse com a ideia que, se calhar, este até parecia que tinha sido uma apresentação de um diploma do Governo, tal a autoria e a propriedade com que a Sra. Secretária Regional falou sobre este diploma. Portanto, quando nós queremos passar de uns para os outros responsabilidades que não são nossas, ou que devem ser nossas, se calhar, acabamos por entrar por becos sem saída e de facto nós devemos cingir-nos àquilo que é o nosso dever de humildade e conhecimento para deixar fazer quem sabe.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Oh, Sra. Presidente, houve aqui uma mudança de planos e sou eu que vou falar, Artur Lima. Pode ser?

**Presidente:** Sim. Ao abrigo do Regimento é possível a troca de orador do mesmo partido.

Tem a palavra então o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Para dizer que esta proposta apresentada pelo Partido Socialista e devidamente consensualizada com o CDS, aliás, o autor original do COMPAMID (nunca é demais lembrar a alguma oposição e sobretudo a essa aliança social democrata que agora vemos aqui entre o Bloco de Esquerda e o Partido Social Democrata, essa aliança espúria é muito interessante de analisar em algumas matérias que aliás conflituantes nas doutrinas partidárias de um e de outro, mas não deixa de ser interessante analisar isso), mas também dizer ao Sr. Deputado Bruto da Costa o seguinte e citando aqui uma frase “há mais vida para além do orçamento”. Neste caso quem se pega com pormenor orçamental limitando o direito da oposição e também do Partido Socialista de fazer uma alteração a um decreto legislativo regional, quando é numa altura excecional, medidas excecionais, para dar àqueles que mais precisam a proteção que necessitam para se protegerem desta pandemia e deste inimigo comum e invisível, que se venham pegar num pormenor legal, não deixa de ser curioso para quem já teve posições de bem mais abertura e de bem mais, talvez, duvidosa utilidade para a saúde pública dos açorianos em anteriores intervenções públicas conotadas naturalmente com o Partido Social Democrata.

Portanto, um pormenor orçamental, oh, Sr. Deputado Bruto da Costa, dessa não esperava eu ouvir da sua boca de tão eminente jurista e defensor também (que sei que é) da solidariedade social.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Mendes.

(\*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, e não era a mim que me competia, mas penso que convém esclarecer os Srs. e Sras. Deputadas que de acordo com a leitura que eu fiz, e penso que a maior parte dos Srs. e Sras. Deputadas fizeram desta proposta,

quando se fala de orçamento consignado a esta proposta, digamos, que não é taxativamente 20% da verba consignada para o COMPAMID, mas sim de uma verba que pode ir até 20% daquilo que está consignado no COMPAMID. Pelo menos é essa a leitura que nós fazemos. Mas isso pode ser considerado um detalhe no meio deste debate, mas convém, se calhar, ser esclarecido.

A questão aqui nunca foi o cumprimento ou não da lei travão e quanto àqueles que foram os restantes argumentos deduzidos pelo Sr. Deputado Francisco Coelho devo recordar-lhe que nós não estamos aqui a debater uma proposta do orçamento por parte do Governo Regional, que é quem, aliás, tem competência para apresentar propostas orçamentais nesta Assembleia e até tem competência para apresentar propostas de orçamento retificativo e não é esse o âmbito deste debate. Antes pelo contrário! Nós o que estamos aqui a debater é um projeto de decreto legislativo regional que na sua forma suscita algumas dúvidas. Não quanto à intenção e isso já ficou mais do que esclarecido, porque até esta iniciativa merecerá o nosso voto favorável, mas à forma como esta iniciativa se apresenta.

É verdade, Sr. Deputado Francisco Coelho, que de facto esta Casa tem, além do poder administrativo, poder político e tem poder legislativo. Tem uma maior competência legislativa incomparavelmente ao Governo Regional, mas devemos apresentar projetos de decreto legislativo regional quando eles assim se impõem, mas também quando não é possível apresentar projetos de decreto legislativo regional e já tivemos vários exemplos, aliás.

O Sr. Deputado Francisco Coelho já por diversas vezes em sede de plenário já teve ocasião de nos dar verdadeiras lições, exemplos de como por vezes o Parlamento se imiscui, digamos assim, naquelas que são as competências do Governo Regional, criticando a apresentação de vários projetos de decreto legislativo regional que já entravam nessa esfera (criticando com razão), agora parece que se contradiz.

O que aqui está em causa é de facto uma competência que nos parece, mas isso é o nosso entendimento e poderá haver até melhor entendimento que o nosso, de que estamos de facto a imiscuirmo-nos naquela que é uma competência do Governo, ou seja, de alterar um orçamento.

Vou dar-lhe um exemplo muito prático e muito concreto. Esta iniciativa até podia ter sido apresentada de outra forma enfermando do mesmo problema. Imagine, suponha, que em vez de ser através do COMPAMID seria através, por exemplo, do Vale Saúde. Supondo que o Partido Socialista ou outro grupo parlamentar nesta Casa apresentaria, por exemplo, uma iniciativa com esta intenção, ou seja, de financiar equipamentos de proteção individual aos idosos recorrendo ao expediente do Vale Saúde. Seria semelhante e colocaria as mesmas dúvidas.

Agora imagine no caso do COMPAMID que até na sua essência o que pressupõe é um apoio para a aquisição de medicamentos.

Ora, os equipamentos de proteção individual nem são medicamentos. É claro que é uma matéria similar, está lá próxima, mas não é de facto a essência do COMPAMID. Faz isso e simultaneamente não altera o DLR do COMPAMID.

Para nós essa é também outra das confusões que é feita neste projeto de decreto legislativo regional e que no nosso entender e para sermos mais práticos ficaria bem mais claro, bem mais esclarecedor e sem suscitar quaisquer dúvidas se desta vez o Grupo Parlamentar do Partido Socialista opta-se pela apresentação de um projeto de resolução.

Obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como todos têm acompanhado esta questão do funcionamento do Parlamento no âmbito desta pandemia uma das coisas que eu tenho sempre defendido é que o Parlamento deve desempenhar um papel muito construtivo nesta matéria e devem evitar-se (e já tivemos a tentação de vários analistas de tentarem provocar um conflito de competências entre o que são as competências do Parlamento e do Governo nessa matéria), eu sempre achei que os parlamentos nesta questão (os parlamentos e as instituições, os órgãos de governo próprio da Região) sobretudo tenham em conta o seguinte, o princípio da colaboração e o princípio da responsabilidade institucional e da celeridade na resolução dos problemas.

Portanto, inventar aqui conflito de competências como o Bloco de Esquerda está a fazer não me parece que sirva o propósito das populações e o funcionamento das instituições. Ainda por cima quando o Bloco de Esquerda não prova de forma nenhuma as suas alegações. Ponto número um.

Ponto número dois, em relação à matéria de facto, da medida extraordinária e temporária de apoio aos idosos para a aquisição de equipamentos de proteção individual. Pois, nós estamos completamente de acordo, aliás, tinha sido essa a proposta do partido no âmbito do roteiro que poderão verificar, que já é público. O PPM tinha feito uma proposta nesse sentido que seria preciso agilizar e realmente fazer chegar às populações mais desfavorecidas, nomeadamente aos idosos, este material de proteção individual.

Portanto, também aqui obviamente há uma conjugação de vontades. O nosso objetivo político e o nosso contributo a este nível data de dia 30 de abril e, portanto, da nossa parte um apoio a uma medida que já pretendíamos há algum tempo, portanto, nós vamos votar favoravelmente aquilo que está a ser proposto.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.



**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado Luis Maurício.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Eu inscrevo o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

**Presidente:** Obrigada.

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Queria inscrever o Sr. Deputado Francisco Coelho.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Para já não.

Tem então a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(\*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu queria (provavelmente esta é a minha última intervenção) apenas recentrar aquilo que foi o que disse o PSD sobre a iniciativa e se as Sras. e os Srs. Deputados quiserem rever as intervenções sobre esta matéria nós colocámos o foco, a importância e o rigor em relação àquilo que significa aprovar esta iniciativa e que somos favoráveis a ela, apresentámos uma proposta de aditamento no sentido de a melhorar e fizemos isso porque realmente valorizamos aquilo que estamos a discutir, que é nesta fase difícil apoiar quem mais precisa.

O único reparo que fiz foi devolver ao Partido Socialista aquilo que foi uma semana de plenário de intenções de chumbar propostas da oposição devido a pormenores legislativos, orçamentais, legalistas e, portanto, Sr. Deputado Artur Lima, se me permite, com o respeito que tenho por si, talvez compreendeu mal aquilo que foi, ou eu me expliquei mal, a minha intervenção nessa matéria. Eu

devolvi ao Partido Socialista essa forma de atuar durante este plenário e durante a discussão de propostas que a oposição apresentou que eram importantes para as famílias, para as empresas e para quem mais precisa.

Permita-me também que lhe diga: nós não temos alianças, muito menos espúrias.

Nós naturalmente procuramos os consensos, porque esta é uma altura importante para procurar os consensos, mas convenhamos que a sua aliança democrata cristã com socialista eu não lhe atribuía nenhum adjetivo, mas não deixa de ser curiosa também neste momento particular do debate parlamentar. Mas confirmo que não temos alianças, muito menos espúrias, com nenhum partido e com nenhuma organização que procure de facto sobrepor-se a outros partidos ou a outras oposições no sentido da apresentação quer de propostas, quer de iniciativas que beneficiem as famílias, as empresas e os açorianos que estão a passar por dificuldades.

Portanto, para o PSD, em resumo e em conclusão, o que importa é que esta iniciativa pode de facto ajudar, que apenas vemos um problema sério nela que tem a ver com a verba ser ou não suficiente para depois em termos da apresentação das faturas e das despesas por parte dos beneficiários quer do COMPAMID, quer deste complemento ao COMPAMID, não vá atrasar o pagamento daquelas que são as despesas adiantadas por quem tem de facto dificuldades.

Essa é a única dificuldade que nós assinalamos e que nós esperamos que não se venha a verificar, porque de facto quem paga é sempre a parte mais fraca. É bom lembrar isto, porque é bom nós termos em atenção quando produzimos legislação que devemos não só fazer parangonas com apoios que depois eventualmente nos atrasamos a pagá-los.

Portanto, para o PSD é importante este apoio. Apresentámos uma proposta que achamos que pode de alguma forma abranger mais situações, neste caso,

passadas que possam ter significado de maior despesa para quem tem mais dificuldades e naturalmente que vamos dar o nosso voto favorável à iniciativa e achamos que ela é importante para ajudar quem mais precisa.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que o PSD esgotou o seu tempo para este debate.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Francisco Coelho.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, eu também me queria inscrever, se fosse possível. Obrigado. Artur Lima.

(\*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu começaria neste debate por responder de algum modo àquilo que foi a última intervenção do Deputado Paulo Mendes.

Insisto, por uma questão de precisão, o Parlamento não é um órgão administrativo e as únicas competências administrativas que tem é de autorregulação como qualquer pessoa de natureza pública. É um órgão político e legislativo.

De resto, está perfeitamente identificado o montante até onde ... o *plafond* para cada cidadão, que aumentou do ano passado para o corrente ano cerca de 50%, bem como o *sub-plafond* até 20% que poderá aqui ser usado.

[interferência na gravação]

**Presidente:** Srs. Deputados, por favor, peço que desliguem o telefone.

**O Orador:** Portanto, não há aqui qualquer tipo de problema, nem há aqui qualquer aumento da despesa prevista e é essa aquela que conta para a lei travão. De qualquer modo estou aberto se alguma das Sras. ou Srs. Deputados me quiser informar, porque eu não encontro, ainda via ao longe alguma

possibilidade de conflitar ou de pensar que conflituava com a lei travão, mas estou aberto e recetivo a que me esclareçam qual é a norma de enquadramento orçamental do orçamento da Região Autónoma dos Açores, que há leis, que está a ser violada neste caso.

Relativamente às duas intervenções do Sr. Deputado João Bruto da Costa. Parece-me que afinal vamo-nos entender. Afinal parece que não é nada com este diploma, afinal parece que V. Exa. e o seu grupo parlamentar têm algumas dores retroativas da anterior semana do plenário, mas também não deixei de notar (e já que esclareci a questão orçamental) o seguinte: o Sr. Deputado está neste momento muito preocupado com a questão do rigoroso cumprimento da lei.

Eu quero esclarecê-lo que nós também, embora nestas matérias e também fazendo uma homenagem ao pragmatismo do Sr. Deputado Paulo Estêvão, que o bem fundamentou, eu gostava de dizer o seguinte: nestas matérias eu e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista (eu sei que não é habitual) concordamos e acreditamos na boa fé e total sinceridade do Sr. Dr. José Manuel Bolieiro, mais vale pecar por excesso.

Agora, o que me parece é que o PSD tem algumas dúvidas, parece haver dois grupos no PSD: uns que não sei porquê estão muito preocupados na última semana ou nas duas últimas semanas em defender o rigorismo das tábuas da lei e o pragmatismo com o qual nesta matéria e por esta vez concordamos do Dr. José Manuel Bolieiro.

Portanto, o que vos posso dizer é que desejo que esse dilema seja rapidamente resolvido e também já que falou, Sr. Deputado João Bruto da Costa, na Sra. Secretária Regional, atrevia-me a sugerir que o PSD olhasse para o grupo parlamentar da maioria e do Governo e visse que mesmo quando se tem a responsabilidade e o fardo custoso democrático de governar o consenso é possível, a concertação é possível e é possível estarmos todos de acordo. Acho

que isso é bom e tenho a certeza que o PSD se se esforçar também almejará esse estado.

Não posso também deixar de lembrar, por último, ao Sr. Deputado João Bruto da Costa que não sabe bem como chamar a este encontro de posições que, aliás, não é inédito e provavelmente não será o último, entre o socialismo democrático e a democracia cristã, mas é fácil, Sr. Deputado. Basta recorrer à história política e europeia do séc. XX, essa coligação tem um nome, chama-se civilização, chama-se estado de direito democrático e foi essencial para o progresso e a democracia no séc. XX e pelos vistos continua a ser e ainda bem.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Iniciamos agora uma nova ronda de inscrições.

Já tenho a inscrição do Sr. Deputado Artur Lima.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Graça Silveira.

**Presidente:** Sra. Deputada, para se inscrever. Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Para já não.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, vou pedir desculpas a todos os Srs. Deputados e Sras. Deputadas. Estava a falar com um grande amigo meu que é da Serra da Estrela e que perguntava o que é que um deputado fazia a esta hora. E estava a falar obviamente com um grande amigo meu e colega de curso e dei-lhe aquela resposta assim um bocadinho brejeira e peço desculpa de a terem ouvido. Era a ele que me referia e era com ele que irei falar daqui a bocadinho. Portanto, peço imensa desculpa.

Tirando isto, queria dizer ao Sr. Deputado Bruto da Costa o seguinte. Estranhas e espúrias, Sr. Deputado, são as alianças vodka laranja. Essas é que são um bocadinho estranhas, mas fica como queira. Não foi obviamente uma ofensa. É obviamente de estranhar como é que se pode estar em posições tão antagónicas e votarem iniciativas do PSD absolutamente a favor da iniciativa privada e outras noutro sentido, mas o termo não é obviamente ofensivo.

Mas devo-lhe dizer, Sr. Deputado, que tem memória curta, porque não é de hoje, nem da pandemia que o CDS faz acordos com o Governo sempre a favor dos açorianos e com medidas a favor dos açorianos, ao contrário do seu partido, que vem com propostas apenas um bocadinho mais politiquieras, se me permite. Já em 2008 o seu ex-líder e companheiro Costa Neves nos acusava de estarmos vendidos ao PS exatamente por causa do COMPAMID, mas é o COMPAMID que hoje serve centenas e milhares de idosos, Sr. Deputado.

Depois veio o seu companheiro Clélio Meneses também que o CDS estava de chapéu na mão a pedir ao PS. O CDS estava de chapéu na mão a pedir para os açorianos, Sr. Deputado, e temos muito orgulho nisso. Muito orgulho nisso!

E mais recentemente, ainda no último plano e orçamento, a direção da bancada onde V. Exa. se inclui também fez graves críticas ao CDS por se entender e votar a favor do orçamento e que não se vendia, e cozido e frito e assado, Sr. Deputado.

Portanto, sempre que for manuais escolares, o COMPAMID, o combate às listas de espera, tudo o que seja para os açorianos cá estamos, Sr. Deputado, para nos entendermos com o Governo e com o Partido Socialista com muita honra, muito orgulho, muita lealdade e sempre a favor dos açorianos. Ao contrário de Vs. Exas. que agora vêm com pezinhos de lã dar uma de oposição construtiva, fazendo tudo e mais um par de botas para terem uma coisinha aprovada. Isso é que é lamentável, Sr. Deputado. Devemos ser coerentes do

princípio ao fim e não apenas quando nos dá jeito partidariamente e apenas por isso.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(\*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para dizer que efetivamente em relação a esta iniciativa a parte de que as faturas referentes à aquisição de equipamentos de proteção individual para idosos poder ser elegível no âmbito do COMPAMID é obviamente meritória.

Agora, após a explicação da Sra. Deputada Isabel Quinto em que diz que não é necessária a lei travão uma vez que não vai haver uma alteração do orçamento, quer dizer que os 20% de faturas elegíveis para a aquisição deste tipo de equipamentos vai ser retirado ao *plafond* da compra de medicamentos no âmbito do COMPAMID e aqui, Sr. Deputado Francisco Coelho, é a parte da concordância que é efetivamente dolorosa.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa de momento não tem inscrições.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Queria inscrever-me, Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado João Corvelo tem a palavra.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Para uma inscrição, Sra. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra, porque para já não há mais inscrições.

(\*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para afirmar que o PCP votará favoravelmente a proposta apresentada pelo Partido Socialista, porque achamos que é importante e fundamental afirmar os cuidados de segurança de todos e que são da maior importância, como é óbvio,

e desta forma a Representação Parlamentar do PCP irá votar e não se irá opor à proposta apresentada pelo Partido Socialista.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Julgo não haver.

Vamos então votar na generalidade. Como tive oportunidade de explicar vamos votar as duas iniciativas por ordem da entrada na Mesa.

Começamos então pelo Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 56/XI.

Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, esclareça-me uma coisa:...

**Presidente:** Para uma interpelação, tem a palavra, Sr. Deputado.

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, é votada em alternativa?

**Presidente:** Nós vamos votar agora o Projeto de DLR e depois a proposta de substituição integral.

O Regimento diz-nos que deve haver uma terceira votação, mas que eu por maioria de razão não a irei fazer, porque sendo ambas as iniciativas do mesmo proponente irá pressupor-se que a da substituição integral, caso sejam ambas aprovadas, é a que vai prevalecer.

Não posso é deixar de fazer as duas votações, porque o plenário tem de dar nota se concorda com as duas ou não.

**Deputado Francisco César (PS):** Permita-me, Sra. Presidente, são duas em separado ou posso votar duas vezes nesta chamada?



**Presidente:** Nós temos vindo a fazer as votações em separado, portanto, uma vez que isto não ficou esclarecido na Conferência de Líderes penso que vamos fazer as votações em separado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Maurício.

**Presidente:** Uma interpelação à Mesa, Sra. Presidente.

**Presidente:** Para uma interpelação, tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, tenho apenas e só uma dúvida, que me pode considerar ser de retórica, mas queria ouvir a sua opinião sobre a temática.

Com essa votação das duas propostas, a original e a de substituição integral, não há economia processual. Certo?

**Presidente:** Naturalmente que se todos os líderes parlamentares concordarem nesta economia processual de votação, que já esteve em cima da mesa, aliás, no plenário passado para outras iniciativas, não me irei opor, mas naturalmente que tem de haver uma concordância de todos, porque este assunto não foi debatido na Conferência de Líderes e, portanto, não temos qualquer norma para ele. Por isso, eu peço, então, caso uma vez que o Sr. Deputado Francisco César propôs e o Sr. Deputado Luís Maurício já interpelou a Mesa no sentido de saber qual é a minha posição, o que eu digo é que se todos os líderes concordarem em que numa única indicação de voto se possa votar as duas iniciativas, aliás, como é hábito acontecer na Assembleia da República, da minha parte não me oporei.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, eu gostava de fazer uma interpelação.

**Presidente:** O Sr. Deputado Luís Maurício pediu a palavra primeiro para uma interpelação. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sim, senhora, Sra. Presidente, no sentido de ir ao encontro daquilo que foi o raciocínio do Sr. Deputado Francisco Coelho e no âmbito da economia processual o PSD nada tem a opor a que V. Exa., tal e

qual como propôs agora mesmo, se faça ou se siga o modelo de votação que se segue na Assembleia da República e, portanto, repito, indo o PSD ao encontro daquilo que o Sr. Deputado Francisco Coelho defendeu como de economia processual.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado Luís Maurício.

Sr. Deputado Francisco Coelho para uma interpelação à Mesa.

(\*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, é uma questão muito rápida e com todo o respeito pela interpretação que inicialmente teve e que tem, eu lembrava-lhe apenas que esta Assembleia noutras alturas, em termos de prática, teve outra interpretação e outra prática, na medida em que se trata de uma substituição integral, se é integral da anterior não fica nada e, portanto, muitas das vezes votava-se apenas a peça que tinha substituído a inicial, até em termos de lógica. Se ela substituiu a outra, a outra integralmente deixa de existir.

De qualquer modo parece haver consenso e isso é que é o mais importante em bom nome do princípio da economia processual de fazermos apenas uma votação, o que obviamente me parece bem.

Obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado Francisco Coelho.

Eu gostaria apenas que os outros líderes se pronunciassem sobre a possibilidade de num único anúncio se dar o sentido de voto para as duas iniciativas.

**Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado Artur Lima, a seguir o Sr. Deputado Paulo Estêvão e depois o Sr. Deputado António Lima.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, por parte do Grupo Parlamentar do CDS nada a opor.

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, da parte da Representação Parlamentar do PPM nada a opor.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, relativamente à votação nada a opor, mas gostaria de colocar uma questão acerca do procedimento que se segue à votação.

Eu fiquei com dúvidas se as duas iniciativas poderão passar à especialidade, ou se passará apenas uma. Mas julgo que já houve em situações anteriores entendimento da Mesa, mas também pode estar a falhar-me a memória, de que só poderia passar uma, ou seja, o próprio proponente ou a maioria teria de votar contra uma delas para ela passar.

Queria apenas um esclarecimento até porque não percebi bem no início quando explicou o procedimento.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sim, o entendimento da Mesa é que ambas as iniciativas têm de ser votadas, porque o plenário naturalmente é óbvio que se trata de uma iniciativa do partido maioritário, mas se não acontecesse o Parlamento teria que dar nota se aprova na generalidade ambas as iniciativas.

A interpretação que a Mesa faz a seguir é que diferencia um pouco a norma que o Regimento nos impõe.

O Regimento diz no seu n.º 4, artigo 136.º, que aprovadas ambas as iniciativas tem que haver uma nova votação para que o plenário diga qual delas passa para a especialidade. Aqui é que eu introduzi a minha interpretação, que penso que todos concordarão, que sendo ambas aprovadas por todo o Parlamento e sendo do mesmo proponente, ou seja, o próprio proponente já dá a entender que quer que avance para a especialidade a iniciativa que substitui integralmente a

originária, eu deduzo que é essa que seguirá para a votação na especialidade, dedução esta, como diz e bem, no passado já fizemos para que não houvesse uma nova votação no fundo rejeitando uma das iniciativas.

Portanto, no fundo o que está em cima da mesa é votarmos o diploma original, votarmos a substituição integral, que no fundo aqui faremos uma única vez com dois sentidos de voto para ambas as iniciativas e não faremos a terceira votação, porque ficará claro para todos que aquilo que o plenário quer é aquilo que o proponente quis, que é substituir integralmente a iniciativa original.

Aproveito, Sr. Deputado António Lima, que me dê do seu entendimento sobre se concorda com o anúncio, um único anúncio, para dois sentidos de voto.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado pela explicação Sra. Presidente.

Sim, concordamos que seja um único anúncio.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.

Resta-me pedir ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo que me dê também a sua opinião sobre esta matéria.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** A Representação Parlamentar do PCP não tem nada a opor.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sendo assim faremos em bom rigor uma única chamada nominal e as Sras. e Srs. Deputados darão nota do sentido de voto para ambas as iniciativas.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra para anunciar a votação.

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, em relação à 1.<sup>a</sup> iniciativa, voto a favor; em relação à 2.<sup>a</sup> iniciativa voto a favor. Obrigado.

**Presidente:** Obrigada.

André Rodrigues.

**Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, em relação à 1.ª iniciativa, voto a favor; em relação à 2.ª iniciativa voto a favor.

**Presidente:** António Parreira.

**Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, em relação à 1.ª iniciativa, voto a favor; em relação à 2.ª iniciativa voto a favor.

**Presidente:** Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, relativamente à 1.ª iniciativa, voto a favor; e relativamente à 2.ª iniciativa também voto a favor.

**Presidente:** Carlos Silva.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, voto a favor na 1.ª iniciativa e 2.ª iniciativa. Obrigado.

**Presidente:** Dionísio Faria e Maia.

**Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Sra. Presidente, eu voto a favor as duas iniciativas. Obrigado.

**Presidente:** Domingos Cunha.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, relativamente à 1.ª iniciativa, voto a favor; e relativamente à 2.ª iniciativa também voto a favor.

**Presidente:** Francisco Coelho.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, voto favoravelmente as duas iniciativas.

**Presidente:** Graça Silva.

**Deputada Maria Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, voto a favor na 1.ª iniciativa; e voto a favor também na 2.ª iniciativa.

**Presidente:** Iasalde Nunes.

**Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, voto a favor na 1.ª iniciativa; e voto a favor na 2.ª iniciativa.

**Presidente:** João Paulo Ávila.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Sra. Presidente, voto a favor ambas as iniciativas.

**Presidente:** João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Voto a favor na 1.<sup>a</sup> iniciativa; voto a favor na 2.<sup>a</sup> iniciativa, Sra. Presidente.

**Presidente:** José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Voto a favor na 1.<sup>a</sup> iniciativa e também a favor na 2.<sup>a</sup> iniciativa. Muito obrigado.

**Presidente:** José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** O meu voto é a favor nas duas iniciativas, Sra. Presidente.

**Presidente:** José San-Bento.

**Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, voto a favor às duas iniciativas.

**Presidente:** Manuel Ramos.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Sra. Presidente, voto a favor na 1.<sup>a</sup> iniciativa; e voto a favor também na 2.<sup>a</sup> iniciativa.

**Presidente:** Maria de Fátima Ferreira.

**Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS):** Voto a favor nas duas iniciativas, Sra. Presidente. Obrigada.

**Presidente:** Maria Eduarda Pimenta.

Sr. Deputada pedia que repetisse. Não foi audível o sentido de voto.

**Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor nas duas iniciativas.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Maria Isabel Quinto.

**Deputada Maria Isabel Quinto (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor nas duas iniciativas.

**Presidente:** Mário Tomé.

**Deputado Mário Tomé (PS):** Voto a favor nas duas iniciativas, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Couto.

**Deputada Marta Couto (PS):** Voto a favor em ambas as iniciativas, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Matos.

**Deputada Marta Matos (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor relativamente a ambas as iniciativas.

**Presidente:** Mónica Rocha.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** *[impercetível]*

**Presidente:** Pedro Moura.

**Deputado Pedro Moura (PS):** Sra. Presidente, voto a favor nas duas iniciativas.

**Presidente:** Renata Correia Botelho.

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, voto favoravelmente as duas iniciativas.

**Presidente:** Sra. Deputada Mónica Rocha, peço desculpa, mas não foi audível pela redatora o sentido de voto. Será que pode repetir, por favor.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Voto a favor nas duas iniciativas, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Ricardo Ramalho.

**Deputado Ricardo Ramalho (PS):** Sra. Presidente, voto a favor nas duas iniciativas.

**Presidente:** Sónia Nicolau.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor em ambas as iniciativas.

**Presidente:** Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor em ambas as iniciativas.

**Presidente:** Luís Maurício.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, estando em apreciação as duas iniciativas eu voto a favor.

**Presidente:** António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor ambas as iniciativas.

**Presidente:** António Pedroso.

**Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor ambas as iniciativas.

**Presidente:** António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor ambas as iniciativas.

**Presidente:** Bruno Belo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, voto favoravelmente as duas iniciativas.

**Presidente:** Carlos Ferreira.

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor da primeira e segunda iniciativas.

**Presidente:** Catarina Chamacame Furtado.

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor relativamente a ambas as iniciativas.

**Presidente:** César Toste.

**Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor ambas as iniciativas.

**Presidente:** Duarte Freitas.



**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor ambas as iniciativas.

**Presidente:** Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor ambas as iniciativas.

**Presidente:** Jaime Vieira.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor nas duas iniciativas.

**Presidente:** João Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, em relação à 1.<sup>a</sup> iniciativa, voto a favor; em relação à 2.<sup>a</sup> iniciativa que altera o artigo 3.<sup>o</sup> também voto a favor.

**Presidente:** Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor das duas iniciativas.

**Presidente:** Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor em relação às duas iniciativas.

**Presidente:** Luís Rendeiro.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor nas duas iniciativas.

**Presidente:** Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor nas duas iniciativas.

**Presidente:** Maria João Carreiro.

**Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor nas duas iniciativas.

**Presidente:** Mónica Seidi.

*(Pausa)*

Artur Lima.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor nas duas iniciativas.

**Presidente:** Alonso Miguel.

**Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, voto a favor em ambas as iniciativas.

**Presidente:** Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor em ambas as iniciativas.

**Presidente:** António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor em ambas as iniciativas.

**Presidente:** Paulo Mendes.

**Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor nas duas iniciativas.

**Presidente:** João Corvelo.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor nas duas iniciativas.

**Presidente:** Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, voto a favor as duas iniciativas.

**Presidente:** Graça Silveira.

**Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, voto a favor da iniciativa e voto a favor da proposta de substituição integral.

**Presidente:** Ana Luís.

Voto favoravelmente ambas as iniciativas.

Manuel Pereira.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Sra. Presidente, voto favoravelmente as duas iniciativas.

**Presidente:** Jorge Jorge.

**Deputado Jorge Jorge (PSD):** Sra. Presidente, voto favoravelmente as duas iniciativas.

**Presidente:** Mónica Seidi.

*(Pausa)*

Sr. Deputado Manuel Pereira, para fazer o anúncio das votações, tem a palavra.

**Secretário:** Obrigado, Sra. Presidente.

A primeira iniciativa do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 56/XI foi aprovado por unanimidade, assim como a segunda versão de substituição do artigo 3.º.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Vamos então interromper os nossos trabalhos.

Regressamos às 14 horas e 30 minutos.

*Eram 13 horas e 02 minutos.*

**Presidente:** Muito boa tarde a todos, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo.

*Eram 14 horas e 35 minutos.*

Vamos retomar os nossos trabalhos.

Terminámos à hora de almoço com a votação favorável às duas iniciativas que estavam em cima da mesa, nomeadamente o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 56/XI e a sua proposta de substituição integral, ambos subscritos pelo Partido Socialista.

Conforme também já tínhamos falado o entendimento da Mesa é que não há necessidade de fazer uma nova votação, porque por maioria de razão se subentende que a iniciativa que deve seguir para o debate e votação na especialidade é a proposta de substituição integral e, por isso, pergunto se há inscrições para o debate na especialidade.

*(Pausa)*

Julgo não haver.

Penso que então estamos em condições de iniciar as votações.

Esta proposta de substituição integral tem como proposta de alteração, neste caso uma proposta de aditamento apresentada pelo PSD, um n.º 4-A, que tem a ver com a sua entrada em vigor, que coloco de imediato à votação.

Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** André Rodrigues.

**Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Parreira.

**Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Silva.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Dionísio Faria e Maia.

**Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Domingos Cunha.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Francisco Coelho.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Graça Silva.

**Deputada Maria Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Iasalde Nunes.

**Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Paulo Ávila.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José San-Bento.

**Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Manuel Ramos

*(Pausa)*

Maria de Fátima Ferreira

**Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria Eduarda Pimenta.

**Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria Isabel Quinto.

**Deputada Maria Isabel Quinto (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mário Tomé.

**Deputado Mário Tomé (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Couto.

**Deputada Marta Couto (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Matos.

**Deputada Marta Matos (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mónica Rocha.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Pedro Moura.

**Deputado Pedro Moura (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Renata Correia Botelho.

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ricardo Ramalho.

**Deputado Ricardo Ramalho (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sónia Nicolau.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Luís Maurício.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Pedroso.

**Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Bruno Belo.

*(Pausa)*

Carlos Ferreira

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Catarina Chamacame Furtado.

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** César Toste.

**Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Duarte Freitas.

*(Pausa)*

Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Luís Rendeiro.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria João Carreiro.

**Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mónica Seidi.

*(Pausa)*

**Presidente:** Artur Lima.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Alonso Miguel.

**Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Mendes.

**Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Corvelo.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Graça Silveira.

**Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Luís.

O meu voto é a favor.



Manuel Pereira.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** O meu voto é favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Jorge Jorge.

**Deputado Jorge Jorge (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Manuel Ramos.

*(Pausa)*

Bruno Belo

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Duarte Freitas.

*(Pausa)*

Sr. Deputado Manuel Pereira para anunciar a votação.

Faltou a Sra. Deputada Mónica Seidi, peço desculpa.

Mónica Seidi.

*(Pausa)*

Sr. Deputado Manuel Pereira, agora sim, tem a palavra.

**Secretário:** Obrigado, Sra. Presidente.

A proposta de alteração apresentada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Muito obrigada.

Não tendo existido nenhuma outra proposta de alteração vamos colocar à votação em conjunto os cinco artigos que compõem este diploma.

Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** André Rodrigues.

**Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Parreira.

**Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Silva.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Dionísio Faria e Maia.

**Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Domingos Cunha.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Francisco Coelho.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Graça Silva.

**Deputada Maria Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Iasalde Nunes.

**Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Paulo Ávila.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José San-Bento.

**Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Manuel Ramos.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria de Fátima Ferreira.

**Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria Eduarda Pimenta.

**Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria Isabel Quinto.

**Deputada Maria Isabel Quinto (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mário Tomé.

**Deputado Mário Tomé (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Couto.

**Deputada Marta Couto (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Matos.

**Deputada Marta Matos (PS)** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mónica Rocha.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Pedro Moura.

**Deputado Pedro Moura (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Renata Correia Botelho.

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ricardo Ramalho.

**Deputado Ricardo Ramalho (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sónia Nicolau.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** A favor, Sra. Presidente. **Presidente:** Luís Maurício.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Pedroso.

**Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Bruno Belo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Ferreira.

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Catarina Chamacame Furtado.

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** César Toste.

**Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** João Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Luís Rendeiro.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria João Carreiro.

**Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Mónica Seidi.

*(Pausa)*

Artur Lima.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Alonso Miguel.

**Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Mendes.

**Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Corvelo.

Peço desculpa, mas não ouvimos o sentido de voto do Sr. Deputado.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Graça Silveira.

**Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Luís.

O meu voto é a favor.

Manuel Pereira.

**Deputado Manuel Pereira** (*PS*): O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Jorge Jorge.

**Deputado Jorge Jorge** (*PSD*): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mónica Seidi.

**Deputada Mónica Seidi** (*PSD*): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

Conseguem ouvir-me agora?

**Presidente:** Sim, estamos a ouvir agora.

Obrigada.

**Deputada Mónica Seidi** (*PSD*): Na iniciativa anterior verbalizei duas vezes o sentido de voto, mas não foi possível.

**Presidente:** Não estávamos a conseguir ouvir. Lamento, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Manuel Pereira concluímos esta votação.

Tem agora a palavra para o anúncio.

**Secretário:** Obrigado, Sra. Presidente.

Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Vamos então agora fazer a votação final global.

Francisco César.

**Deputado Francisco César** (*PS*): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** André Rodrigues.

**Deputado André Rodrigues** (*PS*): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Parreira.

**Deputado António Parreira** (*PS*): Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Silva.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Dionísio Faria e Maia.

**Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Domingos Cunha.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Francisco Coelho.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Graça Silva.

**Deputada Maria Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Iasalde Nunes.

**Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Paulo Ávila.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José San-Bento.

**Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Manuel Ramos.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Maria de Fátima Ferreira.

**Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Maria Eduarda Pimenta.

**Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria Isabel Quinto.

**Deputada Maria Isabel Quinto (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mário Tomé.

**Deputado Mário Tomé (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Couto.

**Deputada Marta Couto (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Matos.

**Deputada Marta Matos (PS)** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mónica Rocha.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Pedro Moura.

**Deputado Pedro Moura (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Renata Correia Botelho.

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ricardo Ramalho.

**Deputado Ricardo Ramalho (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sónia Nicolau.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Luís Maurício.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** António Pedroso.



**Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, a favor.

**Presidente:** Bruno Belo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Ferreira.

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Catarina Chamacame Furtado.

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** César Toste.

**Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Luís Rendeiro.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria João Carreiro.

**Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mónica Seidi.

**Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Artur Lima.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Alonso Miguel.

**Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Mendes.

**Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Corvelo.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Graça Silveira.

**Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Luís.

O meu voto é a favor.

Manuel Pereira.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Obrigado, Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Jorge Jorge.

**Deputado Jorge Jorge (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sr. Deputado Manuel Pereira, para o anúncio da votação, tem a palavra.

**Secretário:** Obrigado, Sra. Presidente.

Votação final global do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 56/XI foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Secretário da Mesa.

Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Passamos agora para o ponto 26 da nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 57/XI – “Medidas excepcionais e transitórias de apoio à atividade das Sociedades Recreativas e Filarmónicas, bem como das Escolas de Música, no âmbito da pandemia da doença COVID-19”.**

Este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão é apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS e para a apresentação da urgência tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados:

Efetivamente a urgência justifica-se quase sem justificação dado este tempo excepcional da pandemia e efetivamente a forma como as filarmónicas foram atingidas e as escolas de música é de facto premente que lhes disponibilize apoios devido à perda de receitas que têm, à perda de atividade que tiveram. Daí que seja muito importante aprovar com a maior rapidez possível para que possam beneficiar e que possam fazer frente também às dificuldades que têm. Portanto, tão simplesmente dizer que é uma urgência que urge implementar e depressa esta medida.

Muito obrigado.

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

*(Pausa)*

Julgo não haver. Vamos então votar este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** André Rodrigues.

**Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Parreira.

**Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Silva.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Dionísio Faria e Maia.

**Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Domingos Cunha.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Francisco Coelho.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Graça Silva.

**Deputada Maria Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Iasalde Nunes.

**Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Paulo Ávila.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José San-Bento.

**Deputado José San-Bento (PS):** O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Manuel Ramos.

**Deputado Manuel Ramos (PS):**Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Maria de Fátima Ferreira.

**Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Maria Eduarda Pimenta.

**Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria Isabel Quinto.

**Deputada Maria Isabel Quinto (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mário Tomé.

**Deputado Mário Tomé (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Couto.

**Deputada Marta Couto (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Matos.

**Deputada Marta Matos (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mónica Rocha.

Peço desculpa, Sra. Deputada, não a conseguimos ouvir.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Pedro Moura.

**Deputado Pedro Moura (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Renata Correia Botelho.

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Ricardo Ramalho.

**Deputado Ricardo Ramalho (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sónia Nicolau.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Luís Maurício.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Pedroso.

**Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Bruno Belo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Ferreira.

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Catarina Chamacame Furtado.

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** César Toste.

**Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, eu também voto a favor.

**Presidente:** Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Luís Rendeiro.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria João Carreiro.

**Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mónica Seidi.

**Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Artur Lima.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Alonso Miguel.

**Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Mendes.

**Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Corvelo.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Graça Silveira.

**Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Luís.

O meu voto é a favor.

Manuel Pereira.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é favor.

**Presidente:** Jorge Jorge.

**Deputado Jorge Jorge (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Para anunciar a votação tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

**Secretário:** Obrigado, Sra. Presidente.

A urgência para a análise do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 57/XI foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Tendo sido aprovada esta urgência e dispensa de exame em comissão volto a dar a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima, desta feita para apresentar a iniciativa.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois de (e muito bem) se ter dado prioridade à implementação de medidas extraordinárias e de carácter urgente por forma a minorar os efeitos do confinamento e isolamento social, medidas essas dirigidas à economia e à área social, importa agora que as demais áreas, incluindo também a área cultural, sejam objeto de medidas uma vez que a pandemia é transversal a todas as áreas da nossa economia e da nossa sociedade.



Nesse sentido, apresentamos aqui um projeto de resolução para que as diversas entidades que são atualmente abrangidas pelo programa regional de apoio às sociedades recreativas e filarmónicas da Região Autónoma dos Açores – o SOREFILL – e/ou pelo regime jurídico para a educação extraescolar, o CDS propõe aqui que se consagre a título excepcional e transitório até 31 de dezembro de 2020 a suspensão da obrigatoriedade da execução do projeto candidatado aos apoios previstos, bem como a suspensão das obrigações contratuais que impendem sobre as escolas de música, designadamente quanto ao número de horas de formação ou número mínimo de formandos, o que aliás seria injusto que na impossibilidade de proceder às atuações ou ministração de aulas por estas entidades, ainda que por motivos não imputáveis às referidas entidades culturais se traduzisse na devolução das verbas ou no não pagamento das candidaturas e por isso apresentamos esta alteração.

Queria acrescentar mais uma vez que, e como já foi feito como todos se lembram, esta iniciativa do SOREFILL foi originalmente proposta pelo Grupo Parlamentar do CDS, como todos se lembram, e ainda bem recentemente foi feita uma alteração por proposta do PS e do CDS, uma proposta conjunta, em que aumentámos os apoios a essas filarmónicas e novamente e devido ao regime de apresentação de urgências que cada um naturalmente tinha duas para apresentar foi consensualizado com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, numa sã colaboração democrática, a bem dos açorianos e sempre a favor dos açorianos, apresentar a presente iniciativa legislativa e que muito agradeço à Sra. Deputada Mónica Rocha a colaboração que deu e ter sido possível chegarmos a este consenso para apoiar as nossas filarmónicas e as nossas escolas de música.

Queria reforçar, sublinhar e enfatizar que não foi só e não é só em tempos de pandemia que nos temos entendido com o Governo, com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, mas também fora dele e no passado voltamos àquela que

é, e que o CDS inaugurou nos Açores, chamada oposição construtiva e que parece a alguns querer vir nessa esteira neste momento.

Portanto, ao Grupo Parlamentar do PS fica aqui também, e à Sra. Deputada Mónica Rocha, o meu reconhecimento democrático, frontal e leal pela colaboração e ao Sr. Presidente do Grupo Parlamentar, Francisco César, por mais uma vez termos aqui uma iniciativa conjunta que vem favorecer a nossa cultura e as nossas entidades culturais e que grande contributo dão para a cultura açoriana as nossas filarmónicas e as escolas de música.

Muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há inscrições.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado Luís Maurício.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** É o chamado estímulo verbal o da inscrição do PSD.

Sra. Presidente, eu inscrevo o Sr. Deputado César Toste.

**Presidente:** Obrigada.

Sr. Deputado Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, eu inscrevo a Sra. Deputada Mónica Rocha.

**Presidente:** Sr. Deputado António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, eu gostaria de inscrever o Deputado Paulo Mendes. Obrigado.

**Presidente:** Pergunto se há mais inscrições.

Para já não.

Tem então a palavra o Sr. Deputado César Toste.

Sr. Deputado César Toste.

**Deputado César Toste (PSD):** Estão a ouvir?

**Presidente:** Sr. Deputado já está connosco.

Tem a palavra.

Estamos a ouvi-lo perfeitamente.

**Deputado César Toste (PSD):** Haja saúde a todos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Pandemia COVID-19 teve consequências em todas as áreas do nosso quotidiano.

A Cultura não foi exceção.

Tudo parou e certamente voltar ao normal será uma tarefa difícil.

Festividades, concertos, filarmónicas, teatro, folclore, música e outras artes viram os seus projetos cancelados ou projetados para um futuro ainda incerto.

A preocupação primordial foi e continua a ser a saúde.

Ajudar as filarmónicas e escolas de música neste tempo em que os seus ensaios pararam, as suas tocatas foram canceladas e as sociedades recreativas deixaram ter receitas é um bem. É uma situação excepcional que exige medidas excecionais.

As filarmónicas e sociedades recreativas são em muitas localidades dos Açores o principal acesso à cultura para crianças e jovens.

A paragem das mais de cem filarmónicas do arquipélago dos Açores vai ser longa acompanhando o cancelamento de quase todos os eventos do presente ano.

Todos querem voltar, mas de forma responsável. E apoiar estes e outros agentes culturais tão importantes para a cultura e identidade dos Açores são essenciais.

Por isso apoiaremos esta medida de Projeto de Decreto Legislativo Regional do CDS-PP.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Rocha.

(\*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agradecer as palavras do Sr. Deputado Artur Lima. Dizer que efetivamente concordo com ele que cada vez mais é importante conseguir instalar e conjugar esforços para construirmos e termos uma postura ...

*[interferência na gravação]*

**Presidente:** Srs. Deputados, agradeço que desliguem o microfone.

Sra. Deputada Mónica Rocha penso que agora estamos em condições para continuar a sua intervenção.

*(Pausa)*

Sra. Deputada Mónica Rocha não a estamos a ouvir.

Não conseguimos ouvi-la.

Já ligou e desligou o micro?

Sra. Deputada, vou pedir aos serviços que entrem em contato consigo para provavelmente fazer um *refresh* na ligação e se não se importa dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Mendes, está bem?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, aproveito a oportunidade para me inscrever.

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Mendes vou dar-lhe então a palavra no sentido que não conseguimos estabelecer ligação com a Sra. Deputada Mónica Rocha.

(\*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta que o Grupo Parlamentar do CDS apresenta aqui para debate e para votação é o reconhecimento e penso que irá receber unanimidade por isso mesmo de que a pandemia que atualmente atravessamos não pode ser e nunca poderia ser uma justificação para deixar de apoiar a cultura.

Bem sabemos que nesta altura as tentações poderiam ser muitas para minorizar o setor cultural. Ainda bem que isso não corresponde à realidade e esta iniciativa pode e deve ser a prova disso.

Também bem sabemos que o apoio que aqui se propõe é um obviar, digamos assim, do cumprimento de requisitos inerentes à atribuição de apoios às sociedades filarmónicas da Região, nomeadamente através do programa regional de apoio às sociedades recreativas e filarmónicas da Região Autónoma dos Açores sob a sigla SOREFILL, uma dispensa do cumprimento de requisitos que se prende essencialmente pela suspensão da obrigatoriedade de execução do projeto candidato aos apoios previstos e também a suspensão das obrigações contratuais que impedem sobre as escolas de música.

Portanto, este dispensar de requisitos como também está traduzido nesta iniciativa tem um carácter excecional e transitório e por estas razões o nosso grupo parlamentar irá votar favoravelmente a iniciativa do Grupo Parlamentar do CDS.

Obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Mónica Rocha não sei se já nos consegue ouvir.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Já me conseguem ouvir?

**Presidente:** Agora sim. Tem a palavra, Sra. Deputada.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Obrigada.

Novamente, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Agradecer as palavras do Sr. Deputado Artur Lima.

Dizer que é efetivamente cada vez mais importante conjugar esforços e apostar numa postura construtiva por parte de todos os partidos e efetivamente o CDS tem sido exemplo disso mesmo.

Agora retomando a minha intervenção gostaria de dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, aquando do debate no âmbito da proposta conjunta de alteração ao SOREFILL, demonstrou e afirmou a importância das filarmónicas enquanto instituições seculares que definem e representam o que de melhor temos na Região em matéria de cultura musical.

Realçamos o seu sentido de missão e entrega ao manterem vivos valores fundamentais, como já tinha dito, o voluntariado, compromisso, responsabilidade social e cultural, valores fundamentais nos dias de hoje.

E que estes valores e o trabalho que fomentam são essenciais como processos saudáveis de aprendizagem e desenvolvimento dos nossos jovens.

As alterações propostas aprovadas por unanimidade então, visavam reforçar aquele que é o objetivo da criação e manutenção deste tão importante programa que promove e apoia as filarmónicas na sua efetiva educação de cariz artístico.

Ora hoje e consequência do contexto de pandemia, percebemos e reconhecemos que as filarmónicas em específico, bem como outras instituições ou associações culturais, encontram-se numa situação delicada face à perda de receita a partir do cancelamento de diversas atividades e festividades bem como outros eventos na área da cultura por todas as nove ilhas dos Açores.

Temos recebido diversos testemunhos que atestam a necessidade da manutenção deste apoio às filarmónicas para fazer face quer às despesas correntes, bem como compromissos já assumidos.

Também com relação às escolas de música, as dificuldades prendem-se no número de desistências de alunos bem como na capacidade de cumprir com total de horas de formação.

Algumas filarmónicas e escolas de música têm procurado adaptar-se ao implementarem aulas online, todavia a larga maioria não possui recursos para o efeito.

Como tal a proposta que subscrevemos, visa acima de tudo não desobrigar as filarmónicas e as escolas de música, mas sim permitir de uma forma excecional que se mantenham os apoios, e que as mesmas não sejam penalizadas, ou prejudicadas no caso de não conseguirem cumprir com o projeto candidatado e com a sua parte do contrato a 100%.

Por fim, dizer que acreditamos que esta proposta é mais um exemplo de propositura, responsabilidade e da importância de fazermos um esforço de apresentarmos soluções consequentes, assentes num trabalho não para, mas acima de tudo com as instituições, esta é e será sempre a melhor forma de servirmos os açorianos!

Disse.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A este respeito pode parecer a alguns na nossa sociedade que as artes e a cultura nestas circunstâncias devem ficar num plano secundário e que o conjunto dos apoios devem ser exclusivamente direcionados para a atividade produtiva e para o setor da saúde.

Felizmente vejo que não é essa a perspetiva do Parlamento dos Açores e não é essa a perspetiva do proponente e muito bem.

Mesmo nos períodos de grandes crises e de enormes dificuldades as artes, a defesa das artes, a cultura, têm um papel importantíssimo.

Lembro, aliás, a esse respeito um episódio relacionado com Churchill durante a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial. Antes quero referenciar aquela que era uma má relação entre Churchill e os intelectuais do seu período. É famoso um telegrama em que um famoso dramaturgo e romancista irlandês o convida para estar presente na primeira peça, para a apresentação da primeira sessão da peça que apresentava em Londres, lança-lhe o convite e disse-lhe que venha então à apresentação da peça e traga um amigo. Ele responde-lhe depois que não pode estar por diferentes tarefas, mas que estaria numa segunda apresentação se ela existisse.

Portanto, isso exemplifica bem aquele que era um difícil relacionamento com os intelectuais, mas isso não o impediu de proferir uma frase que eu considero que se enquadra bem naquela que é a conceção que o Parlamento dos Açores, através das diversas intervenções que me antecederam, já demonstrou em relação à defesa da cultura nos Açores e neste caso no que diz respeito às sociedades recreativas e filarmónicas, bem como às escolas de música.

Quando solicitaram a Churchill que cortasse significativamente no orçamento no âmbito da área da cultura e das artes o que ele respondeu foi o seguinte: “Se é assim, porque é que estamos a lutar? Porque é que temos esta luta pela civilização?”

Eu penso que essa deve ser perspectiva, ou seja, que mesmo em circunstâncias tremendamente difíceis, quer do ponto de vista orçamental, quer do ponto de vista da saúde, a área cultural deve ser uma área preferencial também, em que devemos também fazer um esforço muito significativo para manter aquelas que são as nossas tradições, as nossas valências nesta área, como sabe são muito significativas e são importantíssimas do ponto de vista identitário do nosso povo, do povo açoriano. Por isso, esta iniciativa é uma iniciativa que na minha perspectiva faz todo o sentido nestes tempos.



É necessário manter a nossa atividade produtiva, é necessário centrar esforços na saúde, mas é necessário manter também aquela matriz cultural que nos identifica e é preciso fazer um esforço também para projetar verbas para esta matéria.

Por isso, da nossa parte nós apoiamos a perspetiva e felicitamos o autor pelo facto de a ter apresentado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Queria me inscrever, Sra. Presidente. João Corvelo.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Para já não.

Tem então a palavra o Sr. Deputado João Corvelo.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os impactos do surto de COVID-19 neste sector, que foi essencial para os cidadãos no período de confinamento, são incalculáveis com a desproteção da quase generalidade dos trabalhadores, cujo nível de precariedade fica agora claramente exposto, e que, com o cancelamento de espetáculos e eventos culturais estão sem qualquer fonte de rendimento.

O PCP defende que são necessárias e urgentes medidas ambiciosas e eficazes para não só para as filarmónicas, mas como para toda a cultura. Um quadro que já era de emergência não pode ser condenado a lidar com as imensas dificuldades que atravessa com as mesmas receitas de sempre, nomeadamente, o subfinanciamento e a desresponsabilização do Estado como opções políticas de primeira linha.

No nosso entender, são necessários apoios sociais ágeis para, por um lado, salvar as pessoas e organizações, da maior à mais pequena, mantendo o capital humano da Cultura e, por outro, proteger os equipamentos e os meios técnicos disponíveis.

Relativamente ao que nos traz o CDS, importa salientar a relevante função que as filarmónicas continuam a desempenhar em termos do ensino da música e formação de jovens instrumentistas, como dando um importante contributo para a formação cultural dos jovens da Região.

As sociedades filarmónicas e outros agrupamentos musicais desempenham nos Açores um papel destacado, do qual nos devemos não só orgulhar, como devemos valorizar como parte inestimável do nosso património cultural e acarinhar enquanto herança preciosa que nos foi legada pelos nossos antepassados e que nos incumbe transmitir, devidamente enriquecida, aos nossos descendentes.

Nos Açores, mesmo que os cuidados governativos a nível da educação artística não seja o melhor, o certo é que os açorianos procuram as aprendizagens das Artes. Num processo que é, também ele, herdeiro dos princípios da educação democrática – isto é, acessível a todos - o movimento associativo assumiu responsabilidades, garantindo que os mais jovens se encontram envolvidos em projetos associativos passando estas tradições para as gerações vindouras. Esperamos que esta prática seja mantida e apoiada porque esta é uma característica açoriana que não pode ser substituída.

Desta forma a Representação Parlamentar do PCP irá votar favoravelmente esta iniciativa considerando ainda que as filarmónicas da Região são o principal agente entre os meios mais rurais e a cultura musical é aqui que tanto jovens como adultos conseguem aceder de forma gratuita a uma formação que além de musical também é cultural.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Graça Silveira.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Secretário.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Gostaria de inscrever o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura. Obrigado.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Para já não.

Tem então a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(\*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dizer que de facto a nossa realidade agora no desconfinamento e no pós Covid em termos de convívio social e cultural teremos uma oportunidade ouro, uma vez que estamos de certa forma isolados em relação ao exterior, de poder promover e acarinhar os nossos grupos culturais que poderão ter um papel muitíssimo importante nos próximos tempos. Obviamente que tudo aquilo que permita que estes grupos com imensas dificuldades possam manter a sua atividade são muito bem-vindas e esta iniciativa do CDS muito oportuna de não só dar um apoio adicional, mas não fazer com que os apoios que foram dados anteriormente se tornassem aquilo que nós podemos chamar um presente de gregos.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

(\*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

No passado, em cada freguesia, a sociedade filarmónica ou as sociedades filarmónicas foram o local de convívio por excelência, alforjes de iniciativas mil na música, na dança e no teatro.

Diria mais, no passado, as sociedades filarmónicas funcionaram como autênticas academias da juventude onde após longas e duras jornadas de trabalho realizava prolongados ensaios, buscando tempero para o corpo e enriquecimento para o espírito.

No presente, as sociedades filarmónicas têm de assumir uma função de aproveitamento em utilidade dos tempos livres da população, necessariamente que através da diversificação das atividades de animação sociocultural e recreativa. Só assim, preencherão necessidades verdadeiramente sentidas.

Outrora, a constituição de uma filarmónica era dispendiosa, muito dispendiosa, jamais vingando sem o empenhamento dos maiorais de cada lugar.

Nestas circunstâncias, os atuais apoios do Governo significam tão só o reconhecimento da relevância cultural das filarmónicas, autênticas academias de formação da juventude nas sociedades de hoje, obviamente que também nas sociedades do futuro mais próximo ou mais longínquo.

Aliás, não pode, não poderá ser de outra forma perante a fantástica existência de cerca de 100 bandas filarmónicas nos Açores todos.

Quer isto significar que o progresso das sociedades filarmónicas não depende essencialmente dos apoios do Governo. O progresso das sociedades filarmónicas, ontem como hoje, depende sempre do empreendedorismo das

nossas gentes para manter e para reforçar a relevância e a validade tradicionais as filarmónicas enfrentam um desafio maior e qual é ele?

A posse de uma utilidade pública extraordinária. Mais do que isso a exteriorização da posse de uma utilidade pública extraordinária.

Se no passado isso aconteceu, também acontecerá no presente e no futuro.

Recentemente uma alteração legislativa de fevereiro próximo passado, também ela proposta pelas mesmas forças políticas, conferiu maior eficácia ao SOREFILL. Em primeiro lugar, através do acréscimo das participações governamentais, antes de até 25% a partir de agora de até 50%, precisamente o dobro, ainda acrescido da concessão à cabeça de 80% da dotação aprovada contra a prática antiga de apenas 60%, através da simplificação dos formulários a configurar um processo de desburocratização de procedimentos que facilita o acesso das instituições às candidaturas.

Ainda à luz das regras do passado, pelo concurso de 2019, as filarmónicas obtiveram para 2020 um maior apoio desde a aprovação do SOREFILL em 2014, concretamente 117 mil, 571 euros e 31 cêntimos, contra participações de 92 mil, 975 euros e 82 cêntimos em 2016; de 76 mil, 910 euros e 37 cêntimos em 2017; de 93 mil, 535 euros e 25 cêntimos em 2018; e 72 mil, 885 euros e 6 cêntimos em 2019.

Já à luz das novas regras o primeiro concurso SOREFILL será aberto em breve, a partir do próximo dia 1 de junho, de hoje a oito dias, e pelo prazo de quatro meses, prevendo-se a apresentação de mais projetos e a concessão de maior apoio.

Na presente conjuntura de pandemia que praticamente obrigou à paralisação da atividade das filarmónicas, vítimas da anulação de todas as festividades e da redução do convívio das gentes, entenderam o Partido Socialista e o CDS-PP proteger estas agremiações musicais da devolução de verbas na mais do que

certa impossibilidade de agregar os recursos indispensáveis à concretização da generalidade dos projetos.

Desta câmara aguardam sempre os cidadãos por propostas, senão de resolução, pelo menos de mitigação das necessidades dos indivíduos e das sociedades.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário Regional.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação na generalidade deste diploma.

Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** André Rodrigues.

**Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Parreira.

**Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Silva.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Dionísio Faria e Maia.

**Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Domingos Cunha.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Francisco Coelho.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Graça Silva.

**Deputada Maria Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Iasalde Nunes.

**Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** João Paulo Ávila.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José San-Bento.

**Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Manuel Ramos.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria de Fátima Ferreira.

**Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria Eduarda Pimenta.

**Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria Isabel Quinto.

**Deputada Maria Isabel Quinto (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mário Tomé.

**Deputado Mário Tomé (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Couto.

**Deputada Marta Couto (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Matos.

**Deputada Marta Matos (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mónica Rocha.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Pedro Moura.

**Deputado Pedro Moura (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Renata Correia Botelho.

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ricardo Ramalho.

**Deputado Ricardo Ramalho (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sónia Nicolau.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Luís Maurício.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Pedroso.

**Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Bruno Belo.

*(Pausa)*

Carlos Ferreira.

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.



**Presidente:** Catarina Chamacame Furtado.

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** César Toste.

**Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Luís Rendeiro.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria João Carreiro.

**Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Mónica Seidi.

**Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Artur Lima.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Alonso Miguel.

**Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Mendes.

**Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Corvelo.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Graça Silveira.

**Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Luís.

O meu voto é a favor.

Manuel Pereira.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Jorge Jorge.

**Deputado Jorge Jorge (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Bruno Belo.

*(Pausa)*

Sr. Deputado Manuel Pereira, para o anúncio da votação, tem a palavra.

**Secretário:** O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 57/XI na generalidade foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Obrigada.

Entramos agora no debate e votação na especialidade.

Pergunto se há alguma inscrição.

Julgo não haver. Também a Mesa não recebeu nenhuma proposta de alteração para o diploma.

Ele é composto por três artigos, portanto, vamos votá-los em conjunto.

Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** André Rodrigues.

**Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Parreira.

**Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Silva.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Dionísio Faria e Maia.

**Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Domingos Cunha.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Francisco Coelho.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Graça Silva.

**Deputada Maria Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Iasalde Nunes.

**Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Paulo Ávila.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José San-Bento.

**Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Manuel Ramos.

**Deputado Manuel Ramos (PS):**Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria de Fátima Ferreira.

**Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria Eduarda Pimenta.

**Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria Isabel Quinto.

**Deputada Maria Isabel Quinto (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mário Tomé.

**Deputado Mário Tomé (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Couto.

**Deputada Marta Couto (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Matos.

**Deputada Marta Matos (PS)** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mónica Rocha.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Pedro Moura.

**Deputado Pedro Moura (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Renata Correia Botelho.

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ricardo Ramalho.

**Deputado Ricardo Ramalho (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sónia Nicolau.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Luís Maurício.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** António Pedroso.

**Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Bruno Belo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Ferreira.

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Catarina Chamacame Furtado.

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** César Toste.

**Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Luís Rendeiro.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria João Carreiro.

**Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Mónica Seidi.

**Deputada Mónica Seidi (PSD):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Artur Lima.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Alonso Miguel.

**Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Paulo Mendes.

**Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** João Corvelo.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Graça Silveira

**Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Ana Luís.

O meu voto é a favor.

Manuel Pereira.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** O meu voto é favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Jorge Jorge.

**Deputado Jorge Jorge (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Pereira.

**Secretário:** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Os artigos que compõem o Decreto Legislativo Regional n.º 57/XI foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Vamos então agora fazer a votação final global.

Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** André Rodrigues.

**Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Parreira.

**Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Silva.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Dionísio Faria e Maia.

**Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Domingos Cunha.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Francisco Coelho.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Graça Silva.

**Deputada Maria Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Iasalde Nunes.

**Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Paulo Ávila.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** A favor, Sra. Presidente. **Presidente:** João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José San-Bento.

**Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Manuel Ramos.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Maria de Fátima Ferreira.

**Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Maria Eduarda Pimenta.

**Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Maria Isabel Quinto.

**Deputada Maria Isabel Quinto (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Mário Tomé.

**Deputado Mário Tomé (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Couto.



**Deputada Marta Couto (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Matos.

**Deputada Marta Matos (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mónica Rocha.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Pedro Moura.

**Deputado Pedro Moura (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Renata Correia Botelho.

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Ricardo Ramalho.

**Deputado Ricardo Ramalho (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sónia Nicolau.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Luís Maurício.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Pedroso.

**Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Bruno Belo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Ferreira.

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Srs. Deputados peço que desliguem o microfone. Obrigada.

Catarina Chamacame Furtado.

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** César Toste.

**Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Luís Rendeiro.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria João Carreiro.

**Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mónica Seidi.

**Deputada Mónica Seidi (PSD):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Artur Lima.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Alonso Miguel.

**Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Paulo Mendes.

**Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** João Corvelo.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Graça Silveira.

**Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Luís.

O meu voto é a favor.

Manuel Pereira.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Jorge Jorge.

**Deputado Jorge Jorge (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Para anunciar a votação tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa, Manuel Pereira.

**Secretário:** Obrigado, Sra. Presidente.

Votação final global, o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 57/XI foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Encerramos agora este nosso ponto da Agenda. Vamos avançar com os nossos trabalhos. Passamos para o ponto 28: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 228/XI – “Recomenda ao**

**Governo Regional que, na decorrência da pandemia da COVID-19 e considerando a necessária capacitação do Sistema Regional de Saúde, realize os procedimentos necessários de forma a garantir o reforço de formação em medicina de emergência e suporte avançado de vida no Sistema Regional de Saúde”.**

Este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão é apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS. Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, também muito fácil de explicar esta urgência.

Efetivamente vivemos uma situação excepcional em que precisamos de meios excepcionais e o mais rápido possível. Portanto, nesse sentido o CDS traz este projeto de resolução com a devida dispensa de exame em comissão.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há alguma inscrição.

*(Pausa)*

Julgo não haver. Vamos então proceder à votação deste pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** André Rodrigues.

**Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Parreira.

**Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, voto favoravelmente.

**Presidente:** Carlos Silva.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Dionísio Faria e Maia.

**Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Domingos Cunha.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Francisco Coelho.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Graça Silva.

**Deputada Maria Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Iasalde Nunes.

**Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Paulo Ávila.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José San-Bento.

**Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Manuel Ramos.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Maria de Fátima Ferreira.

**Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Maria Eduarda Pimenta.

**Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Maria Isabel Quinto.

**Deputada Maria Isabel Quinto (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Mário Tomé.

**Deputado Mário Tomé (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Couto.

**Deputada Marta Couto (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Matos.

**Deputada Marta Matos (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mónica Rocha.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Pedro Moura.

**Deputado Pedro Moura (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Renata Correia Botelho.

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ricardo Ramalho.

**Deputado Ricardo Ramalho (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sónia Nicolau.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Luís Maurício.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Pedroso.

**Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Bruno Belo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Ferreira.

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Catarina Chamacame Furtado.

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** César Toste.

**Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Luís Rendeiro.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria João Carreiro.

**Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mónica Seidi.

**Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Artur Lima.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Alonso Miguel.

**Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Mendes.

**Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Corvelo.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Graça Silveira.

**Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Luís.

O meu voto é a favor.

Manuel Pereira.

Srs. Deputados, por favor, peço que desliguem o microfone.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Obrigado, Sra. Presidente, o meu voto é favorável.

**Presidente:** Jorge Jorge.

**Deputado Jorge Jorge (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.



**Presidente:** Sr. Deputado Manuel Pereira, para anunciar a votação, tem a palavra.

**Secretário:** Obrigado, Sra. Presidente.

O pedido de urgência para análise do Projeto de Resolução n.º 228/XI foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Tendo sido aprovado este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, dou novamente a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima para desta feita apresentar a iniciativa que consta como ponto 29 da nossa Agenda.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Chegado a este ponto, apresentar a iniciativa e lembrar à câmara, às Sras. e aos Srs. Deputados, que o CDS foi pioneiro em apresentar esta iniciativa de medicina de emergência para se capacitar melhor ainda a formação dos nossos profissionais de saúde, medida essa que começou a ser implementada pelo Governo, embora depois tenhamos sofrido algum reverso com esta pandemia que se iniciou e que veio a atingir a Região Autónoma dos Açores.

Entendemos nesta altura que é absolutamente necessário reforçar essa formação e reforçar a medicina de emergência e o suporte avançado de vida, porque viemos a perceber que nesta altura em que o Governo Regional reforçou a capacidade de ventiladores, reforçou a capacidade de suporte avançado de vida na Região Autónoma dos Açores e veio capacitar ainda melhor o nosso Serviço Regional de Saúde, entendemos também que é preciso capacitar, formar, cada vez mais e melhor, mais profissionais de saúde para ficarem habilitados com esta especialização e também mais formação nessa matéria para podermos responder mais eficazmente ao que pode vir no futuro e estarmos preparados para responder melhor a estes efeitos de uma pandemia e quando é preciso manter doentes com suportes mais especializados para manterem a sua vida.

É sobretudo muito importante reforçar obviamente nas ilhas com hospital, mas sobretudo para as ilhas sem hospital, porque viemos a constatar que algumas tinham ventiladores e que ninguém saberia funcionar com os ventiladores, ou que não sabiam funcionar com os ventiladores, ou que tinham dificuldades em funcionar com os ventiladores.

Daí, esta formação em prática de emergência médica e suporte avançado de vida, vindo, por exemplo, fazer estágios aos cuidados intensivos dos hospitais de Ponta Delgada, da Horta e da Terceira e também dando formação ao pessoal da Proteção Civil nessa matéria para que num futuro, que desejamos que não venha a acontecer, mas estejamos melhor preparados, os Açores no seu todo, para darem uma resposta mais eficaz, mais pronta, mais célere, às populações quando dela precisarem.

Registo, como já disse no passado e várias vezes aqui, a grande evolução que se fez em termos de Proteção Civil na Região Autónoma dos Açores nos últimos governos regionais, não apenas nesta legislatura, mas noutras, onde se iniciou verdadeiramente a reforma da Proteção Civil nos Açores, foi iniciada já há duas ou três legislaturas atrás, e continuou-se sempre no sentido de melhorar e hoje temos um bom Serviço de Proteção Civil. Por isso, é preciso capacitar também os profissionais de saúde para darem essa melhor resposta, reequipar, capacitar, melhorar o nosso Serviço Regional de Saúde. Estarmos, para dizer pronto, para podermos transmitir e dar aos açorianos segurança que podem ter nos seus profissionais de saúde, segurança que podem ter na Proteção Civil e segurança para irem voltando à sua vida, porque sabem que quando for necessário e se for necessário estarmos melhor preparados para responder a qualquer eventualidade que venha a acontecer, mas que desejamos que não aconteça.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado Artur Lima.

Estão agora abertas as inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há inscrições.

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado.

**Deputado Francisco César (PS):** Gostaria de inscrever o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Para já não.

Tem então a palavra o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

**(\*) Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Membros do Governo:

Com pandemias ou sem elas o Serviço Regional de Saúde tem prestado um atendimento adequado ao grau de complexidade ou de respostas a situações urgentes e emergentes em que o suporte básico e avançado de vida é fundamental e que seja prestado em conformidade com os protocolos aceites pela comunidade médica nacional e internacional até ao limite da capacidade técnica de suporte instalada.

O Serviço Regional de Saúde tem apostado nesta formação como o demonstram o número de formandos formados e as exigências curriculares e de acreditação que algumas unidades de saúde já cumprem. Em sede de discussão e aprovação do plano e orçamento da Região Autónoma para 2020 foi aprovada esta formação alargada aqui à medicina de catástrofe.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP volta a recomendar esta exigência no nosso entender numa lógica de entendimento desta mais valia para a assistência aos nossos utentes e em sintonia, diga-se, com os padrões de exigência para a

prestação destes cuidados que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo dos Açores têm defendido e implementado para o bem de todos queremos e apostamos em serviços com as competências necessárias às respostas adequadas de socorro e de tratamento.

Temos particularidades geográficas, com o distanciamento dos hospitais, onde são prestados cuidados avançados para a manutenção deste suporte vital e resolução especializada das situações clínicas urgentes, temos a cooperação excepcional da unidade de evacuações aéreas e das SIVs nas ilhas onde, por razões demográficas, foram implementadas. Estamos de acordo. Estaremos sempre de acordo com todas as propostas e recomendações que visem esta melhoria contínua e a aquisição de competências nos nossos recursos humanos da saúde.

Neste sentido, não só vemos nesta proposta do CDS-PP uma sequência das suas preocupações para esta aquisição de mais competências, mas também nos revemos na nossa aposta nesta qualificação dos nossos profissionais de saúde em todas as unidades de saúde de ilha com serviços básicos de urgência, assim como em contexto de formação contínua em todas as unidades de saúde da Região, por isso, estamos ao lado do CDS-PP nesta proposta de resolução que iremos dar a nossa aprovação.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Abro novamente as inscrições.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Inscrevo a Sra. Deputada Mónica Seidi.

**Presidente:** Obrigada.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente. Gostaria de inscrever-me a mim próprio, António Lima.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Para já não.

Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(\*) **Deputada Mónica Seidi (PS):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tudo o que for formação, tudo o que for mais capacitação dos profissionais de saúde de uma forma genérica terá o aval da bancada do Partido Social Democrata e esta iniciativa vai de encontro às palavras que anteriormente referi. Como já foi aqui lembrado, até pelo próprio proponente em sede de orçamento, o CDS trouxe esta temática a debate, que foi também aprovada por unanimidade, porque de facto ela já é uma necessidade que é anterior à pandemia que atualmente vivemos, mas que face àquilo que é o cenário e a realidade quer atual, quer de um futuro que nós achamos que ainda é incerto, obviamente que se torna mais premente a necessidade de dotar os profissionais de saúde e do Serviço Regional de Saúde com melhores capacidades possíveis. Confesso que tive alguma curiosidade, até porque todos os anos é elaborado um plano de formação da Direção Regional da Saúde, e tinha conhecimento do plano regional da Direção Regional da Saúde (o plano de formação, aliás) para o ano de 2019 e queria saber o que é que tinha mudado ao nível das formações de suporte avançado de vida, por exemplo.

Curiosamente e para minha desilusão o plano de formação da DRS para o ano de 2020 não existe, está em elaboração. Portanto, sabemos nós que estamos perante um ano atípico, mas a janeiro, fevereiro e até parte de março, teríamos tido, ou a Direção Regional da Saúde teria tido tempo, mais do que tempo, para planificar as formações dadas, sendo certo que seria necessário haver uma reformulação, mas assim ficámos sem saber se efetivamente aquilo que

aprovámos em novembro foi consequente e se a própria Direção Regional da Saúde iria ter em conta para a formação do presente ano, sobretudo para os internos.

Queria, nesta primeira intervenção, salientar também duas preocupações que também já foram aqui levantadas e bem pelo proponente que dizem respeito à formação nas ilhas em que não existem hospitais.

Penso que deverá ser dada uma atenção especial aos clínicos que lá se encontram. São ilhas que do ponto de vista de recursos, quer do ponto de vista de recursos humanos, materiais, têm obviamente uma carência, que nós consideramos normal, porque não estamos a trabalhar no âmbito hospitalar, mas sim numa unidade de saúde de ilha, mas sobretudo porque estes clínicos, a grande maioria deles, são formados para uma especialidade que é a medicina geral e familiar e que têm aqui outro contexto, quer do ponto de vista hospitalar, ou seja, não estão treinados para fazer internamento e fazem-no, fazem-no com aquilo que sabem, com aquilo que podem, fazem com as melhores capacidades que têm e, portanto, estes clínicos necessitam obviamente da nossa atenção.

Ainda porque há uma grande maioria das situações que são atendidas que temos só paragens cardiorrespiratórias e daí a necessidade que se sabe. Temos também outras situações de peri-paragem, outras situações urgentes que é necessário dar formação a estes clínicos, sobretudo nas ilhas sem hospital.

Há exemplos nacionais que eu penso que deverão servir de exemplo, nomeadamente os centros de simulação, que existem em Coimbra, que existem na Madeira, que têm formado colegas nossos que com recurso a modelos médicos de simulação conseguem quase que simular situações reais e este treino tem tido experiências muito positivas.

Portanto, eu penso que este é aqui um bom exemplo que a Região deve olhar, deve pensar, se não será o modelo, ou se não será o exemplo também a trazer para os Açores.

Depois há também outros locais, há hospitais e há outras entidades que promovem formação até na urgência, que não estão só relacionados com cursos de suporte avançado de vida, nem com cursos de suporte básico de vida.

Portanto, penso que até a própria Região deverá ter um plano de formação direcionado às urgências médicas, não só às emergências, não só às paragens cardiorrespiratórias.

Para terminar, uma preocupação que também já foi aqui levantada e que eu também já tive a oportunidade de questionar a Sra. Secretária da Saúde e que numa primeira instância percebo e até posso admitir que não me soube responder, mas atendendo que a Região reforçou a sua capacidade em ventiladores, eu gostava que nos dissesse se já fez o levantamento dos profissionais de saúde, quer médicos, quer enfermeiros, que estão disponíveis para terem treino, para terem formação em ventilar doentes, sobretudo estes doentes que com uma pneumonia viral, com um sofrimento típico, com um sofrimento que é diferente de uma insuficiência respiratória aguda ou crónica agudizada, mas que estão disponíveis para terem formação e treino e se for eventualmente necessário numa segunda vaga ou no futuro darem um contributo à Região através daquilo que lhes foi treinado.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A formação é sempre uma medida e uma intervenção que é necessária principalmente quando se fala em saúde, em que ela é necessária em permanência, de forma contínua, com vista à atualização, mas também refrescar aquelas que são as formações que os profissionais de saúde têm, devem ter de forma regular.

Aquilo que estamos a debater é um projeto de resolução que visa efetivamente recomendar a capacitação do Sistema Regional de Saúde com mais formação em medicina de emergência e suporte avançado de vida.

Esta medida, como já foi referido, estava prevista no orçamento. Vem-se aqui reforçar a implementação desta medida que já está efetivamente prevista e nada obviamente temos contra esse projeto de resolução, muito pelo contrário, e com esse reforço de intenção de realizar essa formação que é necessária e que deve ser feita efetivamente em todas as ilhas, porque conhecemos a nossa realidade arquipelágica em que principalmente nas ilhas sem hospital, mas não só, muitas vezes é necessário que os profissionais de saúde façam e estejam preparados para situações que noutros locais poderia não ser necessário que estivessem tão preparados.

Também não podia deixar de referir e de dizer que o socorro, a emergência é mesmo fundamental na Região e não podia deixar de lembrar e de recordar que continuamos na Região com uma escassez de recursos no que diz respeito nomeadamente às evacuações com a famigerada segunda tripulação que continua sem existir na Região. O socorro tem sido feito, é óbvio, mas consideramos que continua a ser uma reivindicação e uma exigência mais do que justa da Região que não poderíamos falar em emergência e em socorro sem deixar de o referir.

Posto isto, o Bloco de Esquerda votará favoravelmente a presente resolução, porque é um contributo a mais para que essa formação que é tão necessária seja efetivamente realizada e esperemos que o seja.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, queria inscrever-me, Artur Lima.



**Presidente:** Obrigada.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Secretário.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Gostaria de inscrever a Sra. Secretária Regional da Saúde. Obrigado.

**Presidente:** Obrigada.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, uma inscrição, Paulo Estêvão.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo que não há para já mais nenhuma inscrição.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Falei há pouco na Proteção Civil e gostaria de precisar ainda mais aquilo que disse há bocado, não que me tenha pedido nada, nem que lhe deva isto, mas quero aqui fazer também um reconhecimento, porque as coisas têm de ser ditas e o CDS nunca teve (não teve no passado em criticar) nenhum problema em fazer um justo elogio quando ele é merecido. O justo elogio foi ao grande obreiro da Proteção Civil nos Açores e seu grande impulsionador, o atual Deputado José Contente e na altura Secretário Regional. Portanto, fica aqui esta referência ao grande projeto que ele iniciou e que veio a melhorar paulatinamente ao longo dos anos. Portanto queria deixar aqui ao ex-Secretário, ao atual Deputado José Contente, este meu reconhecimento que é naturalmente leal e sincero.

Dito isto, queria dizer o seguinte. Queria lembrar às Sras. e aos Srs. Deputados que conheço muito bem as ilhas sem hospital.

Fui numa altura em que pouca gente queria (enquanto profissional de saúde) sair da sua zona de conforto e não tive nenhum problema em exercer a minha profissão a algumas ilhas dos Açores, esporadicamente uma a outra e de uma forma mais continuada à ilha Graciosa, onde tive o gosto de fundar e ajudar muito à instalação do serviço de medicina dentária no Centro de Saúde da Graciosa.

Conheço bem as dificuldades por que passam os colegas, quer os médicos (colegas profissionais de saúde, obviamente), desde os enfermeiros, aos técnicos de diagnóstico e terapêutica, aos médicos, nessas ilhas sem hospital. Foi sempre para mim uma preocupação muito grande nessa matéria, porque conheço o terreno e sem o que se passa nessas ilhas.

Gostaria de recordar que em 2018 para o orçamento de 2019, aprovámos e fizemos aprovar no Parlamento uma norma no orçamento para dar formação aos profissionais de saúde das ilhas sem hospital e na altura até detalhámos que deveriam vir pelo menos 15 dias por ano a uma urgência geral de Ponta Delgada, da Horta ou de Angra para receberem treino em urgência geral e urgência intensiva, portanto, receberem um treino muito maior do que aqueles que às vezes têm nas suas ilhas onde vão perdendo um pouco a mão. Acontece! Quem está na saúde sabe o que eu estou a falar e o que é perder a mão em determinadas situações.

Portanto, em 2018 nós já tínhamos isto. Não é de agora! É de 2018! Dar formação aos médicos e profissionais de saúde das ilhas sem hospital e constatando uma realidade que aconteceu infelizmente com o furacão Lorenzo resolvemos fazer, digamos assim, mais um melhoramento a essa nossa proposta que foi acrescentar a formação em medicina de emergência e catástrofe que são duas coisas complementares uma da outra.

Agora, vimos fazer esta proposta para que seja intensificada a formação não só nas ilhas sem hospital, mas também nas ilhas com hospital.

Portanto, a nossa proposta vem desde 2018, veio para 19 e agora em 20 queremos sempre melhorá-la, atualizá-la para darmos a melhor proteção aos nossos concidadãos quando precisarem de cuidados de saúde.

De resto, agradecer as intervenções dos Srs. Deputados que me precederam e esperar que apoiem e votem favoravelmente esta iniciativa.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Secretária Regional da Saúde.

(\*) **Secretária Regional da Saúde** (*Teresa Machado Luciano*): Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo, Caras e Caros Colegas do Governo:

Estamos todos de acordo garantidamente que a formação é um pilar fundamental no exercício profissional, sobretudo em áreas em que o conhecimento e a técnica evoluem muito rapidamente.

A estratégia do Governo Regional dos Açores tem sido de capacitar o Serviço Regional de Saúde e dentro dele também o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores tendo em consideração a nossa realidade arquipelágica, as nossas nove ilhas e tendo em consideração que temos três ilhas com hospital e seis ilhas sem hospital.

Em orçamento de 2019 e 2020, nos artigos 68.º e no orçamento de 2020, 27.º, esta área é premente e está contemplada, estamos todos de acordo e que foi aprovado este orçamento nos dois anos aqui, nesta Assembleia.

Importante referir que desde 2017 esta capacitação, esta formação tem sido dada aos vários profissionais de saúde. Senão vejamos: em 2017, tivemos 132 formandos; 2018, 143; em 2019, 307; e 2020, já temos agendadas para o segundo semestre cinco cursos, em cinco ilhas diferentes.

Como sabem pela situação que passamos durante estes meses foram adiados estes cursos.

Estes cursos de emergência e, se quisermos referir em mais pormenor, os cursos que foram dados foram seis cursos: curso avançado de trauma, curso avançado de vida cardiovascular, emergência e estabilização do doente crítico, suporte avançado de vida, suporte avançado de vida pediátrico e suporte imediato de vida pediátrico. Têm sido estas áreas, também estas áreas, áreas que temos dado a formação a todos os profissionais de saúde.

Ao todo nestes três anos contamos com 589 profissionais já frequentando os cursos e como falava também a Deputada Mónica Seidi os nossos profissionais também frequentaram em 2018 o curso de emergência e estabilização do doente crítico que é dado na Madeira e que com parcerias também frequentámos esse curso em 2015.

Importante referir que no segundo semestre cinco cursos já estão planeados: Santa Maria, São Miguel, Faial, Pico e Terceira. Para além do planeamento destes cursos também vamos fazer este ano, que já deveríamos ter feito, mas perante a situação não nos foi possível, a frequência de quem trabalha no serviço básico de urgência das seis ilhas sem hospital passarem duas semanas por ano, ou 15 dias seguidos nos nossos hospitais, na urgência/emergência, porque é assim e com a prática que também evoluímos.

Importante referir aqui que a nossa estratégia de capacitar não terminou, é para continuar, reequipar, capacitar e formar o Serviço Regional de Saúde é sem dúvida nenhuma primordial para nós e continuamos e continuaremos neste caminho.

Portanto, vemos com bons olhos esta proposta apresentada hoje.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, fazer uma referência que me parece absolutamente justa e que não é muito normal entre partidos diferentes, mas eu penso que é muito importante reconhecer o mérito e reconhecer a coerência que as forças políticas e os agentes políticos têm no âmbito das suas propostas.

Ninguém aqui nesta câmara pode deixar de reconhecer que o Sr. Deputado Artur Lima nesta matéria não aparece agora quando as circunstâncias são difíceis. Na decisão política o que é muito importante é ter a capacidade de antecipar as soluções para problemas que podem ocorrer, olhar para o horizonte e ter a capacidade de planear e o Sr. Deputado Artur Lima ao longo de todos estes anos e em particular também no âmbito desta proposta o que tem vindo é querer capacitar a Região para dar uma resposta em termos de medicina de emergência e de suporte avançado de vida no âmbito do Sistema Regional de Saúde, em todo o Sistema Regional de Saúde e em todas as ilhas.

Considero que esta projeção atempada para o futuro, não apenas quando os problemas já se instalaram, porque aí é fácil verificar que o problema existe e a partir daí é fácil de diagnosticar o mal que já está presente. O que é verdadeiramente de enaltecer é quando se tem a capacidade de prever, quando se tem a capacidade de diagnosticar uma situação e projetar aquela que tem de ser a resposta naquele momento, para que quando a situação de facto surja a Região já possa estar preparada para enfrentar o problema e é essa a situação, é esse o percurso político, que o Sr. Deputado Artur Lima teve nesta matéria.

Portanto, nesta primeira abordagem não podia deixar de referenciar essa coerência, essa capacidade de antevisão, essa coerência no discurso e na prática. Depois também dizer o seguinte: considero que esta proposta ... Vamos votá-la obviamente favoravelmente, como já fizemos em relação a iniciativas do mesmo género no passado, porque a nossa Região tem de estar preparada. Eu

vejo que a nossa Região tomou aquela que era a única decisão, em que teve o apoio do conjunto das forças políticas, que era de facto fechar, evitar o contágio, porque nós não estávamos bem preparados, não tínhamos um Sistema Regional de Saúde preparado para enfrentar uma situação de contágio a grande escala. Não estávamos, mas a verdade é que a decisão foi a decisão lógica e a única decisão possível.

Agora, o que nós temos de fazer é capacitar a Região, capacitar a Região, porque obviamente nós nesta situação estamos muito vulneráveis. É evidente que das populações todas do conjunto do país nós fomos talvez das populações, conjuntamente com a Madeira, aquela que teve menos situações de contágio e obviamente aquela que neste momento está mais vulnerável numa possível segunda vaga. Se ela ocorrer evidentemente que a nossa população, como teve menor percentagem de contato com o contágio, somos dos mais vulneráveis. É preciso ter a capacidade de ter tudo instalado para dar uma resposta descentralizada, como o CDS-PP defende, e uma resposta com a capacidade de reação como o CDS-PP defende.

Por isso, considero que esta proposta é uma proposta muito importante. É um alerta muito importante e fulcral para resolver esta situação.

Portanto, nós vamos votar favoravelmente a proposta do CDS-PP, porque atinge esses propósitos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

**Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, eu queria inscrever o Sr. Deputado José Contente.

**Presidente:** Obrigada.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Eu inscreveria a Sra. Deputada Mónica Seidi.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, se possível, queria inscrever-me, João Corvelo.

**Presidente:** Obrigada.

Julgo não haver mais inscrições para já.

Tem então a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(\*) **Deputado José Contente (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer, mas em nome coletivo a referência que o Sr. Deputado Artur Lima fez simpaticamente e em nome coletivo porque eu participei num projeto coletivo e o meu orgulho é sempre coletivo. É preciso que isso fique claro também.

É, por isso, também que eu digo que já alguém uma vez se referiu a situações de elogio: é mais fácil nós nos defendermos de um ataque do que de um elogio. Mas neste caso o que eu queria realçar não era isso, era esta proposta que vem justamente no reforço e na linha da segurança, que é um bem sempre inacabado, como nós sabemos e é, por isso, que o CDS (também queria reconhecê-lo aqui) tem sido já desde esse tempo em que eu fui responsável também por esta área, e foram 16 anos, um colaborador construtivo como agora se tem dito também aqui, mas numa sã colaboração democrática.

Devo dizer que os cursos de PHTLS, de DAE, mas transporte também em caso de pandemia e de hidrocarbonetos de matérias perigosas, de gestão de operações, de condução de veículos de emergência, de mergulho no início em termos de várias especialidades, de patrão local, de marinheiro, de nadador salvador, de telecomunicações, de emergência de trauma em situações de catástrofe, de recertificação de salvamento em grande ângulo e de incidentes

biológicos, foram caminhos que devem ser sempre recuperados, aprofundados, porque este edifício de segurança da proteção civil será sempre vital para os Açores e nós desde 96 tivemos muitas situações que de algum modo também nos motivaram a que houvesse um forte e grande investimento nesta área, mas eu fico sempre muito satisfeito não só pelo trabalho que já foi feito, mas sobretudo fico satisfeito porque há muitas pessoas e partidos que têm uma atitude construtiva, como o CDS, que propõem sempre a melhoria, a inovação e a renovação deste tipo de situações associadas a catástrofes, ou a calamidades, ou a riscos que impendem sobre a Região Autónoma dos Açores.

Mas queria naturalmente dizer que foi um projeto coletivo aquele em que participei e é nessa justa medida que eu também entendo as palavras simpáticas, mas genuínas como disse o Sr. Deputado Artur Lima, do CDS, neste momento.

Muito obrigado a todos.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Mónica Seidi.

(\*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Exma. Sra. Secretária Regional da Saúde, penso que nós estamos aqui a falar em cursos diferentes.

Agradeço as suas palavras, mas eu estava a referir-me a um curso que sim acontece na Madeira, que é o curso denominado o internista e a urgência, mas que é aberto a outras especialidades médicas. E porquê a particularidade deste curso?

Este sim funciona com base em modelo de estimulação médica e isso faz toda a diferença e, portanto, é um curso que eu penso que se tiver oportunidade e interesse seria agradável que pensassem numa adaptação à Região até porque no ano em que falou em 2018 eu fiz o curso, juntamente com outra colega, e fomos às nossas custas. Ou seja, não é isso que é relevante. Fomos, porque



tivemos curiosidade em conhecer o curso e penso que o facto do curso ter modelos de simulação treinados com manequins é uma mais valia para o treino de profissionais.

Em relação aos estágios que falou nos serviços de urgência. Porquê 15 dias?

Pergunto isto porque qualquer estágio de formação no âmbito de internato complementar não há estágios com duração inferior a 15 dias, no mínimo há estágios de um mês e porque se calhar 15 dias é um tempo que não será tão proveitoso até o profissional de saúde se integrar no ambiente hospitalar, nas rotinas de um serviço de urgência, portanto, mesmo que não fossem os 30 dias seguidos, seria se calhar de repensar este tempo da durabilidade dos estágios para ele de facto ser proveitoso para quem o faz.

Gostaria de insistir novamente com a questão que não me respondeu relativamente ao levantamento dos profissionais de saúde treinados para mexer em ventiladores, se já fez esse levantamento, quantos são e como é que é a sua distribuição, quer por ilhas, quer por especialidades.

Para terminar gostaria então que, uma vez que já anunciou cursos para o segundo semestre de 2020, que nos falasse então do plano de formação que a DRS tem preconizado para o restante ano que temos em curso, atendendo obviamente que já sabemos que o primeiro semestre teve de ser condicionado, mas pelos vistos o Governo já tem uma planificação e gostaria que partilhasse connosco.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada Mónica Seidi.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(\*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP concorda com as formações e afirma que as formações são muito importantes e na situação atual que vivemos ainda mais

importantes são para todos os açorianos e que estamos de acordo com o projeto apresentado pelo CDS-PP.

Aliás, a Representação Parlamentar do PCP vai votar favoravelmente a proposta apresentada pelo CDS-PP.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

De momento não temos inscrições.

Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Julgo não haver.

**Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Graça Silveira.

**Presidente:** Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(\*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, muito obrigada, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para reiterar a pertinência desta iniciativa. Como disse o proponente e muito bem, os equipamentos são fundamentais, mas é fundamental que os nossos técnicos de saúde e quem está na linha da frente tenha formação que possa usufruir na plenitude dos equipamentos que neste momento estão ao dispor da Região, quer em situações de catástrofe, quer agora na situação de pandemia e, portanto, consideramos que esta iniciativa tem efetivamente toda a pertinência e que tem uma assinatura do CDS, que não é de hoje, nem de ontem.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Secretário.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Gostaria de inscrever a Sra. Secretária Regional da Saúde. Obrigado.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Não havendo tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde.

(\*) **Secretária Regional da Saúde** (*Teresa Machado Luciano*): Obrigada.

Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Caras e Caros Colegas do Governo:

Tentando fazer aqui uma súmula do plano de formação 2020 e sabendo que todo ele tem de ser adaptado ao segundo semestre devido ao que aconteceu, vou dar os tópicos dos temas deste plano de formação.

É importante referir que as próprias unidades têm os seus planos de formação internos, para além dos internatos normais e de todos os estágios normais que qualquer unidade de saúde tem durante todo o seu ano.

Assim, em cursos coletivos da Direção Regional da Saúde, nomeadamente para os internos de medicina geral e familiar há a introdução à medicina geral e familiar, introdução às metodologias de investigação e medicina baseada na evidência, sigilo ético em deontologia, organização e planeamento em planeamento, suturas e drenagens para internos de qualquer especialidade, suporte básico de vida com DAE, suporte avançado de vida, curso avançado de trauma, protocolos de suporte imediato de vida, suporte imediato de vida pediátrico, auditores de triagem, gestão de conflitos, trabalho em equipa, cuidados paliativos, encontro dos núcleos de formação também é sempre uma formação que se faz para orientarmos todas as estruturas, para termos todas as mesmas metodologias. Portanto, estas são várias das áreas que integrarão o plano de formação que obviamente (e repito) tem de ser adaptado devido às

circunstâncias que temos e à realidade atual. No entanto, também aprendemos todos a estar mais aptos a reuniões e a formações com tecnologia e, portanto, muitos destes cursos podem também ser realizados com as novas tecnologias e não necessitarmos de todas as viagens inerentes e do planeamento que se necessitava no antigamente.

Respondendo à questão de quem tem formação em termos de ventiladores. Todos nós sabemos que uma coisa são ventiladores com técnicas invasivas, específicas dos anestesistas e dos intensivistas, ou de quem fez também essa especialidade, e outra coisa são os ventiladores com técnicas não invasivas.

Portanto, em termos de anestesistas e de medicina intensiva na Região temos 40 profissionais de saúde nestas áreas nos três hospitais da Região.

Relativamente a levantamento de quem é que sabe utilizar ventiladores de técnicas não invasivas. Todas as pessoas que trabalham no serviço básico de urgência sabem utilizar ventiladores com técnicas não invasivas, no entanto, o levantamento que nos está a sugerir e que é importante fazer ficamos como recomendação para avaliar.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Não temos inscrições para já.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Eu inscrevo a Sra. Deputada Mónica Seidi.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Para já não.

Tem então a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(\*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, registo que respondeu às questões que coloquei, nomeadamente ao nível dos cursos, mas de facto os cursos que anunciou são os cursos que já constavam no plano de 2019 e também registo que reconhecendo o reforço que houve ao nível do Sistema Regional de Saúde e anunciando que todos os colegas que trabalham no serviço básico de urgência sabem mexer ou deveriam saber mexer com o ventilador para ventilação não invasiva, estranho que por exemplo não tenha incorporando esses cursos de ventilação não invasiva no plano de formação, porque seguramente será necessário reforçar essa formação para todos os colegas e isso não consta no plano de formação que a senhora agora aqui falou.

Em relação à ventilação invasiva. Falou em 40 profissionais, entre anestesiistas e intensivistas.

Sra. Secretária Regional da Saúde, a pergunta que lhe fiz não foi essa, não foi para saber quantos já existem na Região, mas foi para saber se por exemplo havia disponibilidade de pneumologistas, médicos de medicina interna, que não sendo intensivistas, tiveram ao longo do seu estágio pelo menos seis meses de formação nesta área, se estão disponíveis para receber um *update* daquilo que é ventilar um doente com uma pneumonia viral e com a ARDS no contexto da COVID-19, se estão ou não disponíveis para isso, que foi o que a senhora não me respondeu.

Esse levantamento já tinha sido solicitado numa das audições que a Sra. Secretária esteve presente no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais e pelos vistos o Governo continua sem ter esses números e sem saber quantos profissionais de saúde, quantos médicos, que especialidades e que recursos humanos teremos disponíveis se for necessário reforçar aqui a resposta ao nível da ventilação mecânica invasiva.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Sra. Presidente.

**Presidente**: Sr. Secretário.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Para inscrever a Sra. Secretária Regional da Saúde. Obrigado.

**Presidente**: Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

(*Pausa*)

Para já não.

Sra. Secretária tem a palavra.

Sra. Secretária, pedia-lhe que ligasse o microfone, por favor.

Obrigada, Sra. Secretária.

(\*) **Secretária Regional da Saúde** (*Teresa Machado Luciano*): Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo, Caros e Caras Colegas do Governo:

Relativamente ao plano de formação de 2020, enumerei alguns dos cursos neste plano de 2020 que, como todos compreendem, tem de ser readaptado relativamente ao segundo semestre.

Fica a nota deixada pela Deputada Mónica Seidi de um curso a integrar também este plano que são sempre bem-vindos, porque reforça o capacitar, formar e são pilares importantes para todo o Serviço Regional de Saúde e, portanto, fica essa nota.

Relativamente ao levantamento de que falou, esse levantamento faz parte do nosso plano de retoma. Todos sabemos que neste momento temos oito casos

ativos e que temos estado desde fevereiro até agora numa situação de COVID em todos empenhados nessa situação.

Importante referir é que com ou sem COVID o Serviço Regional de Saúde não falhou, tem tratado os seus utentes, todos os açorianos.

Portanto, fica a nota no plano de formação do segundo semestre a questão que nos coloca e responder-lhe que o levantamento de que fala faz parte do nosso plano de retoma.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, queria inscrever-me, Artur Lima.

**Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Sra. Presidente, queria inscrever o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Para já não.

Tem então a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária:

Eu queria apenas centrar o debate na questão que é o nosso projeto de resolução e dizer o seguinte.

Relativamente ao plano de formação que a Sra. Secretária bem enumerou e com certeza tomando em boa nota as sugestões feitas pela Sra. Deputada Mónica Seidi, eu presumo que a Sra. Deputada Mónica Seidi não leu bem o projeto de resolução do CDS, porque o projeto de resolução do CDS diz “reforço de formação”, “reforço”. Ou seja, além do que já está no programa até agora quer dizer que daqui para a frente e após este projeto de resolução ser aprovado, com certeza que a Direção Regional de Saúde reformulará o seu programa de

formação e reforçará a formação em emergência e suporte avançado de vida e trauma, etc., porque aqui diz exatamente o reforço daquilo que já está, ou seja, se é reforçar também é naturalmente incluir a operação com os ventiladores, como eu bem expliquei no início.

Portanto, é necessário que as pessoas saibam operar com os ventiladores, que eu acho que é o termo mais adequado e que saibam fazer isso, quer seja ventilação invasiva, ou ventilação não invasiva, é sempre bom ter treino, é sempre bom saber.

Como também no passado (e já algumas vezes defendi), que era também bom que alguns médicos, alguns enfermeiros, alguns funcionários de saúde saíssem da sua zona de conforto hospitalar e também fossem às ilhas sem hospital para perceberem as dificuldades que os colegas têm em exercer nessas ilhas sem hospital.

Conheço os centros de saúde dos Açores de “lés a lés” (conheço todos!) e sei bem quais são as dificuldades e sei bem o esforço que eles fazem, as dificuldades que enfrentam, portanto, acho que é de salutar esta troca de experiências (que aliás se fazia e ainda se faz e que é sempre salutar), que venham conhecer a medicina intensiva, a medicina de urgência, uma urgência de um grande hospital para ganharem treino e ganharem mão, no mínimo em cursos de 15 dias, já digo isso há muito tempo, não é de agora.

Portanto, este projeto de resolução vem reforçar aquilo que está a ser feito e é nesse sentido que eu acho que não deixa qualquer dúvida para estarmos aqui a discutir às vezes o acessório e esquecermos do principal.

Portanto, o projeto de resolução em si diz tudo o que é necessário. É preciso é que o Governo agora, daqui para a frente, readapte, em função deste projeto de resolução, a formação dos profissionais de saúde, não só de médicos, mas também de enfermeiros que são as pessoas naturalmente mais habilitadas para operar com os ventiladores, quer sejam invasivos, quer não sejam invasivos.



De resto, também recordar que em alguns hospitais da Região há pessoas nos cuidados intensivos que não são intensivistas. Temos alguns pneumologistas como sabem que estão (e bem) a trabalhar nos cuidados intensivos.

Aliás, não me querendo desviar dessa matéria, se quiséssemos para aqui chamar a discussão dos cuidados intensivos e a outras discussões de alguns cuidados intensivos não só gerais, mas também cardíacos, nós teríamos aqui outra discussão, mas não quero para aqui chamar isso, não me vou desviar do assunto e julgo que qualquer profissional de saúde, seja pneumologista, seja internista, seja enfermeiro com alguma das especialidades, ou enfermeiro generalista, se quiser naturalmente tem a formação de base necessária para que possa naturalmente aprender a entubar, mas haverá quem saiba explicar isso melhor do que eu e naturalmente que não será negada nenhuma formação a esses profissionais que voluntariamente o queiram.

Queríamos nós que muitos quisessem fazer isso, porque efetivamente sabemos, em primeiro lugar, que alguns não têm vocação, naturalmente, e porque outros também não têm disposição, naturalmente e estão no seu direito, mas eu julgo que nunca foi negado, nem será negado, a qualquer pneumologista, a qualquer internista, enfim, que queira fazer formação nessa área que a Região lhe tenha negado.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

(\*) **Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Não era suposto prolongarmos um debate sobre esta matéria, porque à partida é extremamente consensual, mas de facto durante estes debates que tivemos sobre saúde assistimos a um pouco de tudo.

Acho que aqui o mais importante é não desvalorizarmos esta proposta do CDS-PP com um discurso do medo. Nós não queremos, nem teremos imunidade de

grupo sem vacinação, porque não encaramos esta pandemia como uma gripezinha à Bolsonaro, nem infetem-se à Boris Johnson.

Nós conseguimos ficar em casa, nós conseguimos fazer quarentenas, nós conseguimos fazer o controle da progressão do vírus. O resultado está à vista no nosso caso. Está à vista nos tais países que acharam que de facto isto era uma gripezinha.

De facto, nessa nossa abordagem desta proposta de resolução, enquanto quase todos dissemos sim à formação continua, o PSD agora está no “mas”. Tantas dúvidas quando era necessário tê-las numa outra área e não as teve.

A resposta em tempo de catástrofe adapta-se e recruta-se quem é necessário e esta preocupação excessiva com as competências dos nossos técnicos parece-me mais focada em despromovê-los do que em considerá-los válidos para quando forem chamados dizerem, tal como disse o nosso Serviço Regional de Saúde até agora.

O Serviço Regional de Saúde até agora disse sim, estamos prontos. O PSD continua no “mas”.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Mas eu inscrevo a Sra. Deputada Mónica Seidi.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Para já não.

Sra. Deputada Mónica Seidi tem a palavra.

(\*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu já disse isto hoje de manhã, mas vou voltar a repetir. Para nós acho que é por demais evidente que o PSD não joga o jogo do medo, joga o jogo da confiança, ao contrário daquilo que, infelizmente, o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia vem agora na fase final do debate contemplar-se com lamúrias do Partido Social Democrata para as quais, sinceramente, não merecem a nossa resposta, porque ninguém está aqui a por em causa, muito menos a por em causa, a competência dos profissionais de saúde da Região.

Tocou aí num ponto que eu considero essencial, porque de facto a Região teve algo que a maior parte dos países não teve, que foi tempo. Tempo! Foi tempo para planificar, foi tempo para dotar de uma melhor resposta possível o nosso Serviço Regional de Saúde e é por causa disso que eu não consigo aceitar que nesta fase, e depois de já ter questionado a Sra. Secretária sobre isso, que me venham dizer que o levantamento fará parte do plano de retoma, quando esse levantamento já deveria ter sido feito, porque efetivamente poderia ter sido necessário utilizar os recursos que temos.

Portanto, a Região teve tempo para planificar, teve tempo para saber quem eram os profissionais de saúde com maior vocação para efetivamente treinar ou ajudar no combate destes doentes mais críticos e o que a Região fez foi nem se deu ao trabalho (não consigo classificar de outra forma) de fazer esse levantamento. Portanto, penso que mais uma vez nós estivemos aqui tempo, não o soubemos utilizar da melhor forma possível, mas volto a dizer, Sra. Secretária, temos tempo ainda para continuar a planificar a segunda vaga do vírus, se de facto ela acontecer, mas sobretudo para planificar a melhor resposta possível do Serviço Regional de Saúde e com esta bancada, sempre com muita confiança, pode contar para tudo aquilo que precisar, sejam propostas, sejam recomendações, seja aquilo que necessitar, porque de facto estamos

preocupados é com a melhor resposta possível que o Serviço Regional de Saúde poderá dar aos açorianos.

Muito obrigada.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, eu queria inscrever-me, Artur Lima.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Para já não.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Queria dizer o seguinte: quando o Sr. Presidente do Governo pediu aos partidos que dessem o seu contributo – o Roteiro para o Desconfinamento Seguro – é pública e publicada a proposta do CDS. Basta irem ler e verem o que lá está: capacitar e reforçar o Serviço Regional de Saúde e é isso que se está a fazer.

Eu queria dizer aqui e também reconhecer o seguinte: a Região teve tempo para se preparar e tinha deficiências nessa matéria, em matéria de EPIS, em matéria de ventiladores, como aliás todos os países tinham, a Região teve tempo de se preparar, porque também se soube preparar e há que reconhecer aqui o trabalho da Autoridade Regional de Saúde nessa matéria e as medidas do Governo, ou seja, uma contenção forte e determinada, que deu tempo para que nós nos preparássemos. Essa é a realidade e foi a realidade.

Como já disse hoje de manhã, e já o tinha dito noutro fórum, é necessário agora e com o contributo mais uma vez preciso e conciso, que eu desafio os Srs. Deputados e a comunicação social a lerem, do CDS para o desconfinamento seguro, que é o que precisamos fazer, dar saúde à economia e economia à saúde, ou seja, dar saúde à economia e economia à saúde é o que nós precisamos agora para enfrentarmos com determinação, com confiança o futuro que aí vem e essa proposta do CDS de estabelecermos a capacidade instalada de

formar mais profissionais de saúde, de contratarmos e melhorarmos as equipas de saúde pública, reforçar os profissionais de saúde pública, tudo isso está escrito no nosso documento. Não é conversa de pandemia, não é conversa de vir agora de oposição construtiva, não é conversa de vir agora com o que deve ser feito. É conversa do que já fizemos e propomos fazer e se está a ser feito e bem feito.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste projeto de resolução.

Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é favorável.

**Presidente:** André Rodrigues.

**Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Parreira.

**Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Silva.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Dionísio Faria e Maia.

**Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Domingos Cunha.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Francisco Coelho.

*(Pausa)*

Graça Silva.

**Deputada Maria Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Iasalde Nunes.

**Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Paulo Ávila.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José San-Bento.

**Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Manuel Ramos.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Maria de Fátima Ferreira.

**Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria Eduarda Pimenta.

**Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria Isabel Quinto.

**Deputada Maria Isabel Quinto (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mário Tomé.

**Deputado Mário Tomé (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Couto.

**Deputada Marta Couto (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Matos.

**Deputada Marta Matos (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mónica Rocha.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Pedro Moura.

**Deputado Pedro Moura (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Renata Correia Botelho.

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Ricardo Ramalho.

**Deputado Ricardo Ramalho (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sónia Nicolau.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Luís Maurício.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Pedroso.

**Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Bruno Belo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Ferreira.

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Catarina Chamacame Furtado.

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** César Toste.

**Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Jaime Vieira.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Luís Rendeiro.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria João Carreiro.

**Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mónica Seidi.

**Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.



**Presidente:** Artur Lima.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Alonso Miguel.

**Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Mendes.

**Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Corvelo.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Graça Silveira.

**Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Luís.

O meu voto é a favor.

Manuel Pereira.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** O meu voto é favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Jorge Jorge.

**Deputado Jorge Jorge (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Francisco Coelho.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Manuel Pereira para anunciar a votação.

**Secretário:** Obrigado, Sra. Presidente.

O Projeto de Resolução n.º 228/XI foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 17 horas e 5 minutos.

*Eram 16 horas e 52 minutos.*

**Presidente:** Boa tarde novamente.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

*Eram 17 horas e 11 minutos.*

Passamos agora ao ponto 30 da nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 229/XI – “Recomenda ao Governo Regional que desenvolva as medidas necessárias à inclusão da ilha Graciosa na operação para 2020 da Atlânticoline”.**

Este pedido de urgência e dispensa de exame em comissão foi requerido pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa para justificar a urgência.

(\*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A urgência desta resolução tem várias justificações que eu vou procurar descrever essas urgências, cada uma delas, de uma forma sucinta, procurando ser breve naturalmente.

A primeira urgência tem a ver com o facto de estarmos no final de maio, do Governo há um mês, no dia 22 de abril, ter anunciado o cancelamento da

operação sazonal da Atlânticoline e que a Graciosa ficaria de fora da operação marítima de passageiros e viaturas desde essa altura.

Logo nessa altura já era urgente discutir este assunto e porque estamos de facto no primeiro órgão da autonomia, onde os deputados representam as suas populações e a Graciosa, naturalmente, é representada pelos seus deputados e este era um assunto que vem movendo as pessoas da Graciosa e vem de alguma forma indignando as pessoas da Graciosa por esta que era a opção do Governo de deixar de fora a Graciosa numa eventual operação marítima que agora se sabe que terá lugar a partir do próximo dia 28 de maio, o início das ligações marítimas inter-ilhas.

Portanto, essa urgência era desde logo provocada pela necessidade da Graciosa ter uma palavra a dizer e o primeiro órgão da autonomia com os representantes ter que dizer uma palavra de recomendação ao Governo para que não procedesse desta forma.

Portanto, essa é desde logo a primeira urgência, mas é uma urgência que não vem só deste último mês. Tornou-se ainda mais premente na última semana, quando a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas anunciou que seria a SATA a compensar a ilha Graciosa pela ausência de toques da operação da Atlânticoline. Isso ainda veio de alguma forma tornar mais urgente a discussão desta resolução e esse foi o motivo pelo qual, estando nós a iniciar o plenário do mês de maio, não podia o PSD deixar de trazer aqui esta preocupação dos graciosenses e esse seu direito a ser incluídos numa eventual operação de transportes marítimos, mas esta urgência também se justifica, desde logo, pela necessidade de fazer por parte da Assembleia Regional uma recomendação ao Governo que em nome dos graciosenses é feita para que se tenha em atenção as necessidades de mobilidade que estão justificadas, quer no que temos vindo a apresentar ao longo dos anos, quer na recomendação que foi aprovada pela Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa e que

especifica as razões pelas quais a Graciosa não poderia ficar de fora da operação marítima que viesse a ocorrer neste período do verão de 2020. Portanto, era urgente e é urgente que este Parlamento dê essa nota e dê esse reforço deste entendimento que é fundamental para os graciosenses em termos da sua mobilidade, mas também porque estamos numa época em que é de incentivar o turismo interno e porque as nossas ilhas, desde logo no Grupo Central, começam a ter alguma mobilidade de pessoas e não faria sentido, absolutamente nenhum, que a Graciosa ficasse de fora.

Mas também porque é urgente tomarmos em atenção, com o cancelamento da construção do navio que está prometido aos graciosenses há mais de uma década, encontrar soluções que não se resumem (e isto é bom que fique bem presente) à urgência deste ano, é porque sendo a construção do navio cancelada esta urgência vai-se prolongar por mais anos e é uma urgência que tem de ficar resolvida desde logo hoje com uma recomendação ao Governo para a inclusão da Graciosa na operação da Atlânticoline, independentemente dos navios que tenha ao seu dispor, quer os da frota, quer os que venham eventualmente noutros anos a ser fretados, porque não estamos a falar de algo que aconteceu agora só com esta pandemia. Estamos a falar de algo que vem acontecendo ao longo dos anos e por isso era urgente que este Parlamento se possa pronunciar nessa matéria.

Curiosamente, ou talvez não, mas não deixa de ser interessante, que faz hoje precisamente três anos que apresentámos (o PSD, em nome do povo graciosense) uma resolução neste Parlamento na altura recomendando que o Governo incluísse a Graciosa na então linha lilás da Atlânticoline.

Essa recomendação foi votada favoravelmente, posteriormente (a sua apresentação faz hoje precisamente três anos), por toda a oposição e infelizmente copiosamente chumbada pela maioria e por isso era urgente alterar esse entendimento, porque veio-se a provar ao longo destes anos que era

urgente que a Graciosa integrasse uma linha mais regular do Grupo Central, que não a excluísse da operação destes navios.

Portanto, era urgente também em termos do turismo interno e era urgente em termos do mercado interno dos produtos graciosenses e dos investimentos feitos pelos produtores graciosenses que precisam necessariamente de escoar os seus produtos. Depois da Sra. Secretária ter anunciado que essa operação seria feita pela SATA, obviamente que a população da Graciosa não podia conformar-se com esse aspeto e muito bem foi dando nota em diversos momentos e por diversas formas do seu descontentamento, ao qual nós temos a obrigação de dar resposta em termos - e reforço – do primeiro órgão da autonomia.

Mas também é urgente, e sobretudo por isto, porque hoje mesmo o Sr. Presidente do Governo antecipando-se um pouco, mas ainda bem, a esta discussão anunciou que afinal a Sra. Secretária Regional dos Transportes não tinha qualquer razão, estava certamente equivocada e não representaria o Governo na sua opção de excluir a Graciosa desta operação para este ano da Atlânticoline.

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** Vou terminar, Sra. Presidente.

Fê-lo com a pior das razões, ou seja, fê-lo com a melhor das intenções (estou em crer) e dando resposta naturalmente aos anseios do povo graciosense, mas fê-lo com a pior das razões que vem deitar por terra todos os argumentos que o Partido Socialista usou ao longo destes últimos anos para excluir a Graciosa desta frota e destes navios.

Fê-lo dizendo que havia menos procura por parte da frota da Atlânticoline e que por isso mesmo a Graciosa já tinha direito a um naviozinho.

Ora, a Graciosa não pode ficar sujeita à maior ou menor procura do mercado para outras ilhas. A Graciosa tem de estar servida e por isso é urgente que este Parlamento faça esta recomendação, porque é o primeiro órgão da autonomia a

dizê-lo e a informar o Governo que não. A Graciosa não tem direito a esta rota, porque há menos procura por outros. A Graciosa tem direito a esta rota por todos os motivos urgentes que eu tentei explicar e que tornam efetivamente necessária uma pronúncia deste Parlamento.

Muito obrigado pela sua tolerância, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, para uma interpelação.

**Presidente:** Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Francisco César (PS):** Fiquei na dúvida, posso me ter perdido, mas nós estamos na discussão da urgência ou no diploma?

**Presidente:** Estamos na discussão da urgência.

(\*) **Deputado Francisco César (PS):** Quem chegava aqui e ouvia o discurso do Sr. Deputado achava que estávamos na discussão do diploma.

Peço desculpa.

**Presidente:** Não. Estamos no debate ainda sobre a urgência.

Pergunto se há alguma inscrição.

Julgo não haver.

Vamos então votar o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, a favor.

**Presidente:** André Rodrigues.

**Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Parreira.

**Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Silva.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Dionísio Faria e Maia.

**Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Domingos Cunha.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Francisco Coelho.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Graça Silva.

**Deputada Maria Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Iasalde Nunes.

**Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** João Paulo Ávila.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José San-Bento.

**Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Manuel Ramos.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria de Fátima Ferreira.

**Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria Eduarda Pimenta.

**Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria Isabel Quinto.

**Deputada Maria Isabel Quinto (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mário Tomé.

**Deputado Mário Tomé (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Couto.

**Deputada Marta Couto (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Matos.

**Deputada Marta Matos (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mónica Rocha.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Pedro Moura.

*[interferência na gravação]*

Sr. Deputado agradeço que desligue o microfone, por favor.

**Deputado Pedro Moura (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Renata Correia Botelho.

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Ricardo Ramalho.

**Deputado Ricardo Ramalho (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sónia Nicolau.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Luís Maurício.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.



**Presidente:** António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Pedroso.

**Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Bruno Belo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Carlos Ferreira.

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Catarina Chamacame Furtado.

*(Pausa)*

César Toste.

**Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Jaime Vieira.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** João Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Maria João Carreiro.

**Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Mónica Seidi.

**Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Alonso Miguel.

**Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Paulo Mendes.

**Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** João Corvelo.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Graça Silveira.

**Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Ana Luís.

O meu voto é a favor.

Manuel Pereira.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Voto é favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Jorge Jorge.

**Deputado Jorge Jorge (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Catarina Chamacame Furtado.

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sr. Deputado Manuel Pereira, para anunciar a votação.

**Secretário:** O pedido de urgência para a apreciação da Resolução n.º 229/XI foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Tendo sido aprovada a urgência vou dar a palavra novamente ao Sr. Deputado João Bruto da Costa para apresentar a iniciativa.

(\*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PSD apresenta nesta ocasião e neste plenário de maio de 2020 uma iniciativa um tanto ao quanto repetida relativamente àquilo que apresentámos em maio de 2017, repetida num aspeto que é fundamental, que é dar à Graciosa a possibilidade de ter ligações marítimas de transporte de viaturas e passageiros que confira uma maior integração num mercado que se pretende regional, mas desde logo que não exclua a Graciosa de um mercado do Grupo Central. Esta iniciativa vem na sequência das razões que já invoquei quanto à motivação para a sua urgência, mas tem atrás de si também algo de muito importante para o povo da Graciosa e que é a Graciosa ficar inserida naquela que é a potenciação das suas especificidades em termos produtivos e também na necessidade de mobilidade de pessoas a que nesta fase naturalmente com menor afluência e com menor expressão, mas na parte que diz respeito à sua capacidade produtiva, ver respondidos os seus anseios de há já mais de uma década, quase década e meia.

De facto, a Graciosa espera pela construção de um navio que a possa servir há já desde o célebre, ou tristemente célebre para a Região, navio *Atlântida* e já lá vão de facto mais de uma década sobre esse momento, mas certamente que esta espera dos graciosenses não se pode ficar por um anúncio de uma excecionalidade para um ano.

É necessário que esta Assembleia de uma vez por todas confira àquilo que é a ambição dos graciosenses, a sua luta, o seu trabalho, a sua necessidade de desenvolvimento e a sua necessidade de integração neste Grupo Central, e desde logo nesta Região, de um mercado que confira realmente valor aos seus produtos, possibilidade de aumento da sua produção e que lhes dê também a oportunidade para sonharem ir mais além no que diz respeito à criação de riqueza e de emprego nesta ilha tão fundamental para a fixação de pessoas que se quer no combate ao isolamento e ao despovoamento.

É nesse sentido que nós nesta ocasião e atendendo aos motivos que levaram a esta circunstância deste ano ter sido cancelada a operação sazonal renovamos esta iniciativa e renovamos esta iniciativa dando voz e dando corpo àquilo que é a ambição genuína dos graciosenses. É uma luta de muitos anos contra o isolamento e contra o esquecimento que hoje esta Assembleia tem uma oportunidade única, mais uma vez, de conferir importância e de conferir razoabilidade nesta intenção.

Não podemos continuar a olhar para a Graciosa como uma exceção que só se aplica quando há possibilidade. Ela tem de ser neste contexto de solidariedade regional e de olhar para aqueles que mais dificuldades têm com um olhar atento, ela tem que ser uma prioridade regional, porque não só no mercado interno, na produção excelente e de excelência que a Graciosa pode ambicionar voltar a ter em termos de acesso a outros patamares de exportação, mas também na própria mobilidade das pessoas.

Os graciosenses sabem bem o que é a dificuldade de viver um pouco mais isolados nesta periferia da ultraperiferia.

Sabem bem o que é muitas vezes ser esquecidos, mas nunca como nos últimos anos sentiram tanto esse esquecimento no que diz respeito às opções governativas de transporte marítimo de passageiros e viaturas e é nessa medida que esta pronúncia da Assembleia será uma oportunidade única do primeiro

órgão da autonomia dar realmente valor àquilo que é a luta de todos os graciosenses que hoje estão de parabéns por não se terem calado, por não se terem deixado de braços caídos e por terem lutado para que isto hoje seja uma realidade.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Secretário.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Queria inscrever a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas. Obrigado.

**Presidente:** Obrigada eu.

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Deputado Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Queria inscrever o Sr. Deputado José Ávila.

**Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, para uma inscrição, Alonso Miguel.

**Presidente:** Obrigada.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, gostaria de me inscrever, António Lima.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver para já.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas.

(\*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Colegas de Governo:

Gostaria de começar por dizer que a Graciosa nunca esteve, nem nunca estará fora da operação sazonal da Atlânticoline e sempre tem vindo a ser servida pela linha amarela, linha sazonal que é feita com recurso a navios fretados, conforme é do conhecimento de nós todos. É uma linha que tem uma taxa de ocupação de cerca de 20% e que toca a ilha Graciosa, consoante as semanas, duas ou quatro vezes.

Portanto, é falso que alguma vez tenha ficado de fora da operação da Atlânticoline a ilha Graciosa.

Em segundo lugar, gostava de dizer que eu enquanto Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas e tendo prestado declarações a órgãos de comunicação social sobre esta situação, nem estava equivocada, nem tão pouco não representava o Governo.

De facto, o Sr. Deputado, como todos os presentes, tem conhecimento que por resolução do Conselho de Governo foi cancelada a operação sazonal, Resolução do Conselho de Governo de 24 de abril, foi cancelada a operação de transporte marítimo sazonal de passageiros e nesse sentido a ilha Graciosa não teria transporte marítimo de passageiros no presente verão.

Não vou entrar nas considerações para este cancelamento, todos nós conhecemos, era por essa razão que a ilha Graciosa não estava servida pela operação da Atlânticoline neste ano de 2020.

Em terceiro lugar, eu fiz referência nas minhas declarações aos órgãos de comunicação social à operação da SATA porque de facto a operação da SATA para a ilha Graciosa para este verão serve a ilha e serve, mais a mais, quando temos uma das aeronaves da SATA transformada em cargueiro, um Q-200, que poderia dessa forma ajudar, a ceder e a auxiliar na preocupação dos graciosenses no escoamento (preocupação legítima) dos seus produtos.

Ora bem, dito isto e atendendo a que de facto não estamos de todo num cenário de normalidade o Governo dos Açores em trabalho conjunto com a

Atlânticoline tem vindo a desenvolver um esforço de otimização da utilização da sua frota, que neste momento é constituída pelos dois mestres e por um dos cruzeiros, atendendo a que o segundo cruzeiro está em trabalho de manutenção e atendendo a estas premissas que o Sr. Deputado Bruto da Costa já mencionou de se manter ou de termos no triângulo uma situação este ano diferente a todos os níveis, logo pelo número de passageiros não ser infelizmente aquele que tivemos em 2019, mas também mantendo a premissa de que manter as rotas em que a empresa tem operado (Horta/Madalena/São Roque/Velas/Calheta e Angra do Heroísmo) e aproveitando ao máximo a capacidade disponível, optou-se por criar uma linha, uma nova rota de transporte marítimo de passageiros e de viaturas que se denominou de linha branca, que às segundas e sextas-feiras terá partida a partir da Horta, às sete da manhã, segue para São Roque do Pico, de onde parte às 8:25 com destino às Velas, daí prossegue às 9:30 para a Praia da Graciosa onde chega ao 12:05, partindo depois pelas 12:20 para a Praia da Vitória onde chega às 15:50.

O trajeto inverso é feito com partida do porto da Praia da Vitória pelas 16:15, chegada à Praia da Graciosa às 19:45, partindo para Velas às 20:00, daí partindo para São Roque às 22:50 e partindo de São Roque de regresso à Horta às 23:55. A menos que ocorra algum imprevisto de cariz operacional esta viagem, esta linha, será servida pelo Mestre Jaime Feijó.

Por agora é o que se me oferece dizer.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado José Ávila.

(\*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Já que hoje estamos aqui a falar de transportes e também vamos falar sobre a Graciosa, eu não podia deixar passar esta oportunidade sem deixar de agradecer

aos bombeiros da Graciosa o seu empenho no combate corajoso a um incêndio de grandes proporções que afetou a aerogare do aeroporto da Graciosa e que deixou infelizmente alguns bombeiros combalidos que precisaram de assistência médica muito embora sem gravidade, felizmente.

Também queria agradecer às forças de segurança que estiveram no local e por último queria também deixar aqui uma palavra de alento aos trabalhadores da SATA da Graciosa que mais uma vez em pouco espaço de tempo vão ser obrigados a algumas adaptações desta vez provocadas por aquele evento. A todos eles o meu reconhecimento.

Este assunto que nos traz aqui hoje é um bom exemplo do trabalho que o partido que apoia o Governo faz e muitas vezes é desvalorizado.

No dia 18 de março o Governo anunciou o cancelamento das ligações aéreas inter-ilhas. No dia 22 de abril foi a vez do Governo anunciar o cancelamento da operação marítima, neste caso a operação marítima sazonal. Recordo que este serviço foi recuperado pelo Partido Socialista nos anos 90, no fim dos anos 90, depois de ter sido descontinuado no princípio dos anos 80 pelo Governo do PSD.

Concordamos logo desde o início com estas duas corajosas decisões de encerrar as ligações aéreas e as ligações marítimas, porque, em primeiro lugar, estaria a saúde pública ...

*[interferência na gravação]*

(\*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Sra. Presidente, eu peço desculpa, mas estou a ouvir com muitos cortes, com interferências, a imagem congela e não vejo o Deputado José Ávila. Não sei se está tudo bem.



**Presidente:** Sr. Secretário Regional, o som de facto está com alguns cortes. A imagem deve ter sido opção de não ter ligado a câmara, porque não está sequer mesmo online.

(\* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** É isso que o Governo quer, o Governo quer transmitir ao grupo do Partido Socialista que o Sr. Deputado se esqueceu de ligar a câmara. Tão simples quanto isso.

**Presidente:** Obrigada, então pela vossa sinalização. Pode ser o Sr. Deputado José Ávila agora ligue a câmara.

Sr. Deputado José Ávila pode continuar.

(\* **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** As piadolas do Sr. Deputado Paulo Estêvão ficarão certamente com ele.

**Presidente:** Sr. Secretário Regional, por favor, Sr. Deputado, peço a ambos que possamos deixar então o Sr. Deputado José Ávila continuar a fazer a sua intervenção.

(\* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Piadolas diz V. Exa., Sr. Secretário! Piadolas é o senhor que diz!

**Presidente:** Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

(\* **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, eu tenho a câmara ligada e tenho o som ligado como deve ser. Portanto, não percebo qual é o problema e também acho desnecessário ...

**Presidente:** Sr. Deputado, mas nós estamos a ouvi-lo, apesar de que com alguns cortes de vez em quando, mas estamos a ouvi-lo e, portanto, o que interessa também é ouvir aquilo que tem para dizer sobre esta iniciativa. Pode continuar, Sr. Deputado.

**O Orador:** Sra. Presidente, às vezes falar do centro do mundo tem estes problemas.

Dizia eu que nós desde o início concordamos com estas duas decisões do Governo, porque era preciso combater os efeitos da crise de saúde pública que nos atingiu naquela altura.

Estas, como muitas outras decisões do Governo, foram consideradas duras, mas mereceram um consenso alargado da sociedade açoriana, no entanto, a possível retoma das ligações marítimas do Grupo Central sem tocar a Graciosa seria uma decisão com a qual nós não concordaríamos, com certeza.

Os deputados do Partido Socialista no lugar de baixarem os braços, ou de desanimarem, puseram mãos à obra e fizeram valer as suas posições, primeiro junto do grupo parlamentar e depois junto do Governo que, diga-se em abono da verdade, esteve sempre disponível para resolver esta situação desde a primeira hora.

A Câmara Municipal e a Assembleia Municipal (curiosamente esta última com uma recomendação que inspirou este projeto de resolução do PSD, contem sete parágrafos em 15, portanto, réplicas, digamos assim, da recomendação que o Partido Socialista tinha feito na Assembleia Municipal) dizia eu que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal desde a primeira hora também se envolveram nesta pretensão que vai ao encontro das necessidades de transportes, mesmo num ano atípico como vai ser este.

Não só fizemos valer a nossa posição, como procurámos soluções depois de contatos que mantivemos com especialistas nesta matéria.

A Câmara Municipal cumprindo uma recomendação da Assembleia Municipal de 27 de abril solicitou uma intervenção do Sr. Presidente do Governo que soubemos agora que a resposta do Presidente do Governo Regional à Câmara Municipal apresenta uma solução que foi estudada e ponderada, por isso, é exequível, que vai assegurar as ligações à Graciosa numa nova linha, chamada linha branca, designação que gostamos, porque diz muito à Graciosa.

Agradecemos neste processo todo a colaboração da Sra. Secretária Regional e não posso deixar de agradecer o empenho pessoal do Sr. Presidente do Governo neste assunto sempre em defesa da coesão dos Açores.

O Governo deu assim uma resposta à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal. Um trabalho quando atinge os seus objetivos é porque é bem feito e não por ser feito à força. Um trabalho bem feito tem de ser realizado com respeito e muita persistência.

Por fim digo, também como o Sr. Deputado que me antecedeu disse, que estávamos todos de parabéns e depois em jeito de conclusão queria referir que esta proposta nada tem a ver com a proposta anterior, como erradamente nos querem iludir, porque a proposta anterior pretendia que uma linha, chamada linha lilás, com 24 toques na Graciosa consagrasse um toque nesta ilha ao invés de uma outra linha, chamada linha amarela, com mais capacidade para viaturas, carga rodada e de passageiros, que fazia mais de 80 toques e neste caso no ano que infelizmente agora está a acontecer, por questões de saúde pública, cancelando a linha amarela, é claro que os graciosenses têm de ter uma alternativa por via marítima e foi com base nisto que nós trabalhámos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado José Ávila.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(\*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por sublinhar as palavras do Sr. Deputado José Ávila em relação ao trabalho que foi feito ontem por parte dos bombeiros e por parte também das autoridades envolvidas ao nível do que se sucedeu na Graciosa, portanto, sublinhar estas palavras do Sr. Deputado José Ávila.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP/Açores compreende naturalmente as razões pelas quais o Governo Regional deu instruções à Atlânticoline para suspender a

operação sazonal de transporte marítimo de passageiros e viaturas inter-ilhas este ano, após o parecer também da Autoridade Regional de Saúde, e também as razões que levaram à suspensão temporária das ligações marítimas regulares entre as ilhas do Pico, Faial e São Jorge, atendendo aos efeitos provocados pela COVID-19.

Dito isto não nos parece que fosse minimamente aceitável que perante o atual contexto, não havendo uma operação sazonal para 2020 e também havendo condições para retomar ligações marítimas com recurso à frota da Atlânticoline que se projetassem ligações apenas entre quatro ilhas do Grupo Central e que se optasse deliberadamente por excluir a ilha Graciosa desta operação.

Na conferência de imprensa onde a Sra. Secretária anunciou, no passado dia 22 de abril, que iam ser suspensas estas ligações dizia e bem “vivemos tempos extraordinários, que requerem aqui e agora medidas extraordinárias.” Nós não podíamos estar mais de acordo com isso até porque nem nos parece algo muito extraordinário ou tão difícil assim quanto isso conseguir incluir a Graciosa numa operação desta natureza.

Verdadeiramente incompreensível seria deixar de fora a Graciosa, fazendo com que esta ilha sofresse uma espécie de dupla penalização ao nível dos impactos causados pela pandemia nos transportes marítimos e também na mobilidade dos graciosenses, tendo em conta o cancelamento, como foi referido, da linha amarela.

Parece que esta situação está agora ultrapassada com o anúncio que foi feito hoje da criação da linha branca e ainda bem. Ficamos satisfeitos, porque é um problema que, enfim, nos preocupava, mas também este anúncio não retira o mérito e a valia da recomendação que foi feita pela Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa, porque de facto são muitos os constrangimentos que se iriam verificar caso não fosse assegurado qualquer tipo de ligação marítima pela Atlânticoline à Graciosa, quer ao nível da deslocação de passageiros inter-ilhas,

quer também ao nível do escoamento de produtos e bens da ilha Graciosa e também ao nível do destino do mercado interno.

Como tal, também, no fundo, nós reconhecemos a pertinência e também a valia deste projeto de resolução apresentado pelo PSD que não deixa de continuar a fazer sentido que se possa aprovar. É uma posição tomada por esta Assembleia e dito isto dizer que nos congratulamos que este problema tenha ficado resolvido, porque de facto o Governo Regional tinha sempre a obrigação de garantir que a Graciosa era envolvida neste esforço de regresso à possível normalidade da atividade social e económica da Região, assegurando assim a nossa coesão regional.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de iniciar gostaria de salientar e enviar uma palavra de apreço obviamente a todos aqueles que ontem combateram o incêndio que deflagrou no aeródromo da ilha Graciosa e que evitaram assim danos maiores e com certamente muito esforço conseguiram que esse incêndio fosse debelado, evitando situações mais gravosas.

Posto isso, queremos começar por dizer que o transporte marítimo assume um papel que é muito importante na nossa coesão territorial, na coesão económica e social da Região.

O transporte marítimo de passageiros é uma parte fundamental desse princípio, dessa faceta da coesão regional e tem um lugar cimeiro no transporte marítimo.

No contexto da atual pandemia compreende-se a decisão do Governo Regional de, perante a incerteza quanto à evolução da situação epidemiológica na Região, suspender a operação sazonal da Atlânticoline principalmente porque ela

suporta-se no fretamento de navios que têm custos significativos e que perante a incerteza poder-se-ia correr riscos de ficarem sem operar durante o verão na Região e era obviamente um risco que não valeria a pena correr perante a incerteza.

No entanto, a operação da Atlânticoline também se faz com navios próprios e mesmo com condicionantes que poderão existir, poderá ter lugar em todo o Grupo Central deixando apenas de fora (não era isso que estava eventualmente previsto) a ilha Graciosa de acordo com aquelas que eram as informações que tínhamos anteriormente.

Não é de estranhar então a exigência por parte dos órgãos autárquicos de Santa Cruz da Graciosa pela inclusão da ilha na operação de verão da Atlânticoline.

O Bloco de Esquerda considera que esta é uma justa reivindicação dos órgãos autárquicos da ilha Graciosa e será sem dúvida uma justa reivindicação dos graciosenses.

Esta iniciativa que o PSD nos traz já apresentou de certa forma, obviamente noutra contexto, noutras condições neste Parlamento. Na altura teve o nosso voto favorável e hoje soube-se então que o Governo Regional já de alguma forma acatou a recomendação e a reivindicação por parte dos órgãos autárquicos também da ilha Graciosa, criando uma linha que denominou de linha branca, antecipando-se assim a este debate e alterando a sua posição anterior que era conhecida.

Ainda bem que o fez, reconhecendo a justeza da pretensão da população da ilha Graciosa. Pelo menos durante o ano de 2020 sabemos que irá existir essa operação.

Pelo exposto, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda nada tem a opor a este projeto de resolução. Pelo contrário, votaremos favoravelmente a iniciativa. Esperemos que esta operação corra da melhor forma, servindo a ilha Graciosa, servindo os graciosenses, contribuindo para a coesão económica e social da

Região e neste contexto em que efetivamente há uma redução devido à ausência de operação sazonal, neste contexto a ilha Graciosa ficar melhor servida de transportes, neste caso, transportes marítimos de passageiros. É por esse motivo que o Bloco de Esquerda vota favoravelmente e espera que esta operação seja efetivamente um contributo para a coesão regional.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Queria inscrever-me, João Corvelo.

**Presidente:** Obrigada.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Eu inscrevo o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

**Presidente:** Obrigada.

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado.

**Deputado Francisco César (PS):** Eu inscrevo o Sr. Deputado Ricardo Ramalho.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, dou então a palavra ao Sr. Deputado João Corvelo.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP defende que nenhuma ilha deve ser deixada para trás, desta forma acreditamos que seja possível incluir a ilha Graciosa nas viagens que vão ser realizadas pela Atlânticoline este verão. A possibilidade de acesso à Graciosa por duas vias mar e ar, se os aviões estão

com constrangimentos para esta ilha e as ligações por mar estão condicionadas, é normal que os graciosenses se sintam injustiçados e abandonados pelas forças governativas. Em vez do Governo Regional optar por apoiar as ilhas com menor acesso dá parecer que ainda as quer cada vez mais isoladas.

O projeto que estamos a discutir só vem mais uma vez realçar a centralização de esforços nas ilhas mais desenvolvidas e de maior rendimento abandonando as mais isoladas. A inclusão da Graciosa nestes agendamentos deve ser feita com a maior celeridade possível sendo que desde há muito, que o acesso condicionado a esta ilha vem sendo assunto nesta Casa.

Novamente relembramos que é necessária uma alternativa que preencha esta suspensão, mesmo que temporária, da linha amarela e da exclusão da Graciosa desta exceção deste verão. Além deste esforço é necessário continuar a reforçar os voos inter-ilhas que devem garantir a possibilidade de mobilidade de todos os graciosenses.

O modelo de transportes marítimos necessita de um constante acompanhamento, que implica regularmente uma avaliação das condições de operacionalidade; uma análise da viabilidade e sustentabilidade das rotas definidas; uma adaptação dos horários às necessidades empresariais, turísticas e operacionais; mas além de todas estas condições deve satisfazer vontade das populações que dele usufruem.

A Representação Parlamentar do PCP pede um equilíbrio e coesão nas atitudes governativas relativamente à mobilidade dos açorianos, uma interligação dos transportes marítimos e aéreos que seja equilibrada e justa para todas as ilhas.

Como é óbvio, a Representação Parlamentar do PCP irá votar favoravelmente esta proposta apresentada pelo PSD.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.



(\*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD)**: Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A minha satisfação é naturalmente penso que visível com todos os acontecimentos destas últimas horas.

Aqui há umas horas havia quem já escrevesse publicamente que se calhar este debate já não valia a pena, que se calhar este debate já não fazia sentido realizar-se.

Pois fica provado pelas intervenções todas que me antecederam que vale sempre a pena debatermos estes assuntos que são importantes para as nossas ilhas e importantes para a nossa população.

Hoje a Graciosa é uma ilha com heróis. Os primeiros heróis serão naturalmente aqueles que ontem combateram o incêndio na aerogare do nosso aeroporto e também aqueles que, sendo operacionais das forças de segurança ou da proteção civil, ajudaram nesse combate.

Já ontem tive a oportunidade de publicamente expressar a minha gratidão e a minha satisfação por tudo ter corrido razoavelmente bem, pelo menos não houve danos pessoais de séria monta a lamentar e o heroísmo dos nossos operacionais e dos graciosenses que estiveram envolvidos nesse combate é de salientar.

Mas nós no PSD/Açores valorizamos esses operacionais em todas as alturas do ano e em muitas ocasiões quando eles estão a passar dificuldades ou quando veem os seus direitos não valorizados ou desrespeitados.

Ontem eles deram prova de que são capazes de fazer pelo nosso bem aquilo que às vezes a política não é capaz de fazer pelo bem deles. Bem hajam a eles por isso e queria dar essa nota.

Mas os outros heróis são também toda a população da Graciosa que hoje consegue este feito de, com a sua tenacidade e com a sua coragem, forçar a que esta solução tenha aparecido, porque deixe-me dizer, Sra. Secretária dos

Transportes, eu percebo o seu incómodo. A senhora foi o elo mais fraco nesta história. Desculpe-me a coloquialidade da expressão, mas é verdade que a senhora por si se mais nada houvesse e se a Graciosa não se levantasse em contestação às suas intenções, a verdade é que a senhora preparava-se para deixar a Graciosa de fora, totalmente de fora da operação deste ano.

Portanto, a Sra. Secretária vai-me desculpar, mas confundiu aquilo que foi a vossa decisão natural e adequada de cancelar a operação sazonal, com aquilo que foi a vossa decisão não natural e desproporcionada de impedir a Graciosa de ter acesso a navios de passageiros e viaturas este ano na frota da Atlânticoline.

Essas duas decisões, uma por bons motivos e pelos motivos normais, outra por maus motivos e por motivos que não são compreensíveis. Nesta última, acontece ... percebo que seja uma circunstância de quem está no seu lugar e que por vezes não pondera suficientemente as questões que estão em cima da mesa e não teve em atenção aquelas que são as necessidades e a urgência de dar resposta às necessidades da Graciosa.

O Sr. Deputado José Ávila, que eu felicito por ter votado na Assembleia Municipal a recomendação para que se fizesse pressão junto do Governo para que fosse feita esta alteração daquilo que tinha sido uma decisão da Sra. Secretária Regional, vai desculpar-me, mas não pode insistir numa mentira para tentar que ela se torne verdade.

O PSD nunca propôs (eu já disse isto tantas vezes que até me custa repetir e perder tempo com isto) uma linha lilás em substituição de uma linha amarela, nunca propusemos mais toques em desfavor de menos toques de outra linha.

O que nós propusemos foi mais toques, mais inclusão da Graciosa numa linha que ao fim e ao cabo era menos do que esta que vem agora, esta linha branca, era, mas eu já lá vou. Era apenas aquilo que nós exigíamos e que se bem me lembro a forma entusiasmada, cheia de certezas do Sr. Deputado André

Rodrigues quando dizia que não, que nunca as pessoas iriam entrar neste barco ou neste navio, neste Mestre (na altura talvez) Simão e agora o Mestre Feijó, mas são navios iguais, nunca iriam entrar nesse navio para fazer uma viagem Graciosa/Terceira ou São Jorge/Graciosa, nunca isso iria acontecer, porque era uma viagem tormentosa em dias que o mar não tivesse tão chão ou tão bom.

Eu lembro-me bem dos argumentos, Sr. Deputado, porque custou muito à Graciosa ter ficado excluída da linha lilás e afinal o que se vem provar com o anúncio de hoje é que era possível e tão só era possível como é possível ainda mais. Nós vamos passar a ter duas vezes por semana para já (e esperemos que um dia isso possa ser alargado) um navio que vai e vem no mesmo dia, que faz exatamente aquilo que a Graciosa precisa e que passa para um lado de manhã e passa para o outro lado à tarde. Vai e vem no mesmo dia e logo um navio que não conseguia fazer isto, que não tinha horários para isto, que não tinha capacidade de movimentação para isto.

Eu quando me lembro dos vossos argumentos tenho pena que tivéssemos perdido três anos, perdemos tanto tempo para que isto se tornasse uma realidade.

Hoje estou de alma cheia, satisfeito. Satisfeito pelos nossos bombeiros, pelas nossas forças de segurança, pela nossa proteção civil, mas satisfeito porque os argumentos que os senhores usaram há três anos caíram todos, todos, todos por terra e provou-se a razão que os graciosenses sempre tiveram e que nós procurámos trazer a este Parlamento para que isto fosse a solução que nós sempre desejámos: o navio vem de manhã e volta à tarde. Passa do triângulo, para a Terceira, pela Graciosa de manhã e passa da Terceira, para o triângulo, pela Graciosa à tarde.

Dá-nos essa centralidade do centro do mundo que o Sr. Deputado José Ávila também referia e que nós tanto gostamos de citar.

Esta solução afinal era exequível. Era exequível e deixa-nos satisfeitos. Só apenas mais um reparo: nós não fizemos uma réplica do que foi aprovado na Assembleia Municipal. Nós citámos propositadamente todos os argumentos usados na Assembleia Municipal, porque concordamos desde sempre com todos eles. Sempre nós defendemos aquilo que a Assembleia Municipal veio dizer e ainda bem que assim é, porque isso é que é defender o povo da Graciosa.

Essa citação está entre aspas, está devidamente citado e, portanto, não é nem uma réplica, nem um plágio. É uma citação de algo que concordamos e que vem reforçar este projeto de resolução em nome do povo da Graciosa.

Por fim, nesta intervenção eu agradeço não é à Sra. Secretária e não é ao Sr. Presidente do Governo. Eu agradeço aos graciosenses que tiveram a coragem, a força, a tenacidade e o empenho para que hoje a Graciosa deixe de ser uma ilha tão esquecida como tem sido até aqui.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Ricardo Ramalho.

**Deputado Ricardo Ramalho (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, e tendo em conta o incêndio ocorrido, ontem à tarde, na Aerogare da ilha Graciosa, permitem-me também saudar e prestar a minha sincera homenagem a todos os bombeiros, forças de segurança e funcionários da SATA que, com o seu empenho e dedicação, conseguiram dominar o incêndio, mantendo assim a operacionalidade daquela infraestrutura aeroportuária que, como nós sabemos, é de enorme importância para a ilha Graciosa. A todos eles, em meu nome, e em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o nosso sincero obrigado.

Entrando agora na análise da presente iniciativa, importa referir que devido à pandemia de COVID-19, o setor dos transportes, à semelhança de tantos outros,

vive uma época complexa que obriga à tomada de medidas excecionais em tempos também eles excecionais.

Assim, e perante as atuais circunstâncias, importa ressaltar que foi com relativa naturalidade que os açorianos em geral, e os graciosenses em particular, tomaram conhecimento da suspensão, em 2020, da operação sazonal, mais conhecida como “Linha Amarela”, de transporte marítimo de passageiros e viaturas entre as ilhas da Região.

Esta deliberação do Conselho do Governo, após parecer da Autoridade de Saúde Regional, foi uma decisão assertiva que merece a nossa concordância, pois foi uma decisão ajustada às atuais circunstâncias.

Contudo, e como já foi dito anteriormente, em tempos excecionais é necessário tomar medidas excecionais e é neste contexto que defendemos, junto do Governo Regional, e na Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa, que a ilha Graciosa deve continuar a ser servida pelos navios da Atlânticoline, no presente ano, com recurso aos navios existentes na Região, respeitando todas as condições de segurança sanitárias emanadas pelas Autoridades de Saúde Regionais.

Na análise da presente iniciativa importa também recordar que ao longo dos últimos anos, mais concretamente na presente Legislatura, os graciosenses têm verificado, com enorme agrado e satisfação, uma significativa melhoria nos transportes e acessibilidades à ilha, nomeadamente, através do aumento de frequências, melhoria de horários e aumento de disponibilidade de lugares.

A título de exemplo, e se não tivéssemos a viver as atuais circunstâncias de pandemia, era com muito orgulho e satisfação que poderíamos afirmar que os graciosenses já estariam a usufruir do melhor horário de sempre da SATA, no verão IATA, com 14 rotações semanais e que, pela primeira vez na história, contempla duas ligações semanais diretas na rota Ponta Delgada – Graciosa – Ponta Delgada.

Mas se o presente, infelizmente, é relativamente incerto, devido às circunstâncias da COVID-19, passemos então à análise fatural da evolução dos resultados já alcançados no passado mais recente.

Nos transportes aéreos verificamos que no ano de 2013 desembarcaram no Aeródromo da Graciosa 17.451 passageiros. Em 2019 desembarcaram 28.219 passageiros o que corresponde a um aumento de 62%.

Nos dados disponibilizados pelo SREA constata-se também que o Aeródromo da Graciosa, em 2019, atingiu o seu record de passageiros desembarcados, desde que esta infraestrutura foi construída, no princípio da década de 80, ou seja, nunca se viajou tanto de e para a ilha Graciosa como no ano anterior.

No que diz respeito ao número de voos, a Graciosa registou em 2013 450 voos. Em 2019 atingimos os 653 o que corresponde a um aumento de 45%, ou seja, também aqui, no ano passado, alcançamos o número record de voos.

Assim, e no que concerne aos transportes aéreos, penso que ficamos totalmente esclarecidos sobre a enorme evolução alcançada nesta matéria.

Passemos agora aos transportes marítimos de passageiros.

Nos últimos anos verificou-se, também nos transportes marítimos de passageiros, um aumento de toques superior a 62% visto que em 2013 tínhamos 53 toques e em 2019 alcançámos o record com 86 escalas programadas. Na prática significa que a ilha Graciosa teve um toque, de um navio da Atlânticoline, em média, a cada 1,4 dias.

Por outro lado, se verificarmos os dados do SREA, relativos aos passageiros desembarcados, constatamos que no ano de 2006 desembarcaram no Porto da Graciosa 3.365 passageiros. No ano passado desembarcaram 4.959 o que corresponde a um aumento superior a 47%.

A finalizar, analisaremos agora os dados da evolução no Turismo.

Assim, e no que respeita ao número de dormidas em 2013 a Graciosa registou 12.791 dormidas. Em 2019 atingimos um novo record com 19.673 dormidas o que corresponde a um aumento de 54%.

Nos proveitos por aposento em 2013 a Graciosa registou proveitos de 342.583 mil euros. Em 2019 atingimos novo record com o valor de 557.858 mil euros o que corresponde a um aumento de 63%.

No número de hóspedes em 2013 a Graciosa registou 4.906 hóspedes. Em 2019 alcançamos também novo record com 7.942 hóspedes o que corresponde a um aumento de 62%.

Em suma, e de record atrás de record, todos estes dados demostram, e comprovam, a enorme evolução que se tem verificado nestas áreas nos últimos anos, desmentindo categoricamente assim todos aqueles que, nesta Casa, e na ilha Graciosa, tentam denegrir o trabalho do Governo e o esforço de inúmeros graciosenses que a muito custo, todos os dias, puxam a ilha Graciosa para cima. Contudo, o Partido Socialista não se ilude com os seus resultados positivos e por isso, no presente, como no futuro, continuará inconformado com os seus próprios resultados e trabalhará, junto com os graciosenses, para que seja melhorado o que for necessário melhorar. E sempre que se justificar alterará o que tiver que ser alterado para que os graciosenses continuem a aumentar as suas acessibilidades e conseqüentemente a obter cada vez mais proveitos no Turismo.

Mesmo a terminar, é com este espírito de fazer sempre mais e melhor que vimos com satisfação o anúncio do Presidente do Governo Regional dos Açores da criação da “Linha Branca” da Atlânticoline que irá servir a ilha Graciosa já a partir do mês de junho. Desta forma, aprovaremos também a presente iniciativa para alcançarmos o desenvolvimento que todos desejamos e que os graciosenses merecem.

Disse.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para uma inscrição, Sra. Presidente, Paulo Estêvão.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Graça Silveira.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições para já.

Não havendo, Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção que me antecedeu foi uma intervenção que abordou um grande conjunto de temas, desde os transportes aéreos (eu lembro que a iniciativa é sobre os transportes marítimos) foi permitido, não qualquer interrupção por parte de V. Exa, Sra. Presidente, o número de dormidas, isto foi retirar o livrozinho dos records e depois referenciar um grande conjunto de elementos, nomeadamente as dormidas também não terá muito a ver ...

**Deputado Ricardo Ramalho (PS):** Isso é obsessão!

**O Orador:** A obsessão é a injustiça e a arbitrariedade, Sr. Deputado.

Portanto, eu não me esqueço. Tenho uma grande memória em relação a estas coisas e, portanto, ouvi V. Exa., o deputado que me antecedeu, falar de tudo e depois a última frase do seu longo discurso foi então sobre a proposta que estava em debate. Foi sobre a proposta! E o Sr. Deputado do Partido Socialista não foi interrompido nunca. Nunca foi interrompido ao longo da sua intervenção, mas fica aqui mais um registo do que é a condução dos trabalhos e a justiça da condução dos trabalhos.



Depois, o que eu quero aqui referenciar diretamente em relação à proposta é o seguinte, é que de facto a proposta faz todo o sentido e corresponde àqueles que são os anseios da população e é uma situação que se arrasta que tem a ver com o facto da Graciosa ser consecutivamente colocada numa situação de secundarização no âmbito do Grupo Central. Isso é uma verdade!

A questão também tem a ver com o seguinte: mais uma vez o Governo numa situação em que estamos todos com um grande sentido institucional, um sentido de ter estado a colaborar continua com politiquices inaceitáveis de anunciar previamente ao debate, com algumas horas de antecedência que já tem a solução para esvaziar este debate. Isto é inaceitável! Isto a fazer política assim demonstra bem quem é que está com boa fé e quem é que está constantemente com a mão escondida a fazer propaganda eleitoral.

Portanto, eu começo a ficar bastante, mas bastante aborrecido, com esta forma de fazer política por parte do Governo Regional.

Mas como quero falar a seguir ainda vou dizer mais algumas coisas na segunda intervenção.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(\*) **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar e para dizer que é de toda a justiça reconhecer que o Sr. Deputado João Bruto da Costa trouxe variadíssimas vezes esta questão da ilha Graciosa ficar sistematicamente fora da linha lilás. Mais! Houve outros partidos, nomeadamente o CDS, que defendeu a dinamização daquilo que se chamou na altura o segundo triângulo. Já tínhamos o primeiro triângulo que era Fail/São Jorge/Pico e que era importante ligar São Jorge/Graciosa/Terceira, até porque historicamente a Graciosa esteve sempre muito ligada à Terceira.

Depois, registar que efetivamente, ao contrário daquilo que acusam a oposição, a maior frustração de quem faz política na oposição é não conseguir efetivamente ver aprovadas as suas iniciativas para as pessoas que os elegem.

Penso que hoje a Graciosa está de parabéns, o Sr. Deputado João Bruta da Costa também, independentemente do Governo se ter antecipado ou não a verdade é que os graciosenses vão passar a ter a sua linha.

Só posso é registar que afinal o Sr. Deputado da Graciosa a única coisa que tinha contra era a cor da linha. Afinal não gostava roxa, só gosta é por ser branca.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Julgo não haver.

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Queria inscrever o Sr. Deputado Manuel José Ramos.

**Presidente:** Sr. Deputado Manuel José Ramos.

Pergunto se há mais inscrições.

Para já não.

Sr. Deputado Manuel Ramos tem então a palavra.

(\*) **Deputado Manuel Ramos (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proposta da inclusão da ilha Graciosa na rota dos navios da Atlânticoline para o ano de 2020, um ano que nos tem sido adverso, primeiro com a situação de pandemia que se vive a nível global, e muito recentemente com o incêndio no terminal de carga do aeródromo da Ilha Graciosa, esta inclusão, pode ser um meio complementar para beneficiar a economia da ilha e de todo o Grupo Central do arquipélago.

*[interferência na gravação]*

**Presidente:** Sr. Deputado Manuel Ramos, peço desculpa. É só porque estava com cortes na emissão, mas já está de volta. Pode continuar.

**O Orador:** Esta proposta é em toda semelhante à recomendação apresentada pelo grupo parlamentar do PS na Assembleia e Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa.

Nos anos recentes a ilha graciosa tem estado ligada a toda a Região com uma rota, a linha amarela, onde se tem verificado melhorias significativas nos horários e condições de operacionalidade nos portos do arquipélago, esta sim uma visão que serve toda a Região proporcionando a alavancagem económica, cumprindo de forma eficaz as necessidades da ilha no que toca a passageiros e carga rodada.

Os atuais navios da Empresa Atlânticoline, embora com algumas limitações no que respeita a capacidade de transporte de viaturas, podem ser uma opção viável para esta época excecional que necessita de medidas excecionais.

*[interferência na gravação]*

Na Região tem um papel fundamental para os pequenos produtores e para a alavancagem da pequena economia da ilha.

Como habitualmente o PSD, numa tentativa de tirar dividendos políticos, agiu desesperadamente tentando manipular a opinião pública insinuando discriminação sem ao menos haver uma resposta clara sobre qual a solução da tutela para esta situação em concreto.

O Governo dos Açores têm tido uma conduta exemplar, justa e equitativa para com todas as ilhas da Região.

Disse.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo inscrições, vamos então passar à votação deste projeto de resolução.

Francisco César.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Penso que me inscrevi ainda antes de V. Exa. encerrar os trabalhos.

**Presidente:** Desculpe, não percebi.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Penso que ainda me inscrevi antes de V. Exa. encerrar a discussão.

**Presidente:** Provavelmente sim. Eu não ouvi, mas sim senhor, posso inscrevê-lo, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Julgo não haver.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem então a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para fazer uma referência final à importância de manter a operação marítima no Grupo Ocidental e nos restantes grupos da nossa Região, ou seja, há aqui uma perspetiva que se tem de aproveitar ao máximo as potencialidades que nós temos neste momento para assegurar o funcionamento do mercado interno e o fluxo também de passageiros e de mercadorias. É importantíssimo que se faça esse esforço.

A questão em concreto que estávamos a discutir tinha a ver de facto com a secundarização da Graciosa no âmbito do Grupo Central foi ultrapassada hoje com uma posição do Governo a antecipar este debate, mas devo dizer que isso não retira o mérito à iniciativa, quer da Assembleia Municipal, quer também o mérito de quem aqui trouxe esta iniciativa para ser discutida e votada hoje. Portanto, nesse sentido da parte do PPM nós vamos votar favoravelmente a iniciativa, como se viu era justa e que se fundamentava de facto numa situação de discriminação em relação à ilha Graciosa que assim fica superada.

Portanto, deixo aqui um último apelo que é aproveitar o conjunto de potencialidades que nós temos ao nosso dispor para de facto se fazer o máximo de esforço para manter a circular as mercadorias e as pessoas na nossa Região, alimentar o mercado interno e retomar do ponto de vista económico o mais depressa possível, com o máximo potencial possível.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação do projeto de resolução.

Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** André Rodrigues.

**Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Parreira.

**Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Silva.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Dionísio Faria e Maia.

**Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Domingos Cunha.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Francisco Coelho.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Graça Silva.

*(Pausa)*

Iasalde Nunes.

**Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** João Paulo Ávila.

*(Pausa)*

João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor e informo a Mesa de que farei chegar à Mesa uma declaração de voto.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José San-Bento.

**Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Manuel Ramos.

Sr. Deputado, peço que repita. Nós não conseguimos ouvi-lo.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Obrigada.

Maria de Fátima Ferreira.

**Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria Eduarda Pimenta.

**Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria Isabel Quinto.

**Deputada Maria Isabel Quinto (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mário Tomé.

**Deputado Mário Tomé (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Couto.

**Deputada Marta Couto (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Matos.

**Deputada Marta Matos (PS)** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mónica Rocha.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Pedro Moura.

**Deputado Pedro Moura (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Renata Correia Botelho.

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ricardo Ramalho.

**Deputado Ricardo Ramalho (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sónia Nicolau.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Luís Maurício.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** António Pedroso.

**Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Bruno Belo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Ferreira.

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Catarina Chamacame Furtado.

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** César Toste.

**Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.



**Presidente:** Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Jaime Vieira.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** João Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, com grande satisfação, eu voto a favor.

**Presidente:** Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria João Carreiro.

**Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Mónica Seidi.

**Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Alonso Miguel.

**Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Mendes.

**Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Corvelo.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Graça Silveira.

**Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Luís.

O meu voto é a favor.

Manuel Pereira.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Jorge Jorge.

**Deputado Jorge Jorge (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Graça Silva.

**Deputada Maria Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Paulo Ávila.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado Manuel Pereira, para anunciar a votação.

**Secretário:** Obrigado, Sra. Presidente.

O Projeto de Resolução n.º 229/XI foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Passamos agora ao ponto 32 da nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 230/XI – “Celebração de contratos de trabalho no âmbito da medida de Colocação Extraordinária de Trabalhadores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Rapidamente para justificar a urgência. Em nosso entender prende-se com o facto de ter sido criada uma medida extraordinária de colocação de trabalhadores em instituições de solidariedade social, em serviços públicos de saúde também, uma medida esta que é excecional e que tem um período de implementação também relativamente curto, mas que tem uma natureza ocupacional, ou seja, é na prática um programa ocupacional que como tal não confere direitos que são os direitos que têm na generalidade os trabalhadores que têm contratos de trabalho reconhecidos e que efetuam os seus descontos para a Segurança Social, por exemplo.

Nós consideramos que essa medida tem um bom propósito, mas que essa natureza ocupacional penaliza os trabalhadores em causa e nesse sentido consideramos que ela deve ser alterada no sentido de se constituir como um apoio à contratação e nesse sentido trazemos aqui este pedido de urgência para que esta proposta possa ser debatida e votada durante esta sessão plenária.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então votar o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** É a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** André Rodrigues.

**Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Parreira.

**Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Silva.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Dionísio Faria e Maia.

**Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Domingos Cunha.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Francisco Coelho.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Graça Silva.

**Deputada Maria Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Iasalde Nunes.

*(Pausa)*

João Paulo Ávila.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José San-Bento.

**Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Manuel Ramos.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria de Fátima Ferreira.

**Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria Eduarda Pimenta.

**Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria Isabel Quinto.

**Deputada Maria Isabel Quinto (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mário Tomé.

**Deputado Mário Tomé (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Couto.

**Deputada Marta Couto (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Mónica Rocha.

**Deputada Marta Matos (PS):** Falto eu, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Matos, tem toda a razão.

**Deputada Marta Matos (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mónica Rocha.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Pedro Moura.

*(Pausa)*

**Presidente:** Renata Correia Botelho

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ricardo Ramalho.

**Deputado Ricardo Ramalho (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sónia Nicolau.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Luís Maurício.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Pedroso.

**Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Bruno Belo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Ferreira.

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Catarina Chamacame Furtado.

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** César Toste.

**Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Jaime Vieira.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria João Carreiro.

**Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Mónica Seidi.

**Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Alonso Miguel.

**Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Paulo Mendes.

**Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** João Corvelo.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Estêvão.

*(Pausa)*

**Presidente:** Graça Silveira.

**Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Luís.

O meu voto é a favor.

Manuel Pereira.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** O meu voto é favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Jorge Jorge.

**Deputado Jorge Jorge (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Iasalde Nunes.

**Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Pedro Moura.

*(Pausa)*

Paulo Estêvão.

Sr. Deputado Manuel Pereira para anunciar a votação.

**Secretário:** O Pedido de Urgência do Projeto de Resolução n.º 230/XI foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Tendo sido aprovado por unanimidade, eu dou então agora a palavra ao Sr. Deputado António Lima para apresentar a iniciativa.

**Deputado António Lima (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A pandemia provocada pela doença COVID-19 criou um conjunto de novas exigências a todas as organizações, mas em particular àquelas onde pessoas mais vulneráveis à doença recorrem, como são os serviços de saúde, os lares residenciais para idosos, unidades de cuidados continuados, entre outras.

Entre as respostas necessárias a estas novas exigências estão alterações aos turnos de trabalhadores com a criação de equipas em espelho, o reforço do número de trabalhadores nas instituições e a substituição de trabalhadores.

Entre as medidas excecionais aprovadas pelo Governo Regional para fazer face às consequências da situação epidemiológica está a medida de Colocação



Extraordinária de Trabalhadores, visando a substituição temporária de trabalhadores impossibilitados de exercer a sua atividade por beneficiários de prestações de desemprego nas situações de quarentena, incapacidade para o trabalho e assistência a família decorrentes da covid-19.

De acordo com a resolução que a criou, a Resolução n.º 116/2020, de 23 de abril, do Conselho do Governo, esta medida visa assegurar e reforçar a capacidade de resposta das instituições públicas e de solidariedade social nas áreas da saúde e do apoio social durante a pandemia da doença COVID-19, sendo os seus beneficiários desempregados (beneficiários de prestação de desemprego), mas também outras pessoas à procura de emprego e os jovens que constem da bolsa de PIIE ou que estejam integrados na garantia jovem.

Tendo a medida um propósito importante que importa manter e até reforçar ela faz-se à custa de direitos dos trabalhadores, pois tem uma natureza ocupacional de acordo com o seu regulamento, ou seja, entre outros direitos no caso dos trabalhadores que beneficiam de prestação de desemprego o tempo trabalhado ao abrigo desta medida não releva para efeitos de atribuição de nova prestação de desemprego.

Isto significa que, por exemplo, após terminar o programa o trabalhador desempregado em questão ver-se-á com menos tempo de subsídio de desemprego, ou seja, numa situação mais vulnerável, numa época que todos prevemos será de forte crise económica.

Para além disso, devido à natureza ocupacional da medida outros direitos são também negados a estes trabalhadores.

A resposta à crise pandémica não pode de forma alguma ser feita à custa dos trabalhadores e dos seus direitos. A proteção dos seus direitos deve ser um princípio que deve nortear toda a resposta à crise social e económica causada pela pandemia e não pode ser colocada em causa de alguma forma, sob pena de se tornar a regra nos difíceis tempos que se avizinham.

Assim, importa no imediato alterar o regulamento da medida de Colocação Extraordinária de Trabalhadores com vista a que esta se torne um programa de apoio à contratação de trabalhadores deixando assim de ser um programa ocupacional, de modo a garantir aos trabalhadores todos os seus direitos que decorrem do código de trabalho e do regime contributivo da Segurança Social.

Essa é uma forma mais justa, mesmo que não seja a ideal, de ocorrer a esta necessidade excecional num tempo excecional.

Assim, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda apresenta à Assembleia Legislativa este projeto de resolução que recomenda ao Governo Regional que altere o regulamento da medida de Colocação Extraordinária de Trabalhadores no sentido de transformar a sua natureza ocupacional numa relação laboral através de um apoio financeiro às entidades empregadoras para a celebração de um contrato de trabalho com vista a assegurar e a reforçar a capacidade de resposta das instituições públicas e solidariedade social nas áreas da saúde e do apoio social durante a pandemia da doença COVID-19.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há inscrições.

Sras. e Srs. Deputados agradeço que se inscrevam.

*(Pausa)*

Por favor, peço que se inscrevam, porque senão vou encerrar os trabalhos ainda antes deles terem ... os trabalhos não, mas pelo menos o debate ainda antes dele ter começado.

Como sabem podem inscrever-se várias vezes, por isso, ...

**Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado Alonso Miguel, já está inscrito.

**Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Para inscrever a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

**Presidente:** Catarina Cabeceiras, muito bem.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, Sra. Deputada Catarina Cabeceiras tem a palavra.

(\*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo: Efetivamente a precariedade é algo que todos devemos ter no nosso plano de atividades, tentar colmatar. É certo que esta Colocação Extraordinária de Trabalhadores foi uma medida de exceção que visa reforçar a capacidade das instituições públicas quer da Solidariedade Social, quer na área da saúde, durante a pandemia do COVID-19 e como tal tem este cariz de caráter temporário de uma duração mínima de um, a máxima de três meses.

Efetivamente o alvo desta iniciativa como já foi dito pelo Sr. Deputado António Lima são desde os desempregados beneficiários do subsídio de desemprego, ao subsídio parcial de desemprego, bem como outras situações, como por exemplo, o programa dos jovens integrados na bolsa PIIIE.

A questão prende-se e efetivamente esta precariedade é algo que poderá estar assente nesta resolução do Governo e até estávamos aqui a hesitar, confesso, em inscrever, porque existem algumas situações que é necessário perceber se efetivamente essa precariedade que o Bloco alega está efetivamente ou poderá ocorrer.

Realmente consideramos que algo que é desfavorável aos trabalhadores é o facto das pessoas que estão ao abrigo deste CET vai ser descontado o tempo que iriam ter direito ao subsídio de desemprego já que vão ter a majoração de 50% sobre esse valor do subsídio de desemprego, mas a questão prende-se e uma vez que também consideramos que foi a forma que o Governo encontrou, digamos assim, para tentar dar uma rápida resposta às instituições que muitas vezes não têm verbas, não têm orçamentos disponíveis para contratualizar estes trabalhadores e assim estas despesas estão asseguradas através dos encargos que são suportados pelo orçamento regional do emprego.

Como tal, e vamos aguardar também aqui o seguimento do debate para tentar perceber se efetivamente, por exemplo, o trabalhador que até está ao abrigo destes programas extraordinários do CET que poderá eventualmente trabalhar por turnos, porque esse regime é aplicável e até mencionado, por exemplo, no artigo 13.º, se efetivamente esse trabalhador terá direito ou não aos respetivos acréscimos por este trabalho por turnos. Se efetivamente não correremos aqui o risco, e uma vez que esta iniciativa irá decorrer do período de 1 de maio a 15 de junho, destes trabalhadores não serão, digamos assim, utilizados (salvo o termo) para colmatar férias, desviando aqui um bocadinho do objetivo da criação desta resolução.

Como tal existem aqui algumas questões que acho que são necessárias esclarecer durante o debate.

Também outra questão que é necessário salvaguardar é se efetivamente existindo aqui alguma alteração, a verdade é que esta resolução do Governo foi publicada a 23 de abril, as candidaturas iniciaram-se a 1 de maio e prolongam-se até 15 de junho para um projeto que terá início a 1 de julho, como tal também é necessário se isto tudo é exequível para iniciar este processo, até porque muitas instituições, quer os hospitais também, estão a contar com este programa.

Portanto, há uma série de questões aqui que é necessário esclarecer até para percebermos efetivamente se esta precariedade, se os trabalhadores no âmbito deste CET, são sujeitos a esta precariedade aqui mencionada.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Agradeço que se inscrevam.

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado.

**Deputado Francisco César (PS):** Queria inscrever a Sra. Deputada Graça Silva.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Graça Silva tem a palavra.

(\* **Deputada Maria Graça Silva (PS):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma primeira nota que importa aqui deixar e que nunca é demais referir que este momento que atravessamos é um momento extraordinário que tem a ver com a pandemia provocada pelo COVID-19, que afeta o mundo, o nosso país, a nossa Região, como todos nós sabemos.

Dizer que o Partido Socialista tem acompanhado este momento com muita presença e que o Governo Regional tem ido ao limite das suas competências no reforço de um caminho de coesão, de combate às desigualdades e à exclusão social no sentido de proporcionar melhor e mais dignas condições de trabalho e de vida aos açorianos e é na senda deste caminho que a medida de Colocação Extraordinária de Trabalhadores – CET – se apresenta. É uma medida excepcional, num tempo também ele excepcional e que tem o objetivo muito claro: visa a substituição de trabalhadores das Instituições Particulares de Solidariedade Social que trabalham na área da saúde e do apoio social, como já

foi referido aqui por diversas vezes quer pelo aumento da sua atividade, quer pelo impedimento temporário de trabalhadores por motivo de doença, por isolamento profilático, por assistência a família ou dependentes, ou ainda por reorganização dos próprios horários de trabalho de forma a garantir que essas instituições com atividade nas áreas, como já foi referido, da saúde e no apoio social, continuem a desempenhar a sua função, dando uma resposta completa, integral naquelas áreas.

Trata-se, pois, de uma medida temporária, com uma origem transitória e muito pontual.

Não entender isto é não entender a própria situação em que vivemos, mas importa também referir que esta medida não impede a normal contratação de trabalhadores por parte das instituições. Pelo contrário, o Governo Regional continua a apoiar a contratação de trabalhadores sem termo quer através de programas, nomeadamente o programa ELP e o programa INTEGRA que visam exatamente a promoção e a criação de postos de trabalho permanentes ao contrário do que aqui propõe o Bloco de Esquerda.

Portanto, é nosso entender, que a alteração aqui proposta não faz sentido, pois a natureza das medidas é diferente.

A medida CET é uma medida excecional e que se espera não perdure por muito tempo.

As medidas de apoio à contratação, ao contrário, pretendem-se que sejam duradouras, por isso, é que o apoio à contratação sem termo é uma medida implementada, que está em vigor e que continua muito para além do momento excecional que vivemos.

A medida de Colocação Extraordinária de Trabalhadores não visa, portanto, como se pretende com estas alterações, subtrair às medidas de contratação de trabalhadores, mas sim somar. Somar mais um contributo é este caminho que tem sido percorrido pelo Governo Regional, pelo Partido Socialista para nesta

fase difícil e espera-se transitória salvar empregos, apoiar as empresas, apoiar as famílias, criando assim condições para que os açorianos possam enfrentar esta difícil fase com determinação e esperança.

Disse, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Continuo sem inscrições.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Anuncio-lhe o Sr. Deputado Joaquim Machado como inscrito.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Para já não.

Tem então a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de fazer algumas considerações sobre esta iniciativa do Bloco de Esquerda dizer que é estranho que o Governo Regional, tendo sido interpelado nomeadamente pelo Partido Popular, não se tenha dignado ainda a fazer os esclarecimentos que permitiriam toda a câmara estar mais elucidada sobre as matérias que têm a ver com esta iniciativa do Bloco de Esquerda e assim em consciência e com maior rigor podermos decidir através da nossa votação.

De qualquer forma, gostava de dizer que esta iniciativa do Bloco de Esquerda remete-nos para a existência de programas excecionais e temporários para trabalhadores desempregados, trata-se efetivamente de trabalhadores desempregados. Nessa medida o Partido Social Democrata, e por diversas vezes, tem vindo a dizer que reconhece a utilidade e a necessidade destes programas ocupacionais apenas e tão só enquanto a economia não for capaz de

gerar novos empregos, enquanto não tivermos a possibilidade de fazer descer o desemprego.

Mas estes programas ocupacionais trazem consigo dois problemas: o primeiro é a utilização indevida, eu diria até de um certo abuso, destes programas para resolver necessidades permanentes das instituições, incluindo a própria administração regional; o segundo problema muito bem identificado pelo Bloco de Esquerda no preâmbulo da sua resolução é que ele priva os trabalhadores desempregados que se integram nesses programas de direitos.

Portanto, naturalmente isso é uma fragilidade do próprio programa e deve-nos impelir a todos para desenvolver esforços no sentido de reduzir *[impercetível]* destes programas e a sua utilização, principalmente, como disse, quando se trata de, através deles, fazer satisfação de necessidades permanentes das instituições e até da própria administração pública regional.

Nós não sucumbimos perante a doença, felizmente, mas também não devemos *[impercetível]* perante a cura. É preciso efetivamente ajudar as empresas, as famílias e os trabalhadores, ainda que nesta matéria não estejam aqui em causa as empresas, mas tão só instituições de natureza pública ou de natureza privada sem fins lucrativos. Dizia: é preciso ajudar as empresas, as famílias e os trabalhadores e é preciso garantir emprego, mas emprego com dignidade e emprego com dignidade significa dizer emprego com direitos, nunca fomentar a precariedade e de algum modo evitar aquilo que nos parece estar configurado através da resolução do Conselho de Governo que criou este programa de Colocação Extraordinária de Trabalhadores, porque efetivamente é verdade que nós vivemos um momento excepcional e estamos todos em crer e temos a esperança de que o momento mais excepcional efetivamente até já tenha passado. Estranhamente este programa em tese até pode aplicar-se tão só a partir de julho e, portanto, para vigorar nos meses de julho, agosto e setembro com todas as interrogações que daí decorrem, como muito bem disse a Sra.



Deputada do Partido Popular que me antecedeu em intervenção, eventualmente até podendo levar à tentação e ao uso desses trabalhadores para suprir necessidades temporárias, mas as temporárias da estação e não daquelas que efetivamente decorrem desta situação de pandemia que nós estamos a viver de facto.

Programas ocupacionais sim, desde que eles sejam mesmo excecionais, o que não nos parece ser o caso. Portanto, comungando das preocupações apresentadas pelos dois partidos que já intervieram sobre esta matéria, nomeadamente o Partido Popular e o Bloco de Esquerda, nós também sublinhamos a importância que tem a Região dar resposta efetiva no plano da saúde e no plano dos serviços de apoio social, sobretudo aos mais fragilizados, mas isso de modo algum poderá ser feito à custa de direitos que os trabalhadores muito necessitam e mais a mais num momento em que eles estão fragilizados, mais fragilizados ainda tratando-se de trabalhadores desempregados.

Portanto, por tudo isto o PSD acompanha o Bloco de Esquerda nessa sua iniciativa.

Disse.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Queria inscrever-me, João Corvelo, se faz favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há inscrições.

Para já não.

Sr. Deputado João Corvelo tem a palavra.

(\*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PCP desde há muito tempo tem vindo a reivindicar mais direitos para quem atualmente não tem direitos.

Aliás, nós temos e salvaguardamos sempre esta situação de que existem muitos precários, mas muitos precários, na administração pública. Existem precários a suprir necessidades permanentes também, tanto na administração pública, nas câmaras municipais e que não têm direitos absolutamente nenhuns em relação ao mundo do trabalho e nós condenamos e temos condenado por muitas vezes.

Existem secretarias regionais, por exemplo, atualmente em diversas ilhas com necessidades de trabalhadores, porque realmente o que nos afirmam é que não têm trabalhadores para fazerem um determinado serviço.

Ora muito bem, se existe trabalho, se existe falta de gente para trabalhar, se existe lugar para meter essa gente, nós não achamos de modo algum que seja correto não admitir esses trabalhadores na administração pública regional.

Nós continuamos a afirmar e temos afirmado: existem muitos e muitos trabalhadores sem direitos absolutamente nenhuns a suprir necessidades permanentes e temos exigido e vamos continuar a exigir que esses trabalhadores tenham que realmente ter direitos e realmente têm de deixar os programas ocupacionais para serem integrados na administração pública.

Em relação à proposta do Bloco de Esquerda a Representação Parlamentar do PCP vai votar favorável o projeto apresentado pelo Bloco de Esquerda.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, gostaria de me inscrever.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto estamos perante uma medida que é excecional perante tempo excecional e é por isso mesmo que o Bloco de Esquerda, no nosso entender, considera que ela se justifica de forma excecional, mas justificando-se de forma excecional é porque existe efetivamente uma necessidade que algumas instituições têm e também o setor público de nesta situação excecional recorrer a uma contratação temporária, porque efetivamente se não fosse uma situação excecional essa contratação, no nosso entender, não deveria ser temporária e é para isso, para situações temporárias, que servem efetivamente as contratações temporárias, ou seja, a prazo. Se ela é temporária e se é excecional, é uma necessidade excecional, pode ser suprida dessa forma e não através de um programa ocupacional que, em nosso entender, cumprem o seu papel quando têm um caráter que não é de substituição ou de compor alguma situação que é mesmo necessária, ou seja, tem um caráter de formação dessa pessoa que está em situação de desemprego, por exemplo, e que faz essa formação numa determinada instituição, nunca para substituir ou para suprir necessidades permanentes, nesse caso não são permanentes, mas são necessidades de trabalho e que ninguém acredita que essas pessoas vão receber formação durante esses três meses, não vão executar trabalho que é necessário nesses três meses no máximo que pode ser a medida.

Diz o Partido Socialista, através da Sra. Deputada Graça Silva, que para contratação existem outros programas do Governo Regional de apoio à contratação. É verdade, mas a questão que eu coloco é a seguinte: se existem então porque é que o Governo Regional criou um programa de apoio excecional à colocação de trabalhadores, porque é que o Governo Regional criou este programa?

A nossa explicação é simplesmente uma: é porque fica mais barato, fica mais barato porque assim em vez de apoiar com um valor como o salário mínimo,

que é o mínimo obviamente possível, pode apoiar com 50% do salário mínimo e a instituição, seja pública ou privada, que acolhe o trabalhador não terá que pagar nenhuma parte do salário, terá que cobrir apenas o subsídio de refeição e um seguro.

A pergunta que eu deixo é: então para quê contratar quando se pode ter muito mais barato os trabalhadores a fazer o mesmo trabalho em que a única obrigação é efetivamente pagar o subsídio de refeição e o seguro de trabalho?

É essa a lógica do Partido Socialista e do Governo Regional que é criar um programa ocupacional, porque efetivamente sai muito mais barato a todos, exceto a uma pessoa, exceto a um interveniente, que é o trabalhador, que no meio disto tudo é penalizado. É penalizado, porque se for um trabalhador que for prestar esse serviço numa instituição pública, num hospital, por exemplo, não tem direito, por exemplo, à remuneração complementar, não tem direito a subsídio de turno, nem no público, nem no privado, não tem direito a férias, não tem direito a compensação por caducidade de contrato, não tem direito a descontos para a sua carreira contributiva, não tem direito à greve, ou seja, esta medida é mais um ataque aos direitos dos trabalhadores. Algo que seria tão simples de fazer com um simples apoio à contratação, o que o Governo Regional decidiu fazer foi mais um programa ocupacional, dando o primeiro pontapé de saída numa crise que se quer que os mais frágeis e os direitos dos trabalhadores sejam protegidos, uma das primeiras medidas que o Governo Regional cria para contratação, entre aspas, de trabalhadores é um programa ocupacional que penaliza e muito, como, julgo eu, demonstrei os direitos dos trabalhadores e obviamente que não sei se o Governo está presente, mas nós sabemos a opinião do Governo, houve perguntas de outras Sras. e Srs. Deputados, gostaria de ouvir o Governo se entender, mas se não entender julgo que fica clara a posição do Partido Socialista que não será obviamente muito diferente da do Governo e lamentamos que seja esse o entendimento e que esse

seja o caminho que o Governo Regional do Partido Socialista queiram trilhar de manter e fomentar uma situação que já não é de precariedade, é de subemprego, porque aqui não estamos a falar de trabalho precário, estamos a falar de trabalho que não garante os direitos generalizados que os trabalhadores têm no nosso país.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Informo a câmara que conforme foi decidido pela Conferência de Líderes os nossos trabalhos vão-se prolongar até terminarmos a Agenda, por isso não encerro agora os trabalhos uma vez que atingimos as 19 horas.

Peço também que se inscrevam, uma vez que de momento não há inscrições na Mesa.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Secretário.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Gostaria de inscrever o Sr. Vice-Presidente do Governo. Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Para já não.

Tem então a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

*(Pausa)*

Sr. Vice-Presidente, não sei se me consegue ouvir.

*(Pausa)*

Sr. Vice-Presidente, não sei se está em condições de estabelecer a sua ligação. Não sei se conseguimos estabelecer ligação. Também não sei se será por algum problema técnico de não a conseguirmos fazer.

Peço, entretanto, que se inscrevam e quando o Sr. Vice-Presidente estiver em condições de falar com certeza que se inscreverá.

Sras. e Srs. Deputados, peço que se inscrevam, por favor.

**Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado Alonso Miguel.

**Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Para inscrever a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada.

Eu peço ao Sr. Secretário Regional Berto Messias que se tiver depois informação de que a ligação foi restabelecida que entre uma intervenção e outra me possa alertar que o Sr. Vice-Presidente está em condições de entrar.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

Pergunto se há mais alguma inscrição, entretanto.

Não havendo, Sra. Deputada, tem a palavra.

(\*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo: Só para também fazer um ponto de situação e porque acho que é importante continuarmos também o debate sobre esta iniciativa aqui apresentada pelo Bloco de Esquerda, porque efetivamente se, por um lado, existem direitos que têm de ser salvaguardados e que numa vertente ocupacional eles não estarão porque certamente que o trabalho por turnos, o trabalho noturno, o trabalho suplementar, estes trabalhadores não terão direito e como tal só têm direito aos valores estipulados no diploma, também, por outro lado, efetivamente temos de

encarar esta resolução do Governo com um cariz temporal e excecional, ou seja, temos aqui uma medida criada de exceção para o período de três meses, para que as instituições possam dar uma resposta nessa situação para criar as condições, para garantir o apoio que é necessário nos tempos atuais, porque a verdade é que sabemos que muitas IPSS's (e isto acho que é do conhecimento público, até foi abordado no último plenário quando falámos nos apoios dados às IPSS's no âmbito do COVID) vivem com os orçamentos completamente estrangulados e não encontram mecanismos para poder contratar pessoal e ficamos aqui numa situação se efetivamente esta medida não existisse e apesar de até existirem instituições com necessidades de contratar se efetivamente teriam essas condições ou não, porque infelizmente é esta muitas vezes a realidade.

Queria dizer que temos de encarar esta medida com o cariz de excecionalidade que ela é apresentada, uma vez que acho que temos de fazer aqui uma distinção, no nosso entender, porque uma coisa são essas medidas excecionais que são criadas para colmatar estas dificuldades durante este período de três meses, outra coisa são as necessidades permanentes dessas instituições, quer na área social, quer na área da saúde e efetivamente sabemos que elas existem e já foi amplamente isso discutido noutras ocasiões nesta Casa.

Como tal, a questão que fica é se efetivamente esta medida criada serve para colmatar necessidades permanentes das instituições, porque é preciso saber se é isto que está aqui em cima da mesa e se é este o intuito do Governo Regional.

Também dizer se efetivamente é esse o entender do Governo e conhecendo melhor do que ninguém, o próprio Partido Socialista, no seu trabalho, como todos nós conhecemos as realidades das instituições e também dos centros de saúde e hospitais, se efetivamente é para colmatar essas necessidades permanentes como é que as instituições poderão fazer passado este período dos três meses que é este regime de exceção que foi aqui criado.

Também dizer e perguntar à Deputada Graça Silva, porque julgo que ela na sua intervenção inicial mencionou que se tratava de um contrato sem termo. Não sei se percebi, se foi isto o que realmente foi dito pela deputada, porque efetivamente esta modalidade sem termo existe, mas, por exemplo, ao ler a resolução do Governo não foi essa a ideia que criámos, a com que ficámos foi sempre criar um regime de natureza ocupacional. Portanto, não sei se, entretanto, percebi bem.

Como tal, para já era manter esta nossa posição e esclarecer também a posição do Grupo Parlamentar e reconhecemos certamente a pertinência desta iniciativa. É necessário esclarecer estas outras questões que também têm de estar salvaguardadas.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Gostaria de inscrever o Sr. Deputado João Vasco Costa.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

(\*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em jeito de nota prévia diga-se que de acordo com o Código de Ação Social dos Açores – CASA – o financiamento ocorre não por tipologia de despesas, mas antes por valor/cliente, portanto, esta proposta contraria o modelo de financiamento às IPSS's e Misericórdias dos Açores, designadamente no que diz respeito aos contratos de cooperação valor/cliente.



Conforme dispõe o artigo 101.º do CASA, do Decreto Legislativo Regional n.º 16/2012/A, de 4 de abril, a prestação pecuniária devida às instituições pelos serviços prestados aos clientes nos termos e valores fixados pelo despacho. Esse valor é fixado por cliente/mês com base nos custos médios de referência.

O valor padrão de cada proposta social é atualizado automaticamente de acordo com a taxa de inflação média nos Açores.

Para mais, foi aprovada na passada semana uma recomendação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao Governo que majora extraordinariamente o financiamento às IPSS's no sentido de acomodar despesas extraordinárias decorrentes desta pandemia, designadamente com recursos humanos.

Portanto, não nos parece por isso oportuno esta iniciativa que subverte a resolução do Conselho de Governo n.º 116/2020, de 23 de abril, e ignora a resolução já aprovada nesta Assembleia que pretende acomodar as despesas transitórias extraordinárias, designadamente com equipamentos de proteção individual e com pessoal.

Não é a primeira vez que o Bloco de Esquerda faz confusão e teima em não perceber.

De facto, o Sr. Deputado António Lima refere que isto é medida excecional, para um tempo excecional, mas depois o Bloco de Esquerda quer transformá-la numa questão definitiva. Ora, três meses são três meses e as necessidades temporárias de três meses não se confundem com necessidades permanentes.

Portanto, o Bloco de Esquerda não tem razão e muito menos tem o exclusivo das preocupações com a precariedade laboral.

O Partido Socialista, através do Governo, tem tomado muitas medidas que materializam diariamente essa sua preocupação, enquanto que o Bloco de Esquerda se limita a fazer um jogo de especulação com objetivos marcados de aproveitamento político e demagógico, como é agora o caso, e ainda por cima

de uma forma grosseira por saber que essas suas afirmações e propostas não têm qualquer corresponsabilidade com a realidade.

Diz que o Governo não cumpre a lei começa por não ser verdade já que o exemplo de que esse cumprimento é efetivo é o facto de após o Parlamento ter aprovado unanimemente a sua proposta que está para ser *[impercetível]*, o Governo alterou o COMPETIR +, por exemplo, o principal instrumento da política de incentivos ao investimento privado. Está a ser cumprido.

Existem mais de 1.400 candidaturas apresentadas que representam quase 670 milhões de euros de investimento privado e isso perspectiva, portanto, a criação de cerca de 3.400 postos de trabalho diretos, que se traduz num instrumento gerador de riqueza, criador de postos de trabalho que o Bloco de Esquerda teima em não reconhecer. Isso não pode de todo ser aceitável.

Sobretudo é preciso não esquecer que este programa abrange as pessoas que estão no desemprego e nisso concordamos com o Sr. Deputado Joaquim Machado. Tem a ver com alguma coisa de semelhante àquilo que foi feito a nível nacional e é bom recordar, como bem disse a Sra. Deputada Graça Silva, que todos os outros incentivos manter-se-ão inalterados.

Mais! Acresce que a ser aprovada em toda a sua extensão esta proposta do Bloco de Esquerda pioraria o princípio da igualdade para os trabalhadores que estivessem desempregados.

Acresce ainda que o Partido Socialista tem procurado, tem conseguido de uma forma paulatina, mas efetiva, resolver o problema da precariedade no trabalho, não fazendo sentido, como não faz, este projeto de resolução. O Partido Socialista votará contra o mesmo porque não se pode confundir uma situação de excecionalidade do próprio tempo e da pandemia que nos assola com a criação extraordinária de medidas que visam acautelar essa situação extraordinária, procurando com isso confundir com o tema da precariedade que percebemos

que seja um tema sensível a todas as forças partidárias, mas neste caso não faz qualquer sentido.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Eu julgo que o Sr. Vice-Presidente já tem a ligação feita à Assembleia. Exatamente.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(\*) **Vice-Presidente do Governo** (*Sérgio Ávila*): Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados:

Peço desculpa. Estava a ouvir, mas não estava a conseguir falar.

Gostaria de dizer que esta medida, para mim, em primeiro lugar, não percebo essa questão, esta abordagem do Bloco de Esquerda, porque esta medida concreta é uma medida exatamente igual a uma medida que foi aplicada a todo o território continental pelo Governo da República nos mesmos termos. Não se trata de um programa ocupacional. Trata-se tão simplesmente de criar uma plataforma voluntária em que só adere quem quer e que permite, por um lado, que as instituições que tenham situações muito pontuais e temporárias de necessidade de pessoal e que não tem a ver, ao contrário do que foi dito, com férias, porque são muito claras as normas, apenas em situações de substituição de pessoas que por questões no âmbito da pandemia, por questões ou de doença, ou de terem estado em quarentena, ou por questão de assistência a familiares, não possam ir trabalhar durante um período de tempo muito curto e que inscrevem essas instituições e essas necessidades nessa plataforma e quem quiser, de forma voluntária, também se inscreve nessa plataforma e se não estiver a receber subsídio de desemprego, receberá 832€ por mês e se estiver a receber subsídio de desemprego acresce mais 333€ na sua remuneração. Exatamente nos mesmo termos que é feito a nível nacional.

Portanto, não vamos estar aqui a iludir as pessoas. Não se trata de um contrato de trabalho, não se trata de uma contratação, nem se trata de um programa ocupacional. Trata-se tão simplesmente de criar uma plataforma que procure em situações de muito curto prazo e não é nos meses, como foi dito, de junho, julho e agosto... Já é. É até 15 de junho as inscrições. Até 15 de junho! Visa apenas corresponder à satisfação de uma questão muito pontual de alguns dias, de algumas semanas, o limite máximo até três meses e que visa apenas criar esse ajustamento entre pessoas que não estejam a trabalhar e que possam durante esse período, se assim entenderem e de forma voluntária (repito: de forma voluntária), poderem prestar esse serviço a uma Instituição Particular de Solidariedade Social, numa Misericórdia ou num serviço afeto à saúde para substituições muito pontuais de recursos humanos a essas instituições e que não tem a ver com situações de contratação futura ou de necessidades futuras, ou necessidades permanentes. A tipologia, a tipificação da substituição está muito clara à partida e é feita de forma muito transparente.

É isso que queria dizer.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, gostaria de me inscrever, António Lima.

**Presidente:** Pergunto se há mais inscrições.

Para já não.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para retomar aqui um pouco o debate e clarificar aqui uma questão.

Nós não estamos de forma alguma a dizer que esta medida se transforme numa medida de contratação ou de estilização do emprego. Ela justifica-se, como

referi, como uma medida transitória e excecional, mas não sob a forma que o Governo criou. Chamou-lhe uma medida com natureza ocupacional, mas diz que não é um programa ocupacional (eu não me vou fixar nestes detalhes da nomenclatura), mas o que é facto é que é uma medida que não garante os mesmos direitos da generalidade dos trabalhadores e tem, efetivamente, características de um programa ocupacional.

Aquilo que nós dizemos é que esta medida poderia, no nosso entender, ser uma medida que tivesse no seu objetivo a contratação dos trabalhadores e a contratação aqui poderia ser a prazo, porque ela justifica-se nesta situação excecional. Não se justifica em outras, certamente, mas justifica-se nesta situação excecional para substituir trabalhadores durante um período curto de tempo.

É isto que nós estamos a dizer e julgo que é isto que tem de ficar claro.

É legítimo o Governo e o Partido Socialista discordarem dessa interpretação e considerarem que essa substituição excecional e temporária deva ser feita através desta medida que, como referi e como disse, retira direitos aos trabalhadores.

Sobre as acusações e um conjunto de outras coisas, de aproveitamento político, eu sinceramente, Sr. Deputado João Vasco Costa, para si talvez a discordância política e o debate democrático são sempre aproveitamento político. Faz parte da democracia, faz parte do debate político haver discordância e é bom que ela haja, porque as pessoas certamente não pensam todas da mesma forma e ainda bem que não pensam todas da mesma forma. Vi que tentou de certa forma responder, um pouco ao retardador, a questões levantadas no plenário da semana passada e reafirmo-as sem qualquer tipo de problema, porque efetivamente aquilo que foi aprovado no COMPETIR + não foi cumprido e ninguém acredita que não haja uma candidatura única em 2019, mas isso é outro debate, não é este debate que estamos aqui a ter.

Apenas reafirmar aquilo que referi. Esta medida poderia ser uma medida efetivamente que garantisse a situação excecional que está em causa, mas também garantisse os direitos, os plenos direitos dos trabalhadores através de um apoio à contratação e não há. Existem vários apoios à contratação que o Governo tem que se aplicam efetivamente a instituições sem fins lucrativos e poderia aplicar-se também às instituições públicas ligadas à saúde.

O Governo Regional discorda, o Partido Socialista discorda, é natural, é a democracia. O Bloco de Esquerda não deixa de defender aqui os direitos dos trabalhadores e não deixa principalmente de marcar aqui uma posição: vamos entrar numa situação de crise económica e social e não podemos de nenhuma forma deixar que à primeira dificuldade os direitos dos trabalhadores sejam postos em causa, principalmente não podem ser postos em causa por quem governa, porque atropelos aos direitos dos trabalhadores há muitos, mas não podem existir por parte de quem governa. Tem de dar o exemplo e não pode fomentar de forma alguma situações de enorme insegurança no emprego, de enorme precariedade e de cerceamento de direitos.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Uma inscrição, Sra. Presidente, Paulo Estêvão.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta crise, na minha perspetiva, fez com que regressassem as ideologias e aqui há que fazer opções.

O Partido Socialista vinha a fazer opções neoliberais, como por exemplo, a tentativa de privatização parcial da Sata, que é um setor estratégico, como em 2011 a privatização da EDA, do resto do capital social da EDA, como se não fosse o suficiente já o bônus que é dado anualmente aos grupos privados, um conjunto de políticas que têm vindo a ser desenvolvidas por parte do Partido Socialista e por parte do Governo que vão nesse sentido neoliberal. Devo dizer também que no mercado de trabalho também com um mercado que nos Açores temos uma desregulação evidente, uma precariedade no âmbito do mercado de trabalho que tem vindo a impor-se e é cada vez maior em relação à criação de programas ocupacionais, ou seja, empregos sem direitos (é disso que nós estamos a falar) ... ou seja, há um conjunto de iniciativas.

Depois, o Governo diz sempre “isto não diz respeito a necessidades permanentes”. Viu-se! Depois quando se aproximam as eleições, a sete ou oito meses, o que é que aconteceu em relação aos programas ocupacionais? Afinal, uma parte significativa dos empregos que estavam a ser ocupados e das funções que estavam a ser ocupadas por parte dos trabalhadores ocupacionais, afinal, demonstrou-se que eram de facto necessidades permanentes do sistema. Entretanto, levou-se anos e anos a explorar trabalhadores desta situação.

Portanto, aquela proposta que o Bloco de Esquerda nos está aqui a apresentar devo dizer que vem no caminho certo, vem contra este tipo de excessos de uma governação, que é uma governação velha de 24 anos e, portanto, tem muitos vícios, que são os vícios de estar associados a grupos económicos poderosos, tudo isso, e, portanto, é nesse sentido que da minha parte apoio, vou votar favoravelmente a proposta do Bloco de Esquerda.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Inscrevo o Sr. Deputado Joaquim Machado.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo que não há mais para já.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Vice-Presidente suscitou-me uma dúvida.

Os trabalhadores desempregados que adiram voluntariamente a esta plataforma a partir do momento em que ficam integrados num serviço, seja ele público ou privado, sem fins lucrativos, em que categoria estatística é que se vão integrar? Continuam a ser inscritos nos centros de desemprego, são ocupados, ou são indisponíveis?

Era uma questão que eu gostava de ver esclarecida.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há mais inscrições nesta fase.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, uma interpelação à Mesa, por favor.

**Presidente:** Tem a palavra, Sr. Deputado.



(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Na nossa plataforma verifico que o Sr. Vice-Presidente está ligado aos nossos trabalhos e, portanto, pretendia saber de V. Exa. se se confirma ou não essa ligação?

Porque acabei de fazer uma pergunta e não tenho resposta do Governo Regional para saber se é uma opção ou se é uma impossibilidade técnica.

**Presidente:** Sr. Deputado Joaquim Machado, já num dia destes dos nossos trabalhos esta questão foi-me colocada.

Eu, porque faço o plenário em sala física, nem sequer consigo ter acesso à indicação de quem é que está ligado ou não e pelo layout definido para o plenário não me é permitido ... Aliás, ainda há pouco passei a palavra ao Sr. Vice-Presidente e por falha de ligação ele ouvia-nos e não se conseguia ligar.

Portanto, eu não lhe consigo responder a essa questão, Sr. Deputado Joaquim Machado.

Pergunto se há inscrições.

*(Pausa)*

Peço que se inscrevam, por favor.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, para uma inscrição.

**Presidente:** Sr. Deputado António Lima.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Secretário Regional.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Para inscrever o Sr. Vice-Presidente do Governo. Obrigado.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, inscrevo o Sr. Deputado Joaquim Machado.

**Presidente:** Obrigada.

Não ouvi, Sr. Deputado, mas julgo que é para se inscrever.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, uma inscrição, Paulo Estêvão.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Para já não.

Sr. Deputado António Lima dispõe de cerca de 42 segundos. Cerca não! Dispõe de 42 segundos.

Tem a palavra.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, muito rapidamente, apenas para dizer o seguinte.

O facto como referiu o Sr. Vice-Presidente de ser uma medida nacional nada impede ...

**Presidente:** Sr. Deputado António Lima peço desculpa de o interromper, mas só para que possa estabelecer o seu raciocínio de forma livre, enganei-me a anunciar o tempo que lhe resta: 1 minuto e 42. Faça bom uso dele, Sr. Deputado.

**O Orador:** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para responder a um argumento utilizado pelo Sr. Vice-Presidente que ainda irá intervir.

Efetivamente existe uma medida nacional muito semelhante, mas gostaria de dizer que nada impede, de forma alguma, a Região de fazer melhor. Eu julgava que também era para isso que servia a autonomia e aqui o Governo Regional, a

Região e a Assembleia podem fazer melhor e poderiam fazer uma medida que respeitasse o direito dos trabalhadores.

Muito obrigado.

*(Neste momento, o Deputado Bruno Belo substituiu o Deputado Jorge Jorge no lugar de Secretário da Mesa)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(\*) **Vice-Presidente do Governo** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, muito rapidamente, para referir e aqui afirmar, em primeiro lugar, como tive oportunidade de dizer, não se trata de um programa ocupacional.

Trata-se, isso sim, de uma medida onde permite criar uma plataforma, nos exatos termos em que é feito a nível nacional, em que de forma voluntária, quem assim o entender, por um lado as instituições que pontualmente e por períodos até 90 dias, entre 30 a 90 dias, careçam de substituição de pessoas durante esse período, apenas nesse âmbito e quem assim o entender as instituições inscrevem-se por um lado e as pessoas que assim entenderem, que tenham essa disponibilidade de exercer esse voluntariado remunerado, exercem esse voluntariado remunerado a tempo inteiro, tendo para o efeito a remuneração que referi, que se não tiverem naquele momento subsídio de desemprego recebem 833€, se tiverem subsídio de desemprego acresce a esse montante 333€, de forma voluntária e sem qualquer obrigação ao vínculo para esse efeito. Até esse momento posso dizer que esta medida abrangeu 30 pessoas, 30 lugares, e que durante esse período de tempo essas pessoas são no âmbito das agências de emprego consideradas como ocupadas.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Obrigado, Sr. Vice-Presidente, por me ter esclarecido e o seu esclarecimento é fundamental para sabermos de que é que estamos a falar, porque efetivamente se trata de desempregados que temporariamente deixam de ter essa condição e passam à condição de ocupados e como ocupados que são deviam efetivamente estar sujeitos a um plano formativo, porque é esse o desígnio dos programas temporários que são criados para os desempregados e não é isso que efetivamente se vai passar.

O que se vai passar é que eles vão suprir necessidades das instituições, sejam elas públicas, ou privadas sem fins lucrativos. Portanto, distorcendo, desvirtuando toda a finalidade que tem os programas ocupacionais.

Por isso, é que nós estranhamos que sendo uma medida extraordinária e urgente ela afinal possa vigorar para os meses de julho, agosto e setembro, quando todos nós, que estamos a fazer um esforço e julgo que bem, para transitarmos para uma nova normalidade.

Portanto, isto que aqui se está a configurar não é uma resposta decorrente das situações geradas pela pandemia, mas sim de necessidades estivais, isto é, de necessidades que têm as empresas, que têm as instituições públicas e privadas. Portanto, trata-se de uma forma mais barata de resolver esse problema, ou então também de resolver outro problema que é o crónico subfinanciamento das instituições que dão respostas sociais na nossa Região. Tudo isto com o ataque aos direitos dos trabalhadores o qual nós não podemos subscrever e nessa medida é que estamos de acordo com a iniciativa do Bloco de Esquerda e vamos votá-la favoravelmente.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado Joaquim Machado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na minha primeira intervenção fiz o enquadramento daquela que é a perspetiva do PPM neste novo tempo. Este é um tempo em que é necessário preservar o emprego, é necessário que o emprego que seja criado é um emprego com estabilidade, com direitos, em que os direitos das pessoas sejam reconhecidos. É necessário também que o Estado tenha uma intervenção mais forte na economia, promovendo o investimento, gerando emprego, criando riqueza, portanto, nós, na nossa perspetiva, este tipo de programas que vivem de uma fragilização dos direitos dos trabalhadores, a nós, nestas condições, consideramos isso intolerável.

Portanto, a proposta de valorização, de dignificação por parte do Bloco de Esquerda e de reposição de direitos e que os direitos dos trabalhadores sejam observados, nós revemo-nos inteiramente nessa perspetiva e por isso vamos votar favoravelmente esta proposta.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

**Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Graça Silveira.

**Presidente:** Sra. Deputada Graça Silveira.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, queria inscrever-me, António Lima.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Para já não.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(\*) **Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

O grande problema é que estas medidas de exceção e que deveriam ser para um grupo restrito de beneficiários ao longo dos últimos anos generalizaram-se perigosamente na sociedade açoriana e mesmo que o Sr. Vice-Presidente venha dizer que isto não é um programa ocupacional a verdade é que estas pessoas estão no centro de emprego como ocupados e há falta de mais criatividade já lhes ouvi chamar muita coisa ao longo destes últimos anos, agora voluntariado remunerado devo dizer, Sr. Vice-Presidente, só é mais capaz em termos de cálculos de taxas de IRS, mesmo em termos de criatividade para conseguir manter os seus programas ocupacionais dando-lhes todos os dias um nome diferente.

A partir de agora vamos passar a ter na Região voluntariado remunerado.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Esgotou o seu tempo para o debate.

Pergunto se ...

Peço desculpa. O Sr. Deputado António Lima já estava inscrito e tem a palavra.

(\*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Porque tenho muito pouco tempo, ficámos então a saber que estamos perante um voluntariado remunerado.

Em lado nenhum no regulamento, nem na resolução do Conselho de Governo, a palavra voluntariado está. Está efetivamente a expressão natureza ocupacional.

Natureza ocupacional é o que o Governo Regional dizia que era este programa.

Afinal já não é, porque não tem componente formativa, é um voluntariado remunerado, ou seja, o caminho que o Governo Regional está a trilhar, ou a começar a trilhar, é um caminho que nos preocupa e que é um caminho que vai em sentido contrário àquele que nós defendemos.

Se defendemos uma valorização do trabalho, dos direitos dos trabalhadores, a defesa dos seus direitos, o que o Governo Regional em plena crise decide fazer é uma espécie de voluntariado remunerado.

Por esse caminho o Partido Socialista e o Governo Regional não contam com o Bloco de Esquerda. Os trabalhadores contam com o Bloco de Esquerda na defesa dos seus direitos, da sua valorização intransigentemente para não compactuar com situações destas que só atacam e desvalorizam o trabalho da nossa Região.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que o Bloco de Esquerda também esgotou o seu tempo para o debate.

Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então votar esta iniciativa.

Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** André Rodrigues.

**Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** António Parreira.

**Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Carlos Silva.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Dionísio Faria e Maia.

**Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Sra. Presidente, voto contra.

**Presidente:** António Parreira.

**Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra. Já o tinha dito.

**Presidente:** Obrigada.

Domingos Cunha.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, voto contra.

**Presidente:** Francisco Coelho.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Voto contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** Graça Silva.

**Deputada Maria Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Iasalde Nunes.

**Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** João Paulo Ávila.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Voto contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Voto contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, voto contra.

**Presidente:** José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** O meu voto é contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** José San-Bento.

**Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Manuel Ramos.

Não conseguimos ouvir, Sr. Deputado. Por favor, repita.

[interferência na gravação]



O senhor está com o microfone ligado, mas são cortes na ligação que nos impedem de ouvir aquilo que está a dizer.

Por favor, tente novamente.

Não é um problema do microfone, é mesmo da ligação da internet que está a usar.

*[interferência na gravação]*

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Maria de Fátima Ferreira.

**Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS):** O meu voto é contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** Maria Eduarda Pimenta.

**Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Maria Isabel Quinto.

**Deputada Maria Isabel Quinto (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Mário Tomé.

**Deputado Mário Tomé (PS):** Voto contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Couto.

**Deputada Marta Couto (PS):** Voto contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Matos.

**Deputada Marta Matos (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Mónica Rocha.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Pedro Moura.

**Deputado Pedro Moura (PS):** Voto contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** Renata Correia Botelho.

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Ricardo Ramalho.

**Deputado Ricardo Ramalho (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Sónia Nicolau.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Tiago Branco.

*(Pausa)*

Luís Maurício.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Pedroso.

**Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Carlos Ferreira.

*(Pausa)*

Catarina Chamacame Furtado.

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** César Toste.

**Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Jaime Vieira.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria João Carreiro.

**Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mónica Seidi.

**Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Alonso Miguel.

**Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

**Presidente:** Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é de abstenção.

**Presidente:** António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Mendes.

**Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Paulo Corvelo.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Graça Silveira.

**Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ana Luís.

O meu voto é contra.

Manuel Pereira.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** O meu voto é contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** Bruno Belo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tiago Branco.

*(Pausa)*

Carlos Ferreira.

Está concluída a votação.

Sr. Deputado Manuel Pereira para o seu anúncio.

**Secretário:** Obrigado, Sra. Presidente.

O Projeto de Resolução n.º 230/XI foi rejeitado com 29 votos contra do Partido Socialista, 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 1 voto a favor da Sra. Deputada Independente e 2 abstenções do CDS-PP.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado Manuel Pereira.

Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Informo a câmara, apesar de que está visível, que o Sr. Deputado Bruno Belo assume neste momento o seu lugar na Mesa.

Como estava a dizer, entramos agora no ponto 34 da Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 231/XI – “Medidas regionais de apoio social extraordinário”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(\*) **Deputado Paulo Mendes (BE)**: Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como é do conhecimento geral, foram várias as medidas implementadas nos últimos dois meses decorrentes da pandemia pela qual nós atravessamos e que visam essencialmente atenuar impactos económicos desta mesma pandemia.

São medidas que se traduzem no apoio excecional e transitório quer a empresas, quer a trabalhadores e são medidas também que assumem um carácter quer nacional, quer regional, quer de forma supletiva, quer de forma complementar.

Da convergência dessas medidas nacionais e regionais de facto nota-se e conclui-se que falta dar resposta ainda a situações que afetam muitos trabalhadores na Região e é por isso que esta iniciativa é urgente para dar uma resposta que é por natureza urgente, porque pretende atender aqueles que são muitos trabalhadores e trabalhadoras que neste momento não têm qualquer tipo de apoio.

Obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente**: Obrigada, Sr. Deputado.

Está justificada a urgência.

Pergunto se há alguma inscrição.

*(Pausa)*

Não havendo, vamos então votar.

Então vamos votar o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão, requerido pelo Bloco de Esquerda.

Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** André Rodrigues.

**Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Parreira.

**Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Carlos Silva.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Dionísio Faria e Maia.

**Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Domingos Cunha.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Francisco Coelho.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Graça Silva.

**Deputada Maria Graça Silva (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Iasalde Nunes.

**Deputado Iasalde Nunes (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** João Paulo Ávila.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** O meu voto é a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** José San-Bento.

**Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Manuel Ramos.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Maria de Fátima Ferreira.

**Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria Eduarda Pimenta.

**Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria Isabel Quinto.

**Deputada Maria Isabel Quinto (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mário Tomé.

**Deputado Mário Tomé (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Couto.

**Deputada Marta Couto (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Matos.

**Deputada Marta Matos (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mónica Rocha.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Pedro Moura.

**Deputado Pedro Moura (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Renata Correia Botelho.

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Ricardo Ramalho.

**Deputado Ricardo Ramalho (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sónia Nicolau.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** A favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Luís Maurício.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** António Pedroso.

**Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Ferreira.

*(Pausa)*

Catarina Chamacame Furtado.

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** César Toste.

**Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.



**Presidente:** Jaime Vieira.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Luís Rendeiro.

**Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria João Carreiro.

**Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mónica Seidi.

**Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Alonso Miguel.

**Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Artur Lima

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Mendes.

**Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Paulo Corvelo.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Graça Silveira.

**Deputada Graça Silveira (Independente):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Ana Luís.

Voto a favor.

Manuel Pereira.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Bruno Belo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Ferreira.

*(Pausa)*

Sr. Deputado Manuel Pereira para anunciar a votação.

**Secretário:** Obrigado, Sra. Presidente.

O pedido de urgência para apreciação do Projeto de Resolução n.º 231/XI foi aprovado por unanimidade.

*(Neste momento, o Deputado Jorge Jorge voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)*

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Vou dar então novamente a palavra ao Sr. Deputado Paulo Mendes, desta feita para apresentar o Projeto de Resolução.

**Deputado Paulo Mendes (BE):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A crise pandémica não só afeta a saúde pública como toda a economia, devido aos efeitos das medidas de constrangimento à circulação inquestionavelmente necessárias como inquestionável é a necessidade da criação de medidas que atenuem a perda de rendimento, quer de empresas, quer de trabalhadores.

Ainda durante a última sessão plenária, um Sr. Deputado afirmou que nunca houve um momento como este que estamos a experimentar, em que há sempre mais a fazer, e o que está feito nem sempre o foi na perfeição.

Imbuídos desse espírito trazemos a esta Casa um apoio social extraordinário para dar resposta a quem se encontra sem emprego e sem qualquer tipo de apoio.

No último plenário retirámos uma iniciativa que visava criar a medida que, agora, propomos, porque nessa mesma semana o Governo da República legislou sobre apoios a conceder a trabalhadores desprotegidos. Todavia, essas medidas sendo positivas não respondem aos anseios e necessidades de muitos açorianos e açorianas que continuam sem apoios públicos.

Referimo-nos a quem por desempenhar uma atividade profissional intermitente ou em horário reduzido – por vezes a trabalhar à hora – não consegue sequer aceder ao subsídio de desemprego e ao subsídio social de desemprego.

São situações que configuram verdadeiros casos de subemprego tão associadas às relações laborais mais perto da informalidade que, infelizmente, abundam na Região. É neste contexto que se encontram, por exemplo: empregadas domésticas, trabalhadores da construção civil, artistas, trabalhadores que se encontravam a cumprir o período experimental quando foram despedidos e até trabalhadores do setor do turismo.

São estes trabalhadores e trabalhadoras nas margens do mercado de trabalho que se encontram mais desprotegidos no desemprego e esquecidos aquando da introdução das várias e diversas medidas de apoio social e laboral

especialmente criadas para fazer face à crise económica decorrente da pandemia que atravessamos.

Não estamos, com esta proposta, a desconsiderar qualquer medida criada, quer pelo Governo Regional, quer da República, e até mesmo por esta Assembleia, estamos sim a contribuir para que ninguém fique para trás, mesmo sabendo que não conseguiremos atingir a perfeição.

É de conhecimento geral que o Governo da República legislou sobre apoios a estes sectores. E neste momento, ao contrário do que ocorria há duas semanas aquando do anúncio destas medidas, sabemos que, pese embora o seu carácter genericamente positivo, são curtas em relação à proposta que aqui apresentamos.

Desde já as medidas decididas há duas semanas no Conselho de Ministros só se aplicam a partir deste mês, deixando dois meses para trás em aberto.

Para quem diz que não deixa ninguém para trás, os trabalhadores precários despedidos já ficaram dois meses para trás e para as empregadas domésticas despedidas também já ficaram dois meses para trás.

Assim, e após termos conhecimento detalhado sobre estas medidas da República, e considerando que não pretendíamos onerar desnecessariamente o Orçamento Regional com obrigações do Governo da República, mas que devemos usar as nossas prerrogativas autonómicas para fazer mais e melhor, em nome da defesa dos açorianos e açorianas, propomos que a Região majore estes apoios para que atinjam o valor correspondente a 1 IAS.

Para nós o apoio a atribuir a estes trabalhadores terá de ter esse valor, a vigorar desde a entrada em vigor do decreto da primeira declaração do Estado de Emergência e terá o seu término dois meses após a declaração de fim do estado de emergência e revogação de outra medida de confinamento decretada por Resolução de Conselho de Governo ou pelas Autoridades de Saúde, quer de âmbito regional, quer concelhio.

O vertente projeto de resolução é, pois, um contributo para que «ninguém fique para trás» numa sociedade ainda mais fragilizada pelas consequências da crise pandémica da COVID-19.

Obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Apresentada que está a iniciativa, vamos então agora abrir as inscrições.

Agradeço que se inscrevam.

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Queria inscrever o Sr. Deputado Carlos Silva.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado Artur Lima.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Obrigado.

Queria inscrever a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

**Presidente:** Obrigada.

Sr. Deputado Carlos Silva tem agora a palavra.

(\*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No plenário passado o Bloco de Esquerda tinha apresentado uma proposta com as mesmas intenções, digamos, mas depois acabou por retirar sabendo que estavam a ser preparadas novas alterações.

Neste plenário o Bloco de Esquerda volta a apresentar uma iniciativa de idêntico teor com vista a criar medidas regionais de apoio social extraordinário, mas a meu ver apresenta os mesmos problemas que a proposta tinha no plenário passado e darei nota exemplificando alguns casos.

Com esta medida o Bloco de Esquerda pretende de forma nobre e de forma bem intencionada (reconhecemos esta boa intenção) apoiar os trabalhadores do serviço doméstico com a quebra de 20% nos seus rendimentos, pretende apoiar todos os trabalhadores despedidos que não tenham acesso ao subsídio de desemprego, pretendem apoiar os trabalhadores intermitentes com pouco tempo de descontos e pretende ainda apoiar os trabalhadores independentes e os membros dos órgãos estatutários ou gerentes que, efetuando trabalho por conta de outrem, fá-lo em part-time, ou seja, o Bloco de Esquerda continua a ...

*[interferência na gravação]*

... várias situações específicas e diferentes e prevê o mesmo tratamento. Para nós, isso é o primeiro fator de inexecutabilidade desta proposta que até gera muita confusão.

O Partido Socialista e o Governo têm vindo a apresentar e a analisar aqui neste Parlamento, também a aprovar, várias iniciativas de forma a procurar não deixar ninguém para trás. Reconhecemos que nem sempre isso é possível na exata medida dos prejuízos que foram sofridos pelas famílias, no entanto, procuramos sempre atuar de forma justa, de forma equilibrada, criando propostas que sejam justas.

Ao longo desta pandemia têm sido publicadas várias medidas e destaco a este respeito a resolução do Conselho de Governo n.º 140/2020 que foi apresentada no dia 18 de maio. Esta resolução visa, entre outras medidas, alterar o Fundo Regional de Ação Social e neste Fundo Regional de Ação Social podemos encontrar várias medidas que preveem apoios financeiros para situações ao nível de precariedade económica excepcional que abrange, por exemplo, os trabalhadores do serviço doméstico, precariedade ao nível do endividamento, apoios para grupos de risco, complemento regional de apoio ao rendimento

disponível das famílias açorianas, complemento de apoio no âmbito da COVID-19, complemento para trabalhadores em regime de *lay-off* e também complemento para os trabalhadores independentes, ou seja, através desta resolução e da alteração do Fundo Regional de Ação Social já estão previstos vários complementos regionais e que abrangem de certa forma muitos dos grupos que aqui são apresentados no projeto de resolução.

Além disso, o Governo da República também tem vindo a aperfeiçoar as medidas de âmbito social no âmbito dos trabalhadores independentes. Os trabalhadores também intermitentes passaram a ficar abrangidos por medidas da Segurança Social, o mesmo aplicando-se aos membros dos órgãos estatutários que passaram a ter um apoio mais abrangente do que aquele que existia anteriormente.

Além disso, também já são conhecidos vários complementos regionais que permitem no fundo garantir um mínimo de subsistência.

Relativamente ao projeto de resolução em concreto eu gostaria de perguntar ao Deputado Paulo Mendes se consegue explicar como é que consegue comprovar uma quebra de rendimentos de 20% no caso dos trabalhadores de serviço doméstico?

Isso porque os trabalhadores de serviço doméstico têm um regime próprio de descontos para a Segurança Social baseado no IAS em que os descontos [*impercetível*] no valor dia de referência e não na maioria das situações com base no valor efetivamente recebido.

Portanto, com base neste regime a pergunta que eu faço é: como é que é possível comprovar uma situação de quebra de rendimentos de 20% como aquela que propõe aqui no projeto de resolução?

Relativamente aos trabalhadores do serviço doméstico e membros dos órgãos estatutários a pergunta que eu acho que deve ser feita é como é que se prevê um apoio para os trabalhadores independentes e membros de órgãos estatutários

que estejam em part-time? O que é que significa aqui part-time? Qual é que é o critério que devemos utilizar?

Porque part-time podemos partir do pressuposto que quer os trabalhadores independentes, quer os membros dos órgãos estatutários já auferem um rendimento. Se já auferem um rendimento não percebemos a razão para aqui incluir esta proposta no âmbito deste projeto de resolução de criar um complemento, quando já existe um rendimento que garante condições que à partida poderão ser dignas de sobrevivência.

Por último, referir também que no caso do subsídio social de desemprego também já foram criadas medidas e introduzida alguma flexibilização nas regras de acesso de forma a abranger o maior número de beneficiários.

Em resumo, para o Partido Socialista a proposta do Bloco de Esquerda apesar de bem-intencionada, reconhecemos a intenção e a proposta que é feita, mas ela não é exequível. Não é exequível pelas razões que já elencámos: no serviço doméstico por causa dos trabalhadores independentes e dos membros dos órgãos estatutários que contemplam critérios que a nosso ver são difíceis de justificar e comprovar; além de que a proposta revela algumas contradições e omite também que já foram criados apoios específicos para estes grupos de atividade.

Portanto, fico-me por aqui, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(\*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo: Efetivamente esta iniciativa que é apresentada agora aqui pelo Bloco de Esquerda incide sobre alguns setores como os trabalhadores do serviço doméstico, como os trabalhadores que foram despedidos e que não têm



condições para aceder ao subsídio de desemprego, ou até mesmo os trabalhadores intermitentes com pouco tempo de desconto, ou os trabalhadores independentes ou órgãos estatutários que exerçam trabalho por conta de outrem em part-time.

Efetivamente existiu uma medida inicial apresentada no plenário passado pelo Bloco de Esquerda que foi retirada que até também previa a questão dos trabalhadores independentes e até nesse mesmo plenário o CDS apresentou uma proposta que foi aprovada para colmatar essa lacuna, agora apresenta esta nova iniciativa.

Acho que surge no sentido de complementar as medidas que já foram implementadas no âmbito do COVID, as medidas temporárias criadas no reforço da proteção do desemprego, mas a verdade é que existem algumas situações de trabalhadores que estão fora dos critérios de apoio criados até ao momento e que estes criados são manifestamente insuficientes e como tal é necessário o Governo Regional também ter aqui uma ação presente.

Em relação a algumas questões que foram aqui levantadas pelo Sr. Deputado Carlos Silva dizer também e questionar dessa forma o proponente no sentido que nos parece que o sentido desta iniciativa seria sempre ter por base o valor do IAS e como tal aqueles beneficiários que já estão a usufruir das medidas já implementadas o Governo teria de complementar até perfazer esse valor do IAS. Pelo menos foi essa a interpretação que nós fizemos.

Depois a verdade é que, e pondo isto na prática, todos nós sabemos que existem trabalhadores, quer no serviço doméstico, quer artistas, quer efetivamente na área do turismo que agora, neste momento, estão completamente sem chão, estão desprovidos de qualquer apoio e como já foi dito anteriormente, quer o mês março e o mês de abril, estes não conseguiram garantir qualquer tipo de rendimento para garantir a sua sobrevivência.

Acho que assim é necessário também dizer que existem outros trabalhadores, como foi o caso, por exemplo, dos trabalhadores independentes ou mesmo os órgãos estatutários que exercem trabalho por conta de outrem em termo de part-time, a verdade é que essa figura existe e estes trabalhadores, tanto num caso, como noutro, ainda não receberam nada, porque para terem direito teriam de estar abrangidos exclusivamente a estes regimes e como tal são *n* situações que efetivamente as pessoas não estão a conseguir ter qualquer tipo de ajuda. Nesse sentido parece-nos que esta iniciativa vem tentar mitigar a redução desse rendimento de muitas famílias que sofreram e continuam a sentir e também não nos podemos esquecer as fragilidades da nossa Região. Não nos podemos esquecer que ainda no passado dia 22 de maio o Banco Alimentar contra a Fome de São Miguel afirmou que apoiou mais de 1.400 famílias com cabazes nos últimos dois meses, respondendo a muitas situações de pobreza inesperada originadas pela COVID.

Não podemos esquecer a notícia que saiu de âmbito regional em que temos mais 150 açorianos no Rendimento Social de Inserção que efetivamente representam 5.600 famílias.

Portanto, há aqui algumas situações que eu acho que são um alerta para toda esta situação. Acho que efetivamente o nosso sentido e o nosso trabalho têm de ser feitos para tentar colmatar e para dizermos de uma forma efetiva e tentar minimizar para que todos sejam realmente tidos em conta e todos tenham algum tipo de apoio.

Para já termino, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há mais inscrições.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Secretário.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Gostaria de inscrever a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social. Obrigado.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputado António Lima** (*BE*): Sra. Presidente, gostaria de inscrever o Deputado Paulo Mendes.

**Presidente:** Obrigada.

**Deputado Luís Maurício** (*PSD*): Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado.

**Deputado Luís Maurício** (*PSD*): Gostaria de inscrever o Sr. Deputado Joaquim Machado.

**Presidente:** Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo para já, tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

**Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Andreia Costa*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Muito já foi aqui dito quer pelo proponente, quer pelos demais intervenientes, de qualquer forma penso que posso dar aqui algum contributo no sentido de esclarecer realmente aspetos que são essenciais.

Primeiro, penso que se tornou óbvio que a 7 de maio com o Decreto Lei n.º 20-C/2020 que o Governo da República consolidou aqui um conjunto de apoios para aspetos que vinham sendo reclamados e bem pela população em geral de

necessidade de acautelar apoios a franjas da população que podiam não estar devidamente apoiadas no âmbito desta pandemia.

Surgiram, por isso, por via desse diploma medidas temporárias de reforço à proteção no desemprego, designadamente para trabalhadores por conta de outrem com menos de 90 dias de trabalho num período de um ano, ou trabalhadores por conta de outrem com menos de 60 dias de trabalho num período de 12 meses em caso, por exemplo, de caducidade de contrato de trabalho ou por denúncia do contrato de trabalho durante o período experimental, um dos aspetos que é afluído nesta proposta e que já se encontra devidamente acautelado na medida estabelecida a nível nacional.

Também foi considerado aqui, nesta proposta, aliás, um dos aspetos que mereceu aprovação no último plenário e que dizia respeito aos trabalhadores independentes sem tempo suficiente de desconto no âmbito daquilo que estava previsto na norma inicial. Esta questão foi contemplada. Entretanto, o Governo Regional seguindo a recomendação desta Assembleia já regulamentou a proposta de complemento aos trabalhadores independentes que se aplica quer àqueles que tinham efetivamente descontos no ano que antecedeu esta situação, quer aqueles não tinham tempo suficiente de desconto no âmbito da medida inicial, portanto, que já se encontram também aqui contemplados, contemplados pela medida nacional, reforçada pela medida e pelo complemento regional.

Deixe-me chamar a atenção naturalmente para um dos aspetos que este Decreto Lei a nível nacional passou a contemplar e que diz respeito exatamente às situações de desproteção social.

Este diploma cria uma norma que permite que sejam beneficiários de apoio as pessoas em situação de desproteção social não abrangidas pelo regime de Segurança Social desde que declarem o início ou reinício da atividade independente junto da administração fiscal e mantenham a atividade por 24 meses. Portanto, também estas situações foram devidamente contempladas, um

aspecto já referido pelo Sr. Deputado Carlos Silva. Outro aspecto já referido pelo Sr. Deputado Carlos Silva que diz respeito aos membros dos órgãos estatutários que também estavam contemplados, mas de forma mais restrita, e que com este diploma passam a ter uma outra abrangência.

Deixem-me que vos diga que quanto a mim depois de sair este diploma que foi a 7 de maio o Governo Regional para além de seguir as recomendações da Assembleia, ou seja, de regulamentar os complementos, designadamente ao lay-off simplificado e criando também o complemento de apoio aos trabalhadores independentes, tomou a iniciativa de rever o Fundo Regional de Ação Social e nessa revisão do Fundo Regional de Ação Social, como já foi bem observado pelo Sr. Deputado Carlos Silva, contemplou um complemento de apoio ao COVID-19. Este complemento de apoio ao COVID-19, importa que talvez aqui se concretize, prevê exatamente prestar apoio no âmbito do Fundo Regional de Ação Social a todas as pessoas singulares que comprovadamente tenham registado um decréscimo dos seus rendimentos na sequência dos efeitos da pandemia, da doença COVID-19, ou seja, todos os casos e que são avaliados individualmente, naturalmente, até porque há particularidades que tornam de facto inexecutável a proposta do Bloco de Esquerda e este aspecto é de facto muito importante.

Como já aqui foi dito ninguém põe em causa a bondade naturalmente da iniciativa, mas penso que se dúvidas houver quanto ao restante a questão dos trabalhadores do serviço doméstico é de facto flagrante.

Os trabalhadores do serviço doméstico como já aqui foi dito descontam sobre uma base que é convencionada do indexante dos apoios sociais que não tem necessariamente ligação nenhuma àquilo que é o vencimento ou o rendimento obtido pelo trabalho desses trabalhadores.

Este aspecto aqui é determinante, porque de facto é impossível aferir em tempo útil o decréscimo do rendimento. Só poderia ser feito pela autoridade tributária

e no ano seguinte mediante a apresentação da declaração de IRS. É uma medida que no caso, pese embora necessariamente bondosa, não é de facto exequível, ou seja, (e respondo à questão que foi colocada pelo Sr. Deputado Carlos Silva) não é de facto possível determinar essa redução de rendimentos de 20%, até porque se sabe que a maioria das trabalhadoras, a larga maioria das trabalhadoras de serviço doméstico, não têm contrato e mesmo declarando rendimentos, declaram os rendimentos, naturalmente como todos nós, no ano seguinte àquele em que os auferimos e, portanto, neste caso só poderíamos fazer a constatação da eventual redução de rendimentos daqui a nove meses.

No que diz respeito à questão colocada dos trabalhadores já referi a questão do período experimental, esta questão já está salvaguardada no diploma nacional.

No que diz respeito aos membros de órgãos estatutários e aos trabalhadores independentes. Acho que há aqui um aspeto que é determinante, todos nós sabemos que estamos a viver uma situação excecional e que temos de fazer uma afetação parcimoniosa dos recursos. Quando o legislador a nível nacional (e aqui se coloca também uma competência até sobre a matéria das competências ao nível da Segurança Social) exceciona, por exemplo, as questões que têm a ver com o prazo de garantia, por exemplo, para as questões do subsídio social de desemprego, essa não é uma competência sobre a qual o Governo Regional possa sequer tão pouco assumir a competência legislativa. É de facto uma reserva de competência a nível nacional.

Portanto, em função daquilo que foi dito e sem prejuízo da bondade da iniciativa, o que me parece que é importante transmitir ao Bloco de Esquerda é que de facto as questões relacionadas com algumas situações que possam mesmo assim estar desprotegidas o Governo Regional, por iniciativa própria, incluiu um complemento, um apoio específico no âmbito do Fundo Regional da Ação Social dirigido àqueles agregados familiares que tendo perdido rendimento necessitam do apoio do Governo Regional.

É um apoio que será concedido pelo Instituto de Segurança Social dos Açores que mediante avaliação dos técnicos de serviço social, do Instituto de Segurança Social dos Açores, naturalmente vai complementar aqui o que já está estabelecido a nível nacional e regional, acudindo aqui àquelas necessidades que possam não estar devidamente acauteladas na legislação que foi produzida, até simplesmente por impedimento de o fazermos.

Obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(\*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ouvi atentamente aqueles que foram os argumentos aduzidos pelos Srs. Deputados que me antecederam, a Sra. Deputada, assim com a Sra. Secretária e concentro-me agora naqueles que foram os argumentos do Sr. Deputado Carlos Silva.

Ora, não é só o Bloco de Esquerda que reclama por medidas de apoio a franjas da população que se calhar são menos minoritárias do que possa parecer, se calhar até são em grande número, portanto, não é só o Bloco de Esquerda que nota que houve aqui um conjunto de pessoas que acabam por ficar de fora daquela que é uma convergência entre as medidas nacionais e regionais.

Aqui saliento aquelas que foram as palavras muito recentes da Sra. Provedora de Justiça relativamente àquelas que são as medidas nacionais que foram recentemente anunciadas e que eu fiz referência na minha intervenção inicial (é a própria Provedora da Justiça, não é o Bloco de Esquerda) que diz que ficaram por acautelar situações de vários trabalhadores e trabalhadoras e passo a citar: “que não se encontram abrangidos exclusivamente pelo regime contributivo dos trabalhadores independentes ou membros dos órgãos estatutários, mas exercem trabalho por conta de outrem em part-time.” Portanto, há uma série de pessoas

que ficaram de fora daqueles que foram os apoios nacionais na ótica da Provedora de Justiça e não propriamente única e exclusivamente daquela que é a perspetiva do Bloco de Esquerda.

Aliás, a Provedora de Justiça até vai mais longe e diz que “a nova prestação recentemente aprovada continua vedada aos que são trabalhadores por conta de outrem durante algumas horas por semana e auferem a outra parte de rendimentos por prestação de serviços a recibos verdes.”

Vai mais além nas suas críticas e a Provedora de Justiça também diz que tem recebido “queixas quanto ao reduzido valor do apoio concedido, o qual não garante a subsistência dos seus beneficiários.”

Podíamos pensar então que aquelas que são as medidas regionais permitiam de certa forma colmatar esta insuficiência de apoios e o Sr. Deputado Carlos Silva refugiou-se naquele que é o recurso ao Fundo Regional da Ação Social para colmatar estas falhas. Isso foi omissivo quer na intervenção do Sr. Deputado Carlos Silva, quer da Sra. Secretária, quanto ao valor deste apoio.

Tendo em conta aquele que é o valor do apoio nacional e se somarmos a esse valor um eventual valor referente ao apoio concedido pelo Fundo Regional da Ação Social a questão que eu coloco é se todos estes casos, todos estes trabalhadores e trabalhadoras, conseguem ter um apoio que se traduza no valor correspondente a um indexante de apoio social.

Para que fique bastante claro, principalmente para os açorianos e açorianas que nos ouvem lá em casa, nós estamos aqui a falar de um apoio que tem um valor de 438,81€, nem chega ao valor do salário mínimo.

A pergunta que faço tanto ao Sr. Deputado Carlos Silva, como à Sra. Secretária, é se pelo menos este valor é atingido como apoio para todos os trabalhadores e trabalhadoras que se encontram no âmbito do nosso projeto de resolução, quer por medidas nacionais, quer regionais, quer na convergência dos apoios das duas origens?



Além do mais, fazendo a análise do Decreto Lei que foi recentemente aprovado, facilmente chegamos à conclusão que nem todas as trabalhadoras do serviço doméstico têm algum tipo de apoio. Aliás, será previsivelmente uma minoria que consegue aceder a algum tipo de apoio e quando me refiro a uma minoria são exatamente as trabalhadoras de serviço doméstico que têm um contrato mensal a tempo completo e a base de incidência seja feita com referência à remuneração efetivamente recebida e esta é certamente uma minoria destas trabalhadoras, porque bem sabemos que a maior parte das trabalhadoras de serviço doméstico não têm um contrato de trabalho a tempo completo com uma única entidade patronal. Aliás, têm várias entidades patronais para as quais trabalham e prestam serviço muitas vezes a tempo parcial.

Portanto, parece-me que estas trabalhadoras ficam certamente fora de qualquer tipo de apoio, ou tendo acesso a algum tipo de apoio, muito dificilmente atingirá o valor de 438,81€. Estamos a falar de um valor que está abaixo do limiar da pobreza. Não sei se têm noção disso!

Além do mais, a Resolução n.º 140/2020 penso que nem contempla os trabalhadores ou as trabalhadoras do serviço doméstico e o apoio aos trabalhadores informais, e de acordo com os apoios a conceder pelo Decreto Lei que foi recentemente aprovado na República, esse valor não atinge este valor de um indexante de apoios sociais, mas sim meio indexante. Estamos a falar de um valor que ronda mais ou menos os 215€ mensais.

Sr. Carlos Silva, Sra. Secretária Regional, acham que alguém consegue viver neste país com 215€ mensais?

Eu acho completamente impossível.

Se já é muito difícil viver com 438,81€, imagine o que é viver com metade deste valor?

Quanto à pergunta mais ou menos rasteira que o Sr. Deputado Carlos Silva me colocou e colocou ao Bloco de Esquerda sobre como é se calcula uma quebra

de 20% no rendimento. Ora, da mesma maneira como também se calcula a quebra de 25% de rendimento referente ao apoio social extraordinário aos consumidores domésticos, no caso da eletricidade, que foi proposto aqui, nesta Casa, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Há época não houve qualquer problema sobre como é que se calcula uma quebra de rendimento de 25%. Agora, para a nossa iniciativa há um problema enorme sobre como é que se vai calcular uma quebra de rendimento de 20%.

Parece-me que neste caso há muito pouca vontade política para fazer aprovar esta proposta que iria dar muito jeito a muitos açorianos e açorianas que neste momento vivem com nenhum valor, nenhum apoio, ou então com apoios que nem conseguem superar aquele que é o limiar da pobreza.

Obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Joaquim Machado.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, está a ouvir-me agora?

**Presidente:** Sim, agora estamos a ouvir perfeitamente.

**O Orador:** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A pandemia trouxe consigo para além da insegurança sobre a vida e a saúde, muitas incertezas e impactos cujo alcance verdadeiramente ninguém consegue conhecer.

Nem tudo está feito, é óbvio; nem tudo o que se fez está perfeito e infelizmente com o andar do tempo vamos detetando problemas e situações sociais que tendem em agravar-se e que virão a agravar-se ainda mais se não agirmos com rapidez e acerto. Até porque há problemas que não são da pandemia, problemas

que são antigos e que se foram tornando até de alguma forma estruturais na nossa Região.

Ainda há três dias o INE lembrou que 12% da população dos Açores vive em privação severa e que um em cada três açorianos vive abaixo do limiar da pobreza e a pandemia está a criar novos pobres, infelizmente, inesperadamente, lançando-os num mundo de dificuldades, muitos impossibilitados de satisfazerem as suas necessidades mais básicas.

Só o Banco Alimentar de São Miguel teve de acudir, nos últimos dois meses, a muitas situações de pobreza inesperada, a 1.400 famílias, o que é três vezes mais do que habitualmente aquela instituição ajuda.

Impõe-se, portanto, reforçar as medidas de ajuda, principalmente quando elas são destinadas aos nossos concidadãos mais fragilizados e neste contexto o PSD dará sempre o seu apoio. Não é razão do autor da proposta, mas por convicção com a oportunidade e a utilidade social daquilo que aqui temos para decidir.

Disse.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

**Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, para inscrever a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

**Presidente:** Obrigada.

Sr. Deputado Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** O Sr. Deputado Carlos Silva para uma inscrição.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais inscrições.

Para já não.

Tem então a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(\*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Dizer e daquilo que já foi dito aqui no âmbito deste debate, que existem aqui duas situações.

Primeiramente dizer e torno a ressaltar que nesta iniciativa agora apresentada e quando falamos em criar o apoio social extraordinário de um indexante aos apoios sociais, se existem já medidas que foram criadas quer pelo Governo da República, quer pelo Governo Regional que perfaçam este valor dos tais 438€, a verdade é que não há nenhum complemento que seja atribuído, mas aquelas situações em que realmente não se atinge este valor, que exista este complemento e como tal acho que esta situação até está ressaltada na iniciativa. Dizer também que efetivamente já é notória a posição do Governo e do Partido Socialista. É com agrado que reconhecemos que o Governo e o Partido Socialista reconhecem a bondade desta proposta e esperemos que fique pelo menos a porta aberta e reconhecendo que existem ainda situações que estão desprovidas de qualquer apoio, porque a verdade é que, por exemplo, no caso do serviço doméstico sabemos que foi criado e que estes têm direito a um apoio financeiro correspondente a dois terços da remuneração registada no mês de janeiro de 2020, em que um terço é suportado pela Segurança Social e um terço pela entidade empregadora, mas a verdade é que também temos de ser realistas e sabemos o que é que acontece perante esta realidade na nossa Região.

Infelizmente sabemos que a maior parte das situações, estas empregadas domésticas não têm qualquer tipo de contato de trabalho e, portanto, estão desprovidas de qualquer apoio, assim como aquelas pessoas que trabalham em part-time.

É verdade que foi dito pelo Governo que existem aqui algumas adversidades que não podem fazer com que viabilizem esta iniciativa, mas reconhecem estas situações. Como tal acho que é necessário para os açorianos que nos estão a

ouvir e que estão a passar por estas situações em particular, por estas dificuldades é natural que ao ver serem criadas as mais diversas alterações legislativas para ajudar aqueles que trabalham nos diversos registos, nos mais diversos setores de atividade, que existam essas lacunas e que estas sejam necessárias colmatar.

A verdade é que é isto que os açorianos esperam de nós, porque não podem estar constantemente a ouvir por parte do Governo que as contas públicas estão sólidas, que estão equilibradas, que temos uma estrutura financeira estável, e quando estamos perante esta situação eles ficam completamente desprovidos de apoio. Como tal, o que esperamos, o Grupo Parlamentar do CDS espera, é que efetivamente reconhecendo o Partido Socialista e o Governo a pertinência desta proposta que por maioria de razão e para que ninguém efetivamente fique para trás, ou que pelo menos se tente minimizar todas estas consequências negativas que estão a ter sobre as famílias e sobre os açorianos, que efetivamente sejam criadas medidas de apoio para estas situações, porque não podem só por serem situações de cariz excecional ou que envolvam menor número de pessoas que estas pessoas fiquem completamente desprovidas.

É necessário que os apoios dados na sua generalidade quer às famílias, quer às empresas neste tempo de pandemia sejam efetivos, ágeis e o menos burocráticos possíveis, porque muitas vezes a verdade é que a lentidão dos processos e o pagamento contrasta com a sua celeridade anunciada por quem governa.

Como tal é necessário dar uma resposta, e neste caso em concreto, a estas situações que estão a ser agora debatidas.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(\*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, começando pela sua primeira intervenção em que diz que todos devem ter algum tipo de apoio. Concordo inteiramente consigo, Sra. Deputada, e felizmente nos Açores nós verificamos que todas as situações que estão aqui elencadas têm mais apoios do que teriam se vivessem no continente ou noutra região e isso é algo que nos deve deixar a todos satisfeitos, porque neste Parlamento temos feito um bom trabalho, todos os partidos, para garantir que estas situações ficam abrangidas e que têm a proteção social que merecem.

É verdade que não conseguimos chegar a todos na mesma proporção, reconheço.

É verdade que os trabalhadores do serviço doméstico ficaram em muitos casos desprotegidos, é verdade, mas felizmente o Governo, através da publicação da Resolução n.º 140, do dia 18 de maio, veio garantir que essas situações que tinham ficado mais desprotegidas e em situações mais frágeis economicamente têm aqui, nesta resolução, através do Fundo Regional de Apoio à Ação Social, um apoio que tem em conta a situação particular e, por isso, também aproveito para perguntar à Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social se confirma que os trabalhadores do serviço doméstico ou outra situação aqui prevista que estejam em situações economicamente frágeis e que no âmbito da COVID tenham ficado em situação mais fragilizada se têm acesso a algum tipo de apoio?

Essa pergunta deixo para a Sra. Secretária, porque é importante planificar de uma vez por todas quais são os apoios que estamos aqui a abordar.

Segunda questão em relação ao Deputado Paulo Mendes. Sr. Deputado Paulo Mendes, eu tenho o maior respeito por si, mas o senhor não foi politicamente honesto. Foi demagogo naquilo que disse, porque disse que eu tinha dito coisas

que não correspondem à verdade e usou uma proposta que foi aqui apresentada pelo Partido Socialista de forma errada para fazer um exemplo que não corresponde à verdade e que passarei a explicar.

Quer no âmbito do apoio regional ao complemento regional ao lay-off que o Partido Socialista apresentou relativamente aos trabalhadores, quer no caso da proposta para compartilhar parte da fatura de eletricidade, em ambas as situações para aferir se um cidadão tem acesso ou não ao apoio o critério que é utilizado é o vencimento auferido e o vencimento pode ser comprovado por diversas situações: através da Segurança Social, através do recibo de vencimento.

Já no que diz respeito ao trabalhador do serviço doméstico isso não é possível fazer, não é possível comprovar esta quebra de rendimentos efetiva não porque o Partido Socialista não o quer, mas porque o regime convencional que serve de base aos descontos que são feitos não o prevê. O regime é convencional e estabelece valores de referência. Não estabelece os valores que são efetivamente recebidos que podem ser muito superiores ou inferiores. Portanto, não é possível objetivamente comprovar aquilo que o Bloco de Esquerda propõe nesta iniciativa e é apenas por esta razão que nós não podemos aceitar de forma rigorosa, aprovar uma iniciativa que não pode ser comprovada, que não é exequível.

Se isso significa que nós não pretendemos apoiar aqueles que ficam em situação fragilizada, claro que todos os partidos aqui presentes têm essa missão de apresentar e analisar propostas que visem dar condições dignas às famílias açorianas, mas não podemos aceitar é que a intenção do Bloco de Esquerda seja ... O que aqui acontece é que a intenção que é manifestada pelo Bloco de Esquerda não está contextualizada, nem está disposta no projeto de resolução que apresenta. Isso já não é a primeira vez que acontece. É recorrente.

O Bloco de Esquerda tem uma intenção, que é boa, que é nobre, mas que não está materializada no projeto de resolução que apresenta e isso nós não podemos esquecer. Nós estamos a votar um projeto de resolução, uma iniciativa e não uma intenção que está na cabeça do Deputado Paulo Mendes.

Por fim, realçar que há duas perguntas que eu fiz e que o Deputado Paulo Mendes não conseguiu responder.

A primeira: como é que comprova a quebra de 20% dos rendimentos de trabalhador do serviço doméstico?

Segunda: o que é que significa que um trabalhador independente ou um membro de órgão estatutário está em part-time? Isso significa que ele auferir um rendimento noutra entidade e mais um rendimento em part-time na entidade que está aqui referida? Se sim pergunto ao Sr. Deputado Paulo Mendes se considera que isso é justo colocar tudo na mesma situação?

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Uma inscrição, Paulo Estêvão.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado Luís Maurício.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Inscrevo o Sr. Deputado Joaquim Machado.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado.

**Deputado António Lima (BE):** Gostaria de inscrever o Deputado Paulo Mendes.

**Presidente:** Pergunto se há mais inscrições.



**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Há, sim senhora, Sra. Presidente.

Gostaria de inscrever a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social. Obrigado.

**Presidente:** Sim senhor.

Pergunto se há mais inscrições.

Para já não.

Tem então a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou ser um pouco mais simpático na apreciação do projeto do Bloco de Esquerda do que foi o Partido Socialista, cujas palavras relembro agora “tenho o maior respeito por Vs. Exas. ou por si, mas os senhores são uns demagogos.” Foi o que o Sr. Deputado Carlos Silva acabou de dizer.

O que eu considero que é fundamental é olhar para as propostas sem preconceito. O Bloco de Esquerda o que diz é, utilizando aquela velha fórmula do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, que ninguém pode ficar para trás e de facto há gente a ficar para trás e muita gente a ficar para trás na Região Autónoma dos Açores que não está integrada em nenhuma das propostas entretanto criadas a nível do Governo Regional e do Governo da República.

Portanto, há um conjunto de pessoas que está a ficar para trás e o problema é que nós temos a consciência, todos temos aqui a consciência, todos os que estamos aqui a discutir, é que há cada vez mais gente a ficar para trás, os problemas que se vão acumular, porque esta situação não é uma situação de três meses ou de quatro meses. Esta é uma situação que se vai prolongar durante muito tempo e que vai afetar largas camadas da população.

Não se pode dizer, não se tem qualquer tipo de seriedade quando se diz que o conjunto de medidas que já estão criadas abrange toda gente e chega a todas as situações. Isso pura e simplesmente não é verdade.

A questão também é a seguinte: o Bloco de Esquerda fez aqui uma inventariação de um conjunto de grupos, um conjunto de pessoas que de facto não estão, neste momento não têm uma cobertura suficiente por parte das medidas que, entretanto, foram criadas.

O Partido Socialista responde surpreendentemente com o regresso da letra de lei, a letra de lei que no início do dia tinha sido banida para todo o sempre pelo Sr. Deputado Francisco Coelho, que disse que não, que todas as dificuldades que estavam a criar do ponto de vista legislativo isso era uma coisa que era até uma crueldade no âmbito da crise que está a afetar tão profundamente a sociedade açoriana, há gente agarrada à letra de lei, como é possível! Agora, afinal a letra de lei, no final do dia, regressou e está aí triunfante no discurso do Partido Socialista, ou seja, uma enorme incongruência em pouco menos de seis horas. Há pouco, há seis horas era um problema que não devia ser levantado, uma crueldade e agora já é algo que o Partido Socialista utiliza contra o Bloco de Esquerda.

Devo dizer, para terminar esta primeira intervenção, que concordo com o Bloco de Esquerda no conjunto de iniciativas e o conjunto de grupos que, entretanto, assinalou na sua proposta e o conjunto de medidas que, entretanto, pretende implementar. Portanto, da parte do PPM nós vamos votar favoravelmente a iniciativa do Bloco de Esquerda porque continuamos a considerar que há muita, muita gente que neste momento não tem uma resposta objetiva, não tem uma resposta para a situação que está a enfrentar e de facto o Partido Socialista e o Governo nesta matéria não têm razão. Há muita gente que ainda não tem uma cobertura, ainda não está a ser acompanhada, não está a ser devidamente apoiada na sociedade açoriana.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu temia que o Partido Socialista pudesse neste final de tarde voltar a agitar as tábuas da lei, que não foram sequer desenterradas, porque haviam sido deixadas à superfície pelo Sr. Deputado Francisco Coelho e pelos vistos enxovalhada.

Temia que o PS esquecesse o que proclamou durante a manhã, quando se trata de criar condições para melhorar a vida dos açorianos, principalmente os mais vulneráveis, os Srs. Deputados (dizia o Sr. Deputado Francisco Coelho) devem pôr de lado qualquer interesse partidário em nome de uma valor maior que é pugnar por mais justiça social, por melhores condições de vida para os açorianos.

Que bom seria que o Partido Socialista não dissesse de manhã uma coisa e à tarde fizesse outra.

Não esperava de todo que o último argumento do Partido Socialista fosse que o Governo Regional está a copiar a legislação nacional, numas vezes parcialmente, noutras nem sempre bem, mas também sabemos que é isso exatamente que acontece a alguns alunos quando se trata de copiar.

Para o PSD o importante é fazer a convergência de medidas nacionais com as regionais e dar às medidas açorianas o carácter de complementaridade que todos nós entendemos ser essencial para proporcionar melhores condições de vida aos nossos concidadãos.

Objetivamente impõe-se, portanto, reforçar a medida de ajuda aos mais fragilizados e não permitir que alguém fique de fora. Quem pode mais, pode menos e, portanto, se esta resolução na sua parte resolutiva contem matérias que o Governo Regional porventura já esteja a realizar isso não é um problema, porque este Parlamento também já aprovou uma resolução da iniciativa do

Partido Socialista que contemplava um conjunto de recomendações ao Governo Regional em matéria de educação que o Governo Regional disse que já as praticava todas e há muito tempo.

Portanto, mais vale insistir na prudência e na capacidade de dar respostas satisfatórias aos nossos concidadãos do que efetivamente pecarmos por omissão.

Ajudar os nossos concidadãos, principalmente os mais necessitados é fundamental e é prioritário para que ninguém fique para trás. A confiança que os açorianos necessitam neste tempo difícil que vivemos não se compagina com a exclusão de ninguém, menos ainda se essa exclusão for motivada por despiques partidários.

Não importa quem ganha o debate, importa sim é que os açorianos e os Açores fiquem a ganhar e, portanto, nós vamos apoiar esta iniciativa do Bloco de Esquerda.

Disse.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(\*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ainda bem que eu introduzi neste debate aquela que foi uma iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que visava o apoio social extraordinário aos consumidores domésticos de eletricidade e ainda bem que o Sr. Deputado Carlos Silva nos fez, digamos assim, o favor de explicar, por *a + b*, perante a impossibilidade, como o Sr. Deputado Carlos Silva acabou por concluir, de estimar uma quebra de rendimento por entre trabalhadoras do serviço doméstico, trabalhadores informais e outros trabalhadores que ficam, senão totalmente, mas pelo menos parcialmente fora de todos o tipo de apoios

quer nacionais, quer regionais e porque é impossível estimar uma quebra de rendimento por entre esses trabalhadores, isso quer dizer o quê?

Quer dizer que estes trabalhadores acabam por não ter acesso a este apoio social extraordinário aos consumidores domésticos de eletricidade, é isso?

Eu fiquei com essa impressão, mais do que impressão, e fiquei com a convicção. Portanto, esta medida que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tanto anunciou como sendo um benefício para as famílias e é, efetivamente é um benefício, mas não é para todas as famílias e ficámos aqui a saber que aquelas famílias que mais precisam neste momento nem sequer têm direito a uma participação, a um apoio social extraordinário para pagarem a conta da eletricidade.

Essa foi uma novidade que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista trouxe a este debate que não deixa de ser interesse e era bom que todos os açorianos e açorianas tivessem conhecimento disso mesmo.

**Deputado Carlos Silva (PS):** E o diploma, Sr. Deputado?

**Presidente:** Sr. Deputado Carlos Silva, não pode interromper.

**O Orador:** Certamente essas pessoas terão de certeza esse conhecimento, porque até agora decerto que não ouviram qualquer tipo de apoio ao pagamento da sua conta de eletricidade.

Quanto à forma como poderíamos agilizar a concessão deste apoio, um apoio que não é mais do que garantir que todas estas pessoas tivessem direito a 438,81€ por mês. Estamos a falar do mínimo dos mínimos.

Como é que isto se conseguiria fazer de forma a garantir que o critério da quebra de rendimento fosse esclarecido e que fosse devidamente escrutinado?

E sempre possível e não é novidade nenhuma, faz-se até em tempos fora desta crise, já se fez e continuar-se-á a fazer, que sob compromisso de honra houvesse por parte deste eventual beneficiário ou beneficiária a garantia de que tinha tido uma quebra de rendimento de pelo menos 20% nos seus rendimentos e

posteriormente, em fase de fiscalização, essa situação fosse devidamente apurada.

Aliás, a fiscalização até está prevista num dos nossos pontos resolutivos, até isso nós precavemos e acautelámos e, no entanto, o Sr. Deputado Carlos Silva parece que faz de conta que não existe e que não tínhamos incluído essa mesma garantia no nosso projeto de resolução. O que me parece é que às vezes há aqui toda a boa vontade, que vai para além da boa vontade muitas vezes, e ainda bem que assim é, para garantir muitas das iniciativas que trouxemos a esta Casa e que outros grupos e representações parlamentares trouxeram a esta Casa. Ainda bem que assim é! Por vezes são iniciativas, na maior parte das vezes, do Bloco de Esquerda parece que se faz de tudo para garantir que essas iniciativas sejam inviabilizadas. Tudo serve, todo o argumento serve. Se é por falta de critérios é chumbada, às vezes é chumbada, como este caso, por excesso de critérios e informação. Como é que é possível, em que é que ficamos?

Para conseguirmos ter uma iniciativa do Bloco de Esquerda aprovada o que é necessário?

Mas mais importante do que ser uma iniciativa do Bloco de Esquerda, é uma iniciativa que vise apoiar quem mais precisa neste momento, quem está a viver com muito menos que 438,81€.

Eu até posso dar-me se calhar ao luxo de garantir o seguinte: se os Srs. Deputados e Deputadas do Partido Socialista e a Sra. Secretária Regional nos garantir quer ao Bloco de Esquerda, quer a todo o povo açoriano que neste momento não há nenhum trabalhador ou trabalhadora que aufera de um apoio inferior a 438,81€ nós retiramos a proposta.

Obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social.

**Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Andreia Costa*): Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Sr. Deputado Paulo Mendes, eu gostava de manter aqui, pelo menos da minha parte, toda a honestidade que coloquei desde o início neste debate e como comecei logo por referir eu não coloco em causa as boas intenções que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda colocou nesta iniciativa. Disse-lhe apenas e recorde que o Bloco de Esquerda apresenta uma iniciativa no dia 20 de maio depois do Governo Regional ter aprovado uma alteração ao Fundo Regional da Ação Social que foi publicada a 18 de maio, iniciativa esta do Governo Regional que contempla um complemento específico para todas as famílias que tenham tido redução dos seus rendimentos. É uma avaliação que é feita a todas as famílias que procurem o Instituto de Segurança Social dos Açores e que seja possível, em função da avaliação que fazemos, comprovar a redução de rendimentos, exatamente para que todos aqueles que não tenham sido abrangidos pelos apoios que estão instituídos quer a nível regional, quer a nível nacional, possam ter condições de subsistência. Este é um aspeto essencial. Não é conforme aqui foi tentado dizer cópia nenhuma a nada que exista a nível nacional. É uma ação específica do Governo Regional exatamente com vista a abranger todos aqueles que não estão contemplados nos apoios de âmbito nacional e regional.

Eu também queria dizer, Sr. Deputado, que de facto (penso que essa justiça me fará) o Governo Regional não avalia a bondade das propostas em função de quem a propõe e também admito que o Sr. Deputado não avalia só porque foi o Governo Regional a tomar a iniciativa e a diligenciar no sentido de que essas famílias, todas elas que tivessem redução de rendimentos possam beneficiar de um apoio, de um complemento ao COVID, em situação de COVID, só porque foi o Governo a propor e a implementar, com certeza não vê como má uma iniciativa só por ser o proponente o Governo Regional.

Para reforçar esta minha ideia e porque aqui já foi feita alguma dramatização a propósito de propostas do Bloco de Esquerda ou da inviabilização das propostas do Bloco de Esquerda, devo lembrar a todos os presentes que, por exemplo, a proposta do Bloco de Esquerda relativa ao reforço da campanha para a violência doméstica ainda há 15 dias atrás foi aprovada nesta Assembleia e como o Sr. Deputado muito bem sabe (e agora complementando e respondendo a outras referências que já aqui foram feitas) era uma campanha que já estava em marcha desde o final do ano, mas todos os partidos, acho que a aprovação foi unânime, aprovaram que em função da importância do tema e que pese embora todas as diligências que foram feitas até agora para divulgação da campanha era ainda importante e pertinente o reforço da campanha, de alargamento dos meios de divulgação do número da violência doméstica.

Acho que o excesso de dramatização a propósito de quem vem a iniciativa não faz absolutamente sentido nenhum aqui e muito objetivamente as famílias não subsistem, Sr. Deputado, de boas intenções. Portanto, pese embora eu tenha desde o primeiro momento reconhecido que se trata de uma boa intenção, é má na concretização. Lamento ter que dizer isto desta forma, mas a verdade é esta, ou seja, se não é possível aferir uma redução de rendimentos de um trabalhador de serviço doméstico de 20%, ou seja, se a medida é inexecutável qual é então a bondade da iniciativa? Onde é que vamos com esta iniciativa, Sr. Deputado?

Porque é aqui que este aspeto é determinante. Não interessa que a Casa da autonomia, a Assembleia Legislativa Regional, proponha ao Governo, ou recomende ao Governo que tome iniciativas em função de uma determinada redução de vencimento das trabalhadoras de serviço doméstico quando simplesmente não é possível determinar essa redução de salário senão em fevereiro do ano que vem, em fevereiro de 2021.

Qual é que é a vantagem de hoje dos senhores recomendarem ao Governo Regional que apoie as trabalhadoras do serviço doméstico numa determinada



forma com o pressuposto de que esse rendimento reduziu 20% quando isso não é aferível hoje, nem amanhã, nem nunca, porque isso tem a ver com as particularidades do regime a que estas trabalhadoras estão sujeitas.

Podemos falar da bondade ou na maldade do regime, mas esta questão é simplesmente a realidade, não é aferível. Por isso, mesmo o Governo Regional (e volto a acentuar esta questão) no dia 18 de maio fez publicar uma proposta de revisão do Fundo Regional da Ação Social que para além de contemplar as iniciativas que foram recomendadas por este Parlamento no que diz respeito ao *lay-off* simplificado e aos trabalhadores independentes, contemplou uma medida de carácter mais genérico, mais abrangente, que contempla todas as famílias que tenham tido redução dos seus vencimentos.

Para mais, deixem-me dizer-vos. A Sra. Deputada Catarina Cabeceiras fez menção aqui a uma questão que é fundamental: as medidas têm que ser ágeis e não podem ser burocráticas nesta fase. Concordo inteiramente! De aplicação o mais rápida possível. Concordo inteiramente!

Então em que medida é que isto tem alguma aderência à proposta do Bloco de Esquerda, se simplesmente nós nem conseguimos aferir o universo dos beneficiários desta medida?

Peço até desculpa, porque de alguma forma não quero de maneira nenhuma melindrar o Bloco de Esquerda, agora simplesmente o que eu digo é que as famílias não subsistem, Sr. Deputado Paulo Mendes, de boas intenções. As famílias precisam de facto de medidas concretas, ágeis, aplicáveis e exequíveis num tempo rápido. Foi por isso desde logo que o Governo Regional, por exemplo, (e respondendo ao Sr. Deputado Carlos Silva) quando criou e concebeu o complemento regional ao rendimento disponível das famílias, que se aplica a trabalhadores por conta de outrem, a trabalhadores independentes e a trabalhadores do serviço doméstico, portanto, incluindo os trabalhadores de serviço doméstico, teve exatamente em consideração a necessidade imperiosa

de minimizar os danos causados às famílias por via desta pandemia. Uma medida que é ágil, porquê? Porque é que ela é ágil?

Porque o trabalhador não teve que fazer mais requerimento nenhum, fez um único à medida nacional e daí decorre automaticamente a aplicação da medida regional.

Devo dizer que, por exemplo, desta medida em concreto de apoio ao rendimento disponível das famílias já beneficiaram desta medida em dois meses, no mês de abril e já no mês de maio, 1.733 trabalhadores por conta de outrem, 246 trabalhadores independentes e 11 trabalhadoras do serviço doméstico. Portanto, estamos a falar de medidas que foram concebidas e pensadas exatamente para serem ágeis, mas naturalmente que também exequíveis, a questão da exequibilidade é fundamental. O legislador tem que pensar necessariamente na forma como implementa as medidas. Se elas não tiverem implementação qual é que é o benefício que daí decorre como os Srs. Deputados aqui preconizavam para as famílias?

São medidas vãs. Não chegam a absolutamente ninguém e este aspeto acho que é determinante.

Da minha parte, Srs. Deputados, o Governo Regional não copiou medida nenhuma a nível nacional. É verdade que complementa as medidas nacionais de reforço ao rendimento das famílias, designadamente trabalhadores em *lay-off*, trabalhadores independentes, trabalhadores por conta de outrem e trabalhadoras do serviço doméstico, isto para dar alguns exemplos.

Para mais, concebeu um complemento que abrange todos aqueles que não foram abrangidos nem pelas medidas nacionais, nem pelas medidas regionais, mas que tiveram consequências diretas no seu rendimento.

Portanto, dizer que estes trabalhadores estão a descoberto não é verdade e comparar com as medidas que já foram recomendadas há uma semana atrás ao Governo Regional, todas elas, que eu saiba, tinham aplicabilidade prática, tanto

é que muitas delas já estão em execução, designadamente o *lay-off* simplificado e o apoio aos trabalhadores independentes, que eu saiba foram propostas por dois partidos diferentes.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária Regional.

Aproveito para informar que o Governo esgotou o seu tempo para este debate e informo também a câmara que de momento não temos inscrições.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, é uma inscrição, Paulo Estêvão.

**Presidente:** Paulo Estêvão.

Sr. Deputado Luís Maurício.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, eu queria inscrever o Sr. Deputado Joaquim Machado.

**Presidente:** Obrigada.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, gostaria de inscrever o Sr. Deputado Paulo Mendes.

**Presidente:** Obrigada.

**Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** Gostaria de me inscrever a mim próprio, se for possível.

**Presidente:** Obrigada.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, queria inscrever a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

**Presidente:** Obrigada.

Penso que a Sra. Deputada Graça Silveira também se inscreveu, não foi?

**Deputada Graça Silveira (Independente):** Sim, Sra. Presidente, gostaria de me inscrever. Obrigada.

**Presidente:** Pergunto se há mais inscrições.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Queria inscrever-me também, João Corvelo, se faz favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado João Corvelo.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Queria inscrever-me também, João Corvelo.

**Presidente:** Sim, sim. Já o inscrevi, Sr. Deputado.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Tem então a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Alerto que dispõe de cerca de 40 segundos.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois do último momento de ficção política eu vou ler uma carta muito breve que uma aluna minha da ilha do Faial me enviou e que li ontem:

“Professor, tudo bem?

Espero que se encontre de saúde, assim como toda a família.

Temos estado a falar com o contabilista e nada. Não há ajudas para nada. Renda para pagar, luz, água, segurança social, contabilidade, seguro, tudo de porta de fechada. Como se pagam estas contas?

Como é possível que não pensem nisso?

Não somos os únicos certamente.”

E podia ler aqui outras cartas que me foram enviadas por gente que está a passar por enormes dificuldades e que bate na porta da administração e não há nada. A verdade é essa.

É evidente que o discurso político é outro, mas não corresponde ao que se está a passar na sociedade. Era para isto que eu queria chamar a atenção e é por isso que se eu identificar a minha aluna, a minha antiga aluna, aqui li a carta dela.

Há situações destas às centenas, aos milhares. É esta gente toda que está sem proteção. O discurso do Governo é evidentemente uma ficção. Não corresponde à realidade.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que o PPM também esgotou o seu tempo para este debate.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Joaquim Machado.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há açorianos que passam fome, só não vê quem não quer. A cegueira política é a cegueira pior.

Há açorianos que recorrem ao Banco Alimentar e outras instituições do género e ninguém o faz por mero capricho.

Estranhamente o PS não se angustia quando há açorianos que são excluídos dos apoios, mesmo necessitando desses apoios. Perante as propostas se elas são genéricas diz logo que o proponente não sabe o que quer, que a proposta é generalista. Se ela pelo contrário tem critérios, logo agito o papão da lei, do legalismo tipicamente como fazem as mangas de alcatra e sobre a lei convém aqui dizer que a lei que rege o *lay-off* simplificado nacional permite que a candidatura se faça sem apresentação demais qualquer comprovativo, depois sim, as instituições, os serviços públicos em razão da sua competência fazem essa avaliação, mas na candidatura não é preciso entregar mais nada.

Lamentavelmente em vez de vermos aqui o PS a querer ganhar a causa da justiça social, temos um PS que prefere ganhar uma birrinha partidária.

Sra. Secretária, dramatização não é quando alguém propõe o melhor para os seus concidadãos mais fragilizados; drama, esse sim, é a vida de muitos açorianos e o PSD estará sempre ao lado desses açorianos.

Disse.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Mendes. Alerto que dispõe de cerca de um minuto.

(\*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social veio-nos falar da necessidade de termos apoios sociais devidamente agilizados, desburocratizados, simplificados e é verdade. É assim que nós queremos que as coisas funcionem para que as pessoas tenham o acesso aos apoios sociais de uma forma mais facilitada, mas então o que dizer no caso dos pagamentos de apoios e neste caso aos pais que ficaram com os filhos por encerramento das escolas?

Nós soubemos, e de certeza que todos os Srs. e Sras. Deputadas devem ter conhecimento disso, que houve erros no pagamento deste tipo de apoio e mais! Há atrasos no pagamento e há pagamentos de março que só serão pagos a 10 de junho. Isto é que se chama agilidade, simplificação, desburocratização, facilitação de acesso aos beneficiários?

Não me parece!

Depois há uma pergunta que fiz, uma pergunta simples que ficou por responder que é: na convergência das medidas nacionais e das medidas regionais, é certo que houve pessoas, houve açorianos e açorianas, que acabaram por ficar totalmente de fora ou parcialmente de fora. O que nós gostaríamos de saber é se apesar das medidas nacionais e regionais se neste momento há algum açoriano e açoriana a auferir de apoio inferior a 438,81€?

Esta é a pergunta principal que se impõe neste debate.

Até já disse e reafirmo: se me provarem que neste momento não há nenhum açoriano ou açoriana a ganhar menos do que este valor, nós retiramos a nossa proposta.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que o Bloco de Esquerda também esgotou o seu tempo para o debate.

Passo agora a palavra para o Sr. Deputado Francisco César.

(\*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não esperava fazer esta intervenção, mas aquilo que motiva a minha intervenção tem a ver sobretudo com os argumentos que são avançados pela oposição.

Parece que há uma intolerância muito grande em relação ao facto do Partido Socialista poder não concordar com uma proposta da oposição. Da mesma forma que nós aprovámos um conjunto de propostas da oposição, há propostas manifestamente que nós não concordamos com elas.

Aliás, a primeira crítica que nos fazem é uma crítica de intolerância. É a crítica de que por ser do Bloco de Esquerda, por ser uma proposta que não é do Partido Socialista, nós pura e simplesmente tentamos arranjar crítica, tentamos arranjar defeito.

É extraordinário! É extraordinário que digam isso quando nós ainda há pouco menos de meia hora aprovámos uma proposta, por exemplo, do Partido Social Democrata no sentido de termos uma operação da Atlânticoline para a Graciosa.

Não deixa de ser extraordinário quando nós já aprovámos diversas propostas do Bloco de Esquerda.

Não deixa de ser extraordinário quando neste plenário já aprovámos diversas propostas dos outros partidos, como do CDS, por exemplo, e de um anterior que aprovámos de outros partidos também.

Portanto, o argumento de que por ser de outro partido, o Partido Socialista não gosta, é intolerante, quer votar contra, não colhe e não colhe porque os factos são claros: nós temos aprovado muitas propostas da oposição.

Há um segundo argumento. O segundo argumento é de que o Partido Socialista tenta encontrar nesta proposta um conjunto de defeitos que contradizem tudo aquilo que as suas propostas diziam.

Por exemplo, veja-se o caso do apoio aos consumidores de eletricidade. Dizia o Deputado Paulo Mendes muito indignado e quase de uma forma, olhando para o Partido Socialista, vexatória: “Bom, mas os senhores enganaram-nos. Os senhores estavam a calcular rendimentos para famílias que tivessem perdido cerca de 20% do seu rendimento, mas não disseram que eram só para aqueles que tinham forma de materializar este apoio.”

Oh, Sr. Deputado, Sr. Deputado Paulo Mendes, aquilo que eu vejo é que o Sr. Deputado não leu sequer a proposta. Então o Sr. Deputado não sabia que a proposta de apoio aos consumidores de eletricidade era para aqueles que não estavam abrangidos pela tarifa social de eletricidade? Não teve o cuidado de ver?

É quase vexatório, Sr. Deputado! Então o senhor nem percebeu que era para aqueles que estavam acima do valor da tarifa social de eletricidade. Para quem está desempregado, por exemplo, já tem acesso à tarifa social de eletricidade e sabe porque é que foi feito assim?

Foi feito assim, porque nós tivemos o cuidado de preparar a proposta, nós tivemos o cuidado de fazer com que ela fosse exequível. Não é uma matéria qualquer. Nós tivemos o cuidado de trabalhar a nossa proposta.

Também dizia outro deputado aqui, com uma vontade de dar uma enorme machadada na nossa proposta há pouco: “Bom, os senhores há pouco estavam muito preocupados com os argumentos legalistas, agora não estão.”

Oh, Sras. e Srs. Deputados, não é verdade! O que estava em causa na outra proposta tinha a ver com a sua dimensão orçamental e nós tivemos o cuidado de utilizar exatamente as verbas que estavam previstas naquela rúbrica e poder dividir por um conjunto maior de apoios elencáveis.



Aqui não é isto, aqui é diferente. Aqui é nós não conseguirmos perceber como é que nós conseguimos calcular a vossa proposta. Como é que é possível nós darmos o apoio a alguém que nós não conseguimos perceber verdadeiramente que rendimento é que perdeu?

É esta a falha do Bloco de Esquerda. É a falha daquele que quis fazer um número, mas não quis cuidar dos pormenores. Esse é que é o problema. A proposta é mal feita. A proposta é de, digamos, *show off*, permita-me o Sr. Deputado dizer, porque não é materializável, não é concretizável, enquanto as outras eram.

Outro argumento apresentado por alguns partidos da oposição: “Bom, os senhores não liguem muito à questão do concretizável ou não, mas há aqui um conjunto de pessoas que ficam sem apoios.” Oh, Sras. e Srs. Deputados, eu tive o cuidado de ver o conjunto de medidas que o Governo Regional já apresentou. O Governo Regional já apresentou um conjunto de medidas em matéria de emprego e de apoio social que são mais de 65 medidas, mas sabe que também há medidas da República, que complementam ou são concomitantes a esta. Sabe que mais?

Já havia outras propostas, já havia outras medidas de apoio ao desemprego antes disto acontecer. Já havia um conjunto de medidas de apoio à precariedade social. Portanto, o que nós fizemos na medida das nossas possibilidades e com todo o esforço, aprovando propostas de todos os partidos, foi tentar apontar caso a caso aqueles que tiveram ou entraram em precariedade social. Foi isso que fizemos.

Nós temos várias medidas que foram novas e temos medidas que já estão em vigor ...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** ... e o Sr. Deputado não teve o cuidado de dizer. Portanto, permita-me que lhe diga, Sr. Deputado (e termino já Sra. Presidente): nós não vamos

votar contra esta proposta por ela ser mal-intencionada; nós não vamos votar contra esta proposta por ela ser de outro partido; nós não vamos votar contra esta proposta por nós não termos sensibilidade social. Nós vamos votar contra esta proposta porque infelizmente ela é mal feita e não é concretizável.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Informo que o Partido Socialista também esgotou o seu tempo para este debate. Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras. Alerto-a que dispõe cerca de 20 segundos.

(\*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Só mesmo para terminar, a discussão já vai longa, e dizer que efetivamente Sr. Deputado Francisco César é legítima qualquer posição neste debate político e democrático, é legítima qualquer posição, mas também é legítimo cada um ter uma posição e uma perspetiva diferente da sua e deste caso do Partido Socialista.

É verdade que já foram criadas medidas quer no âmbito da República, quer no âmbito regional e complementando as medidas que foram implementadas pela República, mas a questão que está aqui e que não foi respondida é efetivamente se esse apoio chega aos 438€ e se não chegando se isso é aceitável?

Não pode ser só porque estamos a implementar medidas. É também necessário perceber e quantificar esse apoio.

A questão que fica no fim, julgo eu, deste debate ...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sra. Deputada.

**A Oradora:** ... é se efetivamente consideramos todos que uma família, que um açoriano que tem um apoio efetivamente que até pode ter ido já mais além, mas que está a usufruir de menos de 438€ se isto é aceitável.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

O CDS também esgotou o seu tempo.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Graça Silveira.

(\* **Deputada Graça Silveira** (*Independente*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta discussão poderia chamar-se as empregadas domésticas *take 2*.

Devo confessar que ainda acalentei a esperança de que mudando os atores políticos poderia esta novela ter outro desfecho, mas infelizmente o argumento mantém-se exatamente o mesmo.

Toda a gente reconhece a bondade da iniciativa, mas afinal o PS não a pode aprovar ou porque está mal feita, ou porque está confusa e com isto o PS continua a deixar para trás os mais desprotegidos e os mais fragilizados.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(\* **Deputado João Paulo Corvelo** (*PCP*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A pandemia coloca-nos hoje cada vez mais perante as necessidades de encontrar respostas adequadas aos problemas e situações excecionais. Estas respostas e esta proposta de resolução identifica alguns casos concretos que as necessárias medidas de apoio social nesta situação de crise e de exceção que se encontram completamente desprotegidos e que forçosamente serão colocados perante situações graves de carências caso atempadamente não sejam colocadas medidas que evitem e mitiguem essas situações.

Quanto àquelas atividades prestadas em serviço pagos à hora e sem continuidade vários são os casos, nomeadamente os serviços domésticos que por força das medidas de confinamento e sanitárias, ou até mesmo motivadas pelo simples receio de contágio se viram e veem privados da fonte de

rendimentos que em muitos casos era uma das fontes principais de rendimento e noutros completamente essenciais para poderem suprir as necessidades básicas essenciais.

No caso dos serviços domésticos quantas eram aquelas pessoas que graças ao pagamento de algumas horas numa casa e de mais algumas em outras casas conseguiam um rendimento mensal que lhes permitia viver acima do limiar da pobreza e que hoje se veem completamente na pobreza.

Não podemos ficar insensíveis a esta situação, por isso, há que adotar, como é óbvio, medidas concretas de apoio social que se impõem e que a proposta agora em discussão tende dar a resposta clara.

Porque sabemos que são inúmeros os exemplos, consequências profundamente nefastas na vida de trabalhadores e de vários setores da atividade, especialmente sentida por trabalhadores com vínculos precários e a precariedade laboral significa precariedade na proteção social e os últimos tempos têm demonstrado isso mesmo, portanto, desta forma a Representação Parlamentar do PCP só poderá votar favoravelmente a iniciativa proposta pelo Bloco de Esquerda.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente.

**Presidente:** Sr. Deputado.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Eu inscrevo o Sr. Deputado Joaquim Machado.

**Presidente:** Obrigada.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Julgo não haver.

Tem então a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(\*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós já percebemos o incómodo do Partido Socialista nesta situação, mas é um incómodo que decorrer tão só da sua teimosia, diria até de uma certa obstinação, para com as propostas da oposição.

De nada vale disfarçar com uma aprovação aqui e ali de iniciativas que vêm dos outros partidos. Isso não é o problema. O problema não é o PS discordar, porque isso aliás é da essência da própria democracia. O problema é o PS gostar e dizer que impunha a bandeira, segundo a qual ninguém ficava para trás, mas só não fica para trás se as propostas essenciais vierem do Partido Socialista.

O problema é o Partido Socialista de manhã dizer uma coisa e à tarde fazer exatamente o seu contrário.

Há ou não há cidadãos excluídos dos apoios na nossa Região? Há.

Há ou não há cidadãos com quebra de rendimentos do trabalho?

Há.

Há ou não há fome nos Açores? Há.

É verdade ou não é que 12% da nossa população está sujeita a uma privação severa? Há. É o Instituto Nacional de Estatística que nos lembra.

É ou não é verdade que um terço dos açorianos vive abaixo do limiar da pobreza antes desta pandemia? É verdade.

É ou não é preciso puxar todos para cima? O PSD diz que sim.

É ou não é preciso estar ao lado dos mais fracos? O PSD diz que é preciso estar ao lado desses cidadãos e o PSD vai ficar ao lado desses cidadãos.

Por todas as razões e mais uma para evitar que o PS não dê uma machadada na esperança desses açorianos.

Disse.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Julgo não haver.

Vamos então votar este projeto de resolução.

Francisco César.

**Deputado Francisco César (PS):** O meu voto é contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** André Rodrigues.

**Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** António Parreira.

**Deputado António Parreira (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Bárbara Chaves.

**Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Carlos Silva.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Dionísio Faria e Maia.

**Deputado Dionísio Faria e Maia (PS):** Sra. Presidente, eu voto contra.

**Presidente:** Domingos Cunha.

**Deputado Domingos Cunha (PS):** Sra. Presidente, eu voto contra.

**Presidente:** Francisco Coelho.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Voto contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** Graça Silva.

**Deputada Maria Graça Silva (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Iasalde Nunes.

**Deputado Iasalde Nunes (PS):** Sra. Presidente, voto contra.

**Presidente:** João Paulo Ávila.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Voto contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** João Vasco Costa.

**Deputado João Vasco Costa (PS):** Voto contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** José Ávila.

**Deputado José Ávila (PS):** Voto contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** José Contente.

**Deputado José Contente (PS):** O meu voto é contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** José San-Bento.

**Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Manuel Ramos.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Maria de Fátima Ferreira.

**Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Maria Eduarda Pimenta.

**Deputada Maria Eduarda Pimenta (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Maria Isabel Quinto.

**Deputada Maria Isabel Quinto (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Mário Tomé.

**Deputado Mário Tomé (PS):** Contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Couto.

**Deputada Marta Couto (PS):** Voto contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** Marta Matos.

**Deputada Marta Matos (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Mónica Rocha.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Pedro Moura.

**Deputado Pedro Moura (PS):** Contra. Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Renata Correia Botelho.

**Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Ricardo Ramalho.

**Deputado Ricardo Ramalho (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Sónia Nicolau.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, o meu voto é contra.

**Presidente:** Tiago Branco.

**Deputado Tiago Branco (PS):** Voto contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** Luís Maurício.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Almeida.

**Deputado António Almeida (PSD):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** António Pedroso.

**Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Bruno Belo.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Carlos Ferreira.

**Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Catarina Chamacame Furtado.

**Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** César Toste.

**Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Duarte Freitas.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Elisa Sousa.

**Deputada Elisa Sousa (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.



**Presidente:** Jaime Vieira.

**Deputado Jaime Vieira (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Costa.

**Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Joaquim Machado.

**Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, eu voto a favor.

**Presidente:** Luís Garcia.

**Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Marco Costa.

**Deputado Marco Costa (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Maria João Carreiro.

**Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Mónica Seidi.

**Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Artur Lima.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Alonso Miguel.

**Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Catarina Cabeceiras.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** António Lima.

**Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Mendes.

**Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** João Corvelo.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Paulo Estêvão.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Voto a favor, Sra. Presidente.

**Presidente:** Graça Silveira.

**Deputada Graça Silveira (Independente):** Sra. Presidente, voto a favor.

**Presidente:** Ana Luís.

O meu voto é contra.

Manuel Pereira.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** O meu voto é contra, Sra. Presidente.

**Presidente:** Jorge Jorge.

**Deputado Jorge Jorge (PSD):** Sra. Presidente, o meu voto é a favor.

**Presidente:** Sr. Deputado Manuel Pereira para anunciar a votação.

**Secretário:** O Projeto de Resolução n.º 231/XI foi rejeitado com 30 votos contra do Partido Socialista, tendo obtido 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do Bloco de Esquerda, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 voto a favor da Sra. Deputada Independente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Passo a ler a proposta de deliberação final: A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de 19, 20, 21, 22 e 25 de maio.

As Sras. e os Srs. Deputados que não concordam ou que se abstenham por favor manifestem-se.

Sendo assim, declaro encerrada a sessão.

Mais uma vez obrigada a todos. Uma boa noite e até breve.

*Eram 21 horas e 18 minutos.*

*Deputados que entraram durante a Sessão:*

*Partido Socialista (PS)***Bárbara** Pereira Torres de Medeiros **Chaves***Partido Social Democrata (PSD)***Jaime** Luís Melo **Vieira***Partido Popular (CDS/PP)***Artur** Manuel Leal de **Lima***Partido Popular Monárquico (PPM)***Paulo** Jorge Abraços **Estêvão**

(\*) Texto não revisto pelo Orador

**Declaração de voto do Grupo Parlamentar do PS sobre o Projeto de Resolução nº 229/XI, proposto pelo Grupo Parlamentar do PSD**

Votamos favoravelmente esta iniciativa porque, no nosso entendimento, a Graciosa não poderia ficar privada de transporte marítimo este verão, tendo em conta o cancelamento da operação sazonal com os ferries de maior dimensão, apesar de, nesta data, a solução já ter sido apresentada.

Desde o dia 22 de abril, data em que o Governo dos Açores anunciou o cancelamento da operação sazonal da Atlanticoline, ou seja, o cancelamento da Linha Amarela, que previa 87 toques na Graciosa no verão 2020, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista procurou soluções alternativas.

Se, por um lado, consideramos que a decisão de cancelar a Linha Amarela reuniu consenso em nome da saúde pública, por outro, não poderíamos

concordar com a retoma do transporte marítimo no grupo central sem incluir a Graciosa.

Essa foi a nossa posição e tinha sido também a posição do Partido Socialista na Assembleia Municipal de 27 de abril, veiculada numa recomendação que foi aprovada por unanimidade.

Foi por isso que pedimos a colaboração do Comandante Lizuarte Machado que nos apresentou um estudo que preconizava uma solução.

A Linha Lilás também não era solução, porque não poderia trazer nem levar viaturas de e para a Terceira, além de ser uma ligação com apenas 38 toques.

Assim, concordamos com a solução que foi apresentada pelo Governo dos Açores, a Linha Branca. Faz duas ligações à sexta-feira e duas à segunda-feira, ligando a Terceira, neste caso a Praia da Vitória, e todas as outras ilhas do grupo central.

São 54 toques num navio de menor dimensão e com muito menos capacidade para viaturas, apenas 15, mas, neste ano atípico em que a procura será mais interna, esta é a forma de garantir a mobilidade dos Graciosenses e de servir os Açorianos que visitam a Graciosa por via marítima.

Como responsáveis que somos não propomos para os outros resolverem ou apenas para aparecer na fotografia, mas antes trabalhamos para ser parte da solução, ou seja, queremos resolver, mas antes disso há a necessidade de quantificar e verificar a sua exequibilidade.

Nesta e noutras questões os interesses dos Graciosenses serão sempre os nossos interesses e enquanto aqui estivermos assim será.

## **Documentos entrados**

### **1 - Projetos de Lei:**

**Assunto:** Suspende os artigos 16.º e 40.º da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, por forma a dotar as Regiões Autónomas de todos os meios financeiros possíveis para fazer face aos efeitos da pandemia da doença COVID-19, 377/XIV (PSD) - n.º 315/XI-AR

**Proveniência:** Presidência da Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2020 – 05 – 15

**Comissão:** Economia

**Data Limite de Parecer:** 2020 – 06 – 04;

**Assunto:** Remissão à Região Autónoma da Madeira do pagamento dos encargos decorrentes do empréstimo PAEF, por forma a dotar a Região de todos os meios financeiros possíveis para fazer face aos efeitos da pandemia da doença COVID-19, 378/XIV (PSD) - n.º 316/XI-AR

**Proveniência:** Presidência da Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2020 – 05 – 15

**Comissão:** Economia

**Data Limite de Parecer:** 2020 – 06 – 04;

**Assunto:** Consagra medidas de promoção do escoamento de bens alimentares da pequena agricultura e agricultura familiar e cria um regime público simplificado para aquisição e distribuição de bens alimentares provenientes da pequena e média agricultura e pecuária nacional e da agricultura familiar, 382/XIV (PCP) - n.º 317/XI-AR

**Proveniência:** Presidência da Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2020 – 05 – 20

**Comissão:** Economia

**Data Limite de Parecer:** 2020 – 06 – 09.

## 2 - Projeto de Decreto-Lei

**Assunto:** Estabelece o Sistema Nacional de Planeamento Civil de Emergência – MAI – (Reg. DL 173/XXII/2020) - n.º 163/XI-GR

**Proveniência:** Presidência da Assembleia da República

**Data de Entrada:** 2020 – 05 – 21

**Comissão:** Política Geral

**Data Limite de Parecer:** 2020 – 06 – 02.

## 3 - Projetos de Decreto Legislativo Regional:

**N.º 56/XI**

**Assunto:** [Medida extraordinária e temporária de apoio aos idosos para aquisição de equipamento de proteção individual](#)

**Proveniência:** PS

**Data de Entrada:** 2020 – 05 – 18

**Comissão:**

**COM PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO**

**N.º 57/XI**

**Assunto:** [Medidas excecionais e transitórias de apoio à atividade das Sociedades Recreativas e Filarmónicas, bem como das Escolas de Música, no âmbito da pandemia da doença COVID-19](#)

**Proveniência:** CDS-PP

**Data de Entrada:** 2020 – 05 – 19

**Comissão:**

**COM PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO**

**4 - Proposta de Decreto Legislativo Regional**

**N.º 62/XI**

**Assunto:** [Sistema de Recolha e Gestão de Informação Cadastral](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2020 – 05 – 21

**Comissão:** Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data Limite de Parecer:**

**5 - Projetos de Resolução:**

**N.º 228/XI**

**Assunto:** [Recomenda ao Governo Regional que, na decorrência da pandemia da COVID-19 e considerando a necessária capacitação do Sistema Regional de Saúde, realize os procedimentos necessários de forma a garantir o reforço de formação em medicina de emergência e suporte avançado de vida no Sistema Regional de Saúde](#)

**Proveniência:** CDS-PP

**Data de Entrada:** 2020 – 05 – 19

**Comissão:**

**PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO**

**N.º 229/XI**

**Assunto:** [Recomenda ao Governo Regional que desenvolva as medidas necessárias à inclusão da ilha Graciosa na operação para 2020 da Atlânticoline](#)

**Proveniência:** PSD

**Data de Entrada:** 2020 – 05 – 20

**Comissão:**

**PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO**

**N.º 230/XI**

**Assunto:** [Celebração de contratos de trabalho no âmbito da medida de Colocação Extraordinária de Trabalhadores](#)

**Proveniência:** BE

**Data de Entrada:** 2020 – 05 – 20

**Comissão:**

**PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO**

**N.º 231/XI**

**Assunto:** [Medidas regionais de apoio social extraordinário](#)

**Proveniência:** BE

**Data de Entrada:** 2020 – 05 – 20

**Comissão:**

**PEDIDO DE URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO**

**N.º 232/XI**

**Assunto:** [Recomenda a aquisição, por parte da Região, da totalidade do capital social do Grupo EDA, no quadro das necessidades de reforçar, em virtude das consequências socioeconómicas resultantes da doença COVID-19, a capacidade de intervenção pública em setores estratégicos](#)

**Proveniência:** PPM

**Data de Entrada:** 2020 – 05 – 21

**Comissão:** Economia



**Limite de parecer:**

**6 - Requerimentos:**

**Assunto:** [Rede Valorizar - para quando na Ilha de São Jorge](#)

**Autora:** Catarina Cabeceiras (CDS-PP)

**Data de Entrada:** 2020 – 05 – 15

**Referência:** 54.01.05 – N.º 881/XI;

**Assunto:** [Ilha de S. Jorge fora da proposta para a reconversão de explorações de produção de leite em carne](#)

**Autora:** Catarina Cabeceiras (CDS-PP)

**Data de Entrada:** 2020 – 05 – 19

**Referência:** 54.01.05 – N.º 882/XI;

**Assunto:** [Situação do leite e laticínios na ilha Terceira](#)

**Autores:** Mónica Seidi, César Toste e Luís Rendeiro (PSD)

**Data de Entrada:** 2020 – 05 – 21

**Referência:** 54.03.03 – N.º 883/XI.

**7 - Respostas a Requerimentos:**

**Assunto:** [Lay-off](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2020 – 05 – 15

**Referência:** 54.04.00 – N.º 862/XI

**Assunto:** [Investimentos em infraestruturas agrícolas por ilha](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2020 – 05 – 18

**Referência:** 54.03.00 – N.º 841/XI;

**Assunto:** [Encargos relacionados com o abastecimento das ilhas do grupo ocidental na sequência dos estragos ocasionados pela passagem do furacão "LORENZO" - II](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2020 – 05 – 18

**Referência:** 54.07.00 – N.º 845/XI;

**Assunto:** [Relatórios referentes a inspeções realizadas a Instituições que prestam Cuidados de Saúde Mental](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2020 – 05 – 18

**Referência:** 54.06.00 – N.º 847/XI;

**Assunto:** [Operação de transporte marítimo de passageiros e viaturas para a ilha das Flores no Verão 2020](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2020 – 05 – 18

**Referência:** 54.05.08 – N.º 851/XI;

**Assunto:** [Contrato do Navio Malena](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2020 – 05 – 18

**Referência:** 54.04.00 – N.º 857/XI;

**Assunto:** [Lay-off Faial e Pico](#)

**Proveniência:** Governo

**Data de Entrada:** 2020 – 05 – 18

**Referência:** 54.04.00 – N.º 861/XI.

## **8 - Comunicações/Informações:**

**Assunto:** Informação recebida por email sobre o cancelamento da NCSL Legislative Summit, agendado para agosto de 2020, em Indianápolis

**Proveniência:** Stacy Householder

**Data de Entrada:** 2018 – 05 – 12;

**Assunto:** Ofício a comunicar a não afetação permanente, no próximo dia 1 de junho de 2020 (e apenas nesse dia)

**Proveniência:** Deputado João Paulo Corvelo, Representação Parlamentar do PCP

**Data de Entrada:** 2018 – 05 – 14;

**Assunto:** Envio de relatório no âmbito do Decreto Legislativo regional n.º 11/2008/A, de 19 de maio, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 8/2017/A, de 10 de outubro

**Proveniência:** Berto Messias, Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares

**Data de Entrada:** 2018 – 05 – 18;

**Assunto:** Comunicado recebido por correio eletrónico sobre a reunião extraordinária do Plenário do Conselho Económico e Social dos Açores

**Proveniência:** Gualter Furtado, Presidente do Conselho Económico e Social dos Açores

**Data de Entrada:** 2018 – 05 – 18;

**Assunto:** Síntese da Atividade do Conselho Económico e Social dos Açores (CESA) e do seu Presidente, de 1 de janeiro a 19 de maio de 2020, recebida por correio eletrónico

**Proveniência:** Carmélia Salgado Branco, Coordenadora Técnica da Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional, Direção de Serviços do Trabalho

**Data de Entrada:** 2018 – 05 – 19;

**Assunto:** Carta aberta para retoma da economia e do emprego, recebida por correio eletrónico

**Proveniência:** Fátima Cavaco, Assistente Administrativa de 1.<sup>a</sup> (UGT)

**Data de Entrada:** 2018 – 05 – 20;

**Assunto:** Correio eletrónico com Remessa de relatórios aprovados - Relatório 05/2020 – VIC/SRATC (Ação n.º 19-409VIC3) – Grupo Público Municipal do Município do Corvo.

**Proveniência:** Fernando Flôr de Lima, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de contas

**Data de Entrada:** 2018 – 05 – 20;

**Assunto:** Correio eletrónico com Remessa de relatórios aprovados - Relatório 06/2020 – VIC/SRATC (Ação n.º 19-443VIC4) – Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária de São Roque do Pico

**Proveniência:** Fernando Flôr de Lima, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de contas

**Data de Entrada:** 2018 – 05 – 20;

**Assunto:** Correio eletrónico com Novo Relatório CFP – Evolução Orçamental da Segurança Social e da CGA em 2019

**Proveniência:** Helena Rua, Assessora de Comunicação do Conselho das Finanças Públicas

**Data de Entrada:** 2018 – 05 – 21;

**Assunto:** Correio eletrónico com Planos e Orçamentos das Empresas do Setor Público Empresarial Regional

**Proveniência:** Berto Messias, Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares

**Data de Entrada:** 2018 – 05 – 22.

## **9 - Relatórios:**

**Assunto:** [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2020 – 05 – 20;

**Assunto:** [Pedido de levantamento de imunidade parlamentar do Deputado Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas a fim de ser constituído arguido e ser interrogado no âmbito do processo de inquérito com o N° 1332/19.0T9PDL](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

**Data de Entrada:** 2020 – 05 – 20;

**Assunto:** [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

**Proveniência:** Comissão de Política Geral

**Data de Entrada:** 2020 – 05 – 22;

**Assunto:** [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

**Proveniência:** Comissão de Assuntos Sociais

**Data de Entrada:** 2020 – 05 – 19;

**Assunto:** [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

**Proveniência:** Comissão de Economia

**Data de Entrada:** 2020 – 05 – 18.

*As redatoras, Ana Machado e Sónia Nunes*